### PÂMILLA NATALY MIGUELÃO HELLMANN

PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DOURADOS/MT DE 1951 A 1961, NA VIGÊNCIA DA REFORMA CAPANEMA

**DOURADOS- MS** 

## PÂMILLA NATALY MIGUELÃO HELLMANN

## PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DOURADOS/MT DE 1951 A 1961, NA VIGÊNCIA DA REFORMA CAPANEMA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Professores e professoras do ensino secundário em Dourados/MT de 1951 a 1961, na vigência da Reforma Capanema. / Pâmilla Nataly Miguelão Hellmann. – Dourados, MS: UFGD, 2021.

Orientadora: Prof. Dra. Eurize Caldas Pessanha.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Docência. 2. Profissão docente. 3. Sul de Mato Grosso. 4. Ensino secundário. 5. História da Educação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

# PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DOURADOS/MT DE 1951 A 1961, NA VIGÊNCIA DA REFORMA CAPANEMA

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/UFGD

Banca Examinadora:

rofessora Dra. Eur	rize Caldas Pessanha (Universidade Federal da Grande Dourados
	(Presidente e orientadora)
Professora Dra. I	Libânia Nacif Xavier (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
	(Examinadora titular)
Professora Dra.	Alessandra Cristina Furtado (Universidade Federal da Grande Dourados)
	(Examinadora titular)

Grande Dourados)

(Examinadora suplente)

#### **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Jesus, refúgio e fortaleça de todo o meu ser, Aquele que me faz confiar a cada dia que tudo é possível ao que crê. Ao meu esposo Edcarlos, que foi parceiro em todos os momentos, venceu este desafio comigo me encorajando a cada instante. Obrigada por todas as renúncias que decidiu fazer comigo em busca dos meus sonhos.

A minha mãe Dilma, minha base de força e incentivo aquela para quem olho quando penso que não vou resistir a algo. A meu pai Carlos. Aos meus irmãos Rodolfo, Étar, Allan e Rafaela, a meus familiares e amigos que acompanharam de perto eterna gratidão.

A minha orientadora Eurize Caldas Pessanha por se fazer presente mesmo estando em outra cidade, e parecer fazer com que tudo se tornasse mais simples com suas orientações. Gratidão por ser tão sábia e transmitir tudo com tanta clareza e humanidade. Não há palavras para externar minha honra em ter sido orientada por alguém tão especial.

As professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD, em especial a professora Kênia Hilda Moreira, que me acolheu no grupo de pesquisa e se fez presente de forma tão carinhosa. Não posso deixar de registrar também, meu agradecimento à professora Alessandra Cristina Furtado por toda a dedicação e envolvimento com esta pesquisa nas indicações de leitura. Agradeço também à professora Libânia Nacif Xavier por contribuir com esta pesquisa.

Externo também meu muito obrigada à equipe do Centro de Documentação Regional da UFGD, pela atenção e dedicação comigo na coleta de fontes para esta pesquisa. E aos diretores da Escola Presidente Vargas de Dourados e ainda a Maria Eugênia Carvalho do Amaral (filha de Celso Müller do Amaral), Eugenio Lins (neto de José Pereira Lins) e Elisabete Lins (filha de José Pereira Lins) por abrirem acervos de suas famílias para contribuir com esta pesquisa.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa, e às minhas amigas da turma de mestrado Angelita, Luana, Cleusa e Átila, muito obrigada pelas palavras de ânimo, leituras indicadas e momentos de companheirismo que vivemos.

Há pessoas que nos falam e nem as escutamos, há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam, mas, há pessoas que simplesmente aparecem em nossas vidas e nos marcam para sempre.

(Cecília Meireles)

Eu nunca fiquei atrás de uma mesa despachando papéis, eu nunca devolvi problemas para serem resolvidos, pelos professores, ou simplesmente por uma determinada pessoa(...) todos os problemas do Colégio foram resolvidos por mim, todas as atitudes foram resolvidas por mim, sempre dei a última palavra. Com isso, não significa que eu fosse o "todo poderoso", que eu fosse soberano, eu sempre tive uma equipe competente para me auxiliar em tudo que eu fazia. Sempre tive pessoas das quais eu guardo, memorável, na lembrança, que me ajudaram a fazer, a grandeza do Colégio Osvaldo Cruz.

(José Pereira Lins, entrevista ao Programa O Povo na TV, 1990)

Para ele era importante que toda criança tivesse a oportunidade de ir para a escola, porque o alcance ao conhecimento era uma riqueza, era uma dádiva, era uma condição que ninguém, político nenhum, ladrão nenhum, ninguém jamais tiraria de quem obteve.

(Maria Eugênia Carvalho do Amaral, entrevista relatando a ideia de educação de seu pai, Celso Müller do Amaral, 2020)

#### **RESUMO**

Nesta pesquisa de dissertação de mestrado, analisou-se a história dos professores e professoras do ensino secundário em Dourados, Mato Grosso, durante a vigência do Decreto Lei n. 4.244/1942, parte da Reforma Capanema. O período estabelecido para esta pesquisa foi de 1951 a 1961, que compreende, respectivamente, a criação do Ginásio Presidente Vargas, na cidade de Dourados, e o ano em que se encerrou o período da vigência da Reforma Capanema, com a Lei n. 4024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O ponto de partida para a pesquisa foram os questionamentos sobre quem foram os professores e professoras do ensino secundário de Dourados e quais mudanças ocorreram na profissão docente no período em questão a partir da Reforma Capanema. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico regional e definiram-se os procedimentos metodológicos. Tratou-se de uma pesquisa histórico documental, para a qual foram transformados em fontes os documentos coletados no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) sobre o Ginásio Osvaldo Cruz (1954) e sobre o Ginásio Presidente Vargas (1951/1958), além de terem sido relacionados os documentos desses acervos com a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, parte do conjunto de Leis conhecido como Reforma Capanema. Realizou-se a análise dessas fontes a partir da perspectiva de Certeau (1982) e Le Goff (1990). A análise mostrou que a maioria do corpo docente do ensino secundário em Dourados, entre os anos de 1951 e 1961, era formada por advogados, médicos, padres, percebendo-se haver, desde essa época, a necessidade de formação em serviço, prevista na Lei Orgânica do Ensino Secundário. Concluiuse que os professores e professoras secundaristas de Dourados buscavam se adequar ao Decreto-Lei n. 4.244/1942 quanto à formação, mas enfrentavam, ainda, muitos desafios em relação ao salário e condições de trabalho.

**Palavras-chave:** docência; profissão docente; sul de Mato Grosso; ensino secundário; História da Educação.

#### **ABSTRACT**

In this master's thesis research, it was analyzed the history of secondary school teachers in Dourados, Mato Grosso, during the validity of Decree Law n. 4.244/1942, part of the Capanema Reform. The period established for this research was from 1951 to 1961, which comprises, respectively, the foundation of the Presidente Vargas Gymnasium, in the city of Dourados, and the year in which the effective period of the Capanema Reform ended, through Law n. 4024/1961, the Law Guidelines and Bases of National Education. The starting point for this research was the questions about who were the secondary school teachers in Dourados and what changes occurred in the teaching profession in the referred period after the Capanema Reform. For this purpose, a regional bibliographic survey was carried out and the methodological procedures were defined. It was a historical documentary research, for which the documents collected at the Regional Documentation Center of the Federal University of Grande Dourados were transformed into sources about the Osvaldo Cruz Gymnasium (1954) and about the Presidente Vargas Gymnasium (1951/1958), in addition to having related the documents of these collections with the Organic Law of Secondary School of 1942, part of the set of laws known as Capanema Reformation. These reserach sources were analyzed from the perspective of Certeau (1982) and Le Goff (1990). The analysis showed that the majority of the secondary school teaching staff in Dourados, between the years 1951 and 1961, was formed by lawyers, doctors, priests, realizing that, since the indicated time, there is a need for in-service training, provided for in the Organic Law of Secondary Education. It was concluded that high school teachers from Dourados sought to adapt to Decree-Law n. 4.244/1942 regarding training, but they still faced many challenges in relation to salary and working conditions.

**Keywords:** teaching; teaching profession; southern Mato Grosso; secondary school; History of Education.

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADES Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CAND Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CDR Centro de Documentação Regional

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

GEPHEMES Grupo de Pesquisa História, Memória e Sociedade

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação e Cultura

PIBIC Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PPGEdu Programa de Pós-Graduação em Educação

PSD Partido Social Democrático

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

UDN União Democrática Nacional

UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

# LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: As disciplinas na Reforma Francisco Campos - 1931	39
FIGURA 2: As disciplinas na Lei Orgânica do Ensino Secundário – 1º ciclo e 2º ciclo	
FIGURA 3: Mapa do Território Federal de Ponta Porã (1943- 1946)	
FIGURA 4: Produção de Insumos Agrícolas em Dourados- 1950	61
FIGURA 5: Mapa do Centro de Dourados - 1952	63
FIGURA 6: Ginásio Presidente Vargas em 1957	66
FIGURA 7: Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados - primeira sede	67
FIGURA 8: Ginásio Osvaldo Cruz (1956 - 1958) - segunda sede	67
FIGURA 9: Ampliação da anotação da foto da segunda sede do Osvaldo Cruz	67
FIGURA 10: Ginásio Osvaldo Cruz- sede própria	68
FIGURA 11: Ata em prol da instalação do Ginásio Osvaldo Cruz	70
FIGURA 12: Documento Corpo Docente em Exercício- 1954	72
FIGURA 13: Livro Ponto Ginásio Presidente Vargas- 1961	91
FIGURA 14: Diploma do professor José Pereira Lins	93
FIGURA 15: Corpo Docente em Exercício 1958- Osvaldo Cruz	94
FIGURA 16: Regimento do Ginásio Osvaldo Cruz	97
FIGURA 17: Convite de formatura da turma de 1957- Ginásio Osvaldo Cruz	101

# LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1: Gênero dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz 1954-	
1960	.81
GRÁFICO 2: Tempo de serviço no Osvaldo Cruz 1954- 1960	.82
GRÁFICO 3: Habilitação CADES no Osvaldo Cruz 1954-1960	.83
GRÁFICO 4: Número de disciplinas ministradas por professor no Osvaldo Cruz 1954-	0.2
1960	83
GRÁFICO 5: Gênero dos professores e professoras - Ginásio Presidente Vargas- 1961	90
GRÁFICO 6: Número de disciplinas ministradas por professor- Ginásio Presidente Vargas -	_
19619	92

# LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Instauração do Estado Novo	18
IMAGEM 2: Campanha de Getúlio Vargas para as eleições de 1950	20
IMAGEM 3: Visita de Getúlio Vargas em Ponta Porã - 1941	21
IMAGEM 4: Primeira Prefeitura de Dourados	57
IMAGEM 5: Sede da Colônia Agrícola de Dourados- ano de 1943	58
IMAGEM 6: Colonos da CAND	59
IMAGEM 7: Avenida Marcelino Pires em 1950	64
IMAGEM 8: Inauguração do Ginásio Osvaldo Cruz- sede própria – 1958	73
IMAGEM 9: Cerimônia de inauguração da sede própria do Osvaldo Cruz	74
IMAGEM 10: Inauguração do Ginásio Presidente Vargas-1958	85
IMAGEM 11: Alunos e professores do Ginásio Osvaldo Cruz	100
IMAGEM 12: Galeria com os professores e professoras homenageados na formatur	ra da turma
de 1957 – Osvaldo Cruz	101

# LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Dos Trabalhos Selecionados para Pesquisa Bibliográfica	24
QUADRO 2: Dos Trabalhos Selecionados no Google Acadêmico	26
QUADRO 3: Relação de documentos encontrados no CDR sobre professores, Ginásio Osvaldo Cruz	31
QUADRO 4: Relação de documentos encontrados no Ginásio Presidente Vargas	32
QUADRO 5: Dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz	75
QUADRO 6: Dos professores e professoras do Ginásio Presidente Vargas	87
QUADRO 7: Salários dos professores e professoras – Ginásio Osvaldo Cruz (1954- 196	
QUADRO 8: Salário do professsor Ayrthon Bezerra (1954- 1960)	104

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A ERA VARGAS E O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL	
1.1 O Ensino Secundário no Brasil	34
1.2 As Reformas no Ensino Secundário e suas implicações no trabalho dos Professores e	
1.2 As reformas no Ensino Securdario e suas impreações no trabamo dos Frotessores e	_
1.2.1 Reforma Francisco Campos	37
1.2.2. Os professores na Reforma Francisco Campos	40
1.2.3. A Reforma Capanema	41
1.2.4. Os professores na Reforma Capanema	44
1. 3 O oficio de professor de Ensino Secundário	45
1.4 A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)	49
2. O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO E NA CIDADE DE D	OURADOS
2.1 O Ensino Secundário no sul de Mato Grosso	53
2.2 A cidade de Dourados	54
2.3 A urbanização de Dourados	60
2.4 Os Ginásios em Dourados	64
3. OS PROFESSORES E PROFESSORAS DE ENSINO SECUNDÁRIO EM DOUR	RADOS
3.1 O Ginásio Osvaldo Cruz e o Corpo Docente	69
3.2 O Ginásio Presidente Vargas e o Corpo Docente	84
3.3 A formação inicial dos professores e professoras e a habilitação CADES	92
3.4 O trabalho docente e a relação professor- aluno	95
3.5 O salário dos professores e professoras secundaristas	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	116

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a estudar os professores e professoras de ensino secundário<sup>1</sup> na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso,<sup>2</sup> no período de 1951 a 1961. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado "Ensino Secundário no Brasil em Perspectiva Histórica e Comparada (1942-1961)", coordenado pela Professora Doutora Eurize Caldas Pessanha<sup>3</sup>.

O período abrangido por esta pesquisa está inserido na vigência do Decreto-Lei n. 4.244 de 1942, parte da Reforma Capanema<sup>4</sup>, marco na educação secundária no País, revogado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 4024 de 1961. A pesquisa se inicia em 1951, ano da criação do Ginásio Presidente Vargas<sup>5</sup>, na cidade de Dourados e vai até 1961, ano em que se encerra o período da vigência da Reforma Capanema.

Para explicitar melhor meu vínculo com esta dissertação, farei aqui um breve relato da minha trajetória acadêmica. Cursei Pedagogia pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) na cidade de Dourados. Ainda na graduação tive meus primeiros contatos com pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), fui bolsista deste programa por dois anos, desenvolvendo pesquisas<sup>6</sup> com temáticas relacionadas à identidade profissional docente e memórias de professores. Após me graduar, atuei nas Redes Estadual e Municipal de ensino como professora, sendo que uma dessas escolas leva o nome de um dos primeiros professores e professoras de ensino secundário da cidade<sup>7</sup>. Fiz especializações voltadas para o trabalho docente como: Educação Especial e Psicopedagogia Clínica e Institucional, mas, meu objetivo era o mestrado. A semente plantada em mim a partir do desenvolvimento das pesquisas de iniciação científica, a curiosidade por fazer descobertas, me fizeram optar por realizar o curso de mestrado na linha de História da Educação, Memória e

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Ensino secundário é a nomenclatura utilizada no DECRETO-LEI N. 4.244 - DE 9 DE ABRIL DE 1942 (Lei orgânica do Ensino Secundário) parte da chamada Reforma Capanema.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Atualmente situada no Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que envolve pesquisadores de 14 estados do Brasil.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Gustavo Capanema nasceu em 1900, em Pitangui no estado de Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Faculdade de direito de Minas Gerais, se destacou como intelectual e político no Brasil. Foi Ministro da Educação e Saúde no governo Vargas (1930-1945), em 1934. Formulou o conjunto de Leis Orgânicas para as diversas modalidades do ensino médio que ficou conhecido como Reforma Capanema.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Em 1958, o Colégio Presidente Vargas (primeira instituição pública) começou a funcionar, apesar de ter sido criado em 1951 pela Lei nº 427, de 2 de outubro de 1951.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Trabalho desenvolvido no ano de 2010 intitulado "A identidade profissional docente de professores dos anos iniciais", e trabalho desenvolvido em 2011 intitulado "Formação de professores: resgatando a memória de professores dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Dourados". Ambos sob orientação do professor Dr. Milton Valençuela (UEMS).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Escola Estadual Professor Celso Müller do Amaral em Dourados/MS.

Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. A princípio meu projeto no processo seletivo visava estudar a memória de professoras alfabetizadoras, porém, após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), a partir de leituras e conversas com minha orientadora, decidimos que minha temática ficaria dentro da profissão docente de professores e professoras do ensino secundário, temática que tem relação com os trabalhos que desenvolvi durante a graduação e mencionei acima. Tema este que me interessa, e tem relevância pois a cidade de Dourados estava em expansão nesse período, sendo uma das cidades a se constituir e crescer em número populacional no estado, portanto, conhecer os professores e professoras que atuaram no ensino secundário é de grande importância para a história da educação da Região.

Atualmente faço parte do Grupo de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade (GEPHEMS) e os estudos realizados no grupo têm ampliado meu conhecimento sobre História da Educação.

O lócus desta pesquisa é o município de Dourados/MT, no período histórico em que fazia parte do estado de Mato Grosso, antes da criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977. O município de Dourados foi criado em 1935 quando foi emancipado do município de Ponta Porã. De 1943 a 1946 Dourados fez parte do Território Federal de Ponta Porã.

A "Marcha para o Oeste" foi um mecanismo utilizado pelo governo de Getúlio Vargas<sup>9</sup> para povoar a região do sul de Mato Grosso, até então ocupada apenas pelos povos indígenas, além de promover o seu governo. Conhecida como "A política de 'Marcha para o Oeste' visava a expansão brasileira dentro de suas fronteiras e recolocava o problema da mão-de-obra necessária à coordenada conquista do interior do país". (GOMES, 1999, p. 69).

Para melhor expor o tema desta pesquisa e delimitar a periodização, faz- se necessária a apresentação das condições históricas da sociedade brasileira no período estudado, cuja compreensão inclui uma análise da chamada Era Vargas, iniciada em 1930, quando Getúlio Vargas assume a chefia do Governo Provisório, passando pela criação do Estado Novo em 1937, sendo derrubado do poder com a onda democrática após o término da Segunda Guerra, em 1945. Em 1950, retornou pelo voto, mandato que terminou com seu suicídio em 1954.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> "O Território Federal de Ponta Porã foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei no 5.812 (BRASIL, 1943)". (JOSGRILBERT, 2020, p. 16)

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Nascido em 19 de abril de 1882, no Rio Grande do Sul, na cidade de São Borja, ingressou na vida militar aos 16 anos. No ano de 1911, casou-se com Darcy Samanho com quem teve cinco filhos. Sua trajetória política teve início em 1904, ano em que também começou a faculdade de Direito em Porto Alegre. Aproximou- se naquele mesmo ano do Partido Republicano Rio Grandense (PRR). Vargas entrou na política gaúcha em 1908, elegendo-se como deputado estadual pelo (PRR) e cumpriu em 1913 seu segundo mandato. Porém, por conta de desacordos políticos, renunciou ao cargo retornando somente em 1917. Em 1923 foi eleito para deputado federal.

Tendo ocupado o poder por tanto tempo, num período em que, às vezes por iniciativa de seu governo, às vezes pela própria dinâmica da sociedade, o país passou por transformações profundas, é necessário situar essa figura. Nas palavras de Diniz (1999) começamos aqui com uma ideia do que foi a chamada Era Vargas no Brasil:

A figura de Getúlio Vargas é, certamente, uma das mais controvertidas da história do Brasil republicano. A partir dos anos 30, quando começa a projetarse na política nacional como chefe da revolução que pôs fim à república oligárquica, as imagens progressivamente associadas a Vargas são as mais contraditórias possíveis. Tal controvérsia não se restringe às suas características de personalidade enquanto líder político, mas adquire maior alcance, ao envolver questões mais amplas, tais como seu real papel histórico, o significado político de seus dois governos (1935-45; 1951-54) ou ainda o teor e a consistência de suas políticas nas diferentes áreas econômica, social, política e cultural. Hoje a polêmica é retomada, discutindo-se intensamente o legado da chamada era Vargas. (DINIZ, 1999, p. 21).

É importante ressaltar que as informações aqui expostas tiveram como base pesquisas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e algumas imagens aqui utilizadas também fazem parte do Acervo Getúlio Vargas<sup>10</sup>. E outras foram retiradas da página da Comissão de Revisão Histórica de Dourados<sup>11</sup>.

Em 1926 e 1927, Getúlio Vargas começa a aparecer de fato no cenário nacional como uma figura política, quando foi nomeado por Washington Luís (presidente do Brasil) para ocupar a cadeira de Ministro da Fazenda. Já em 1927, Vargas disputou o governo do Rio Grande do Sul e foi presidente do estado no ano de 1928.

Lamounier (1999) explica que, com a crise de 1929, várias mudanças começaram a surgir no cenário político brasileiro. Em 1930, uma crise econômica mundial estava instalada devido à quebra da bolsa de Nova York, envoltos nessa crise estavam os trabalhadores brasileiros, a maioria desempregada. Este movimento de mudança na política já acontecia, mas, foi intensificado com a crise. Havia toda uma discussão sobre a regulação do Estado nas questões econômicas e sobre a centralização do poder. Surgiram várias controvérsias sobre a necessidade de mudanças na política do País.

Vargas assumiu a chefia do poder executivo do País, após a derrota das oligarquias que dominavam o cenário político até então. Candidato à presidência, apoiado pela Aliança Liberal, foi derrotado por Júlio Prestes, que provocou um movimento de oposição unindo políticos e tenentes, culminando com o golpe de 1930, registrado como a Revolução de 1930. Washington

<sup>11</sup> Página do Facebook criada por historiadores douradenses para divulgar a História da Fundação de Dourados. Disponível em: <a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao/">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao/</a>>. Acesso em: 13/06/2020.

¹º A pesquisa dessas fontes iconográficas foi realizada no acervo CPDOC: Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia">https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia</a>. Acesso em: 13/06/2020. Para acesso ao acervo foi utilizado o link mencionado- a busca feita em acervo com o nome "Getúlio Vargas".

Luís acabou por renunciar à Presidência, Júlio Prestes foi impedido de assumir a cadeira e Vargas assumiu a presidência num mandato provisório. A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O golpe de outubro de 1930, que deslocou as tradicionais oligarquias do epicentro do poder, tem sido tratado na historiografia a partir de diferentes vertentes explicativas. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 19).

Com a subida de Vargas ao poder foi formulada e colocada em prática a "política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e na instituição da Justiça do Trabalho" (GOMES, 1999, p. 55).

A princípio, a indicação de Vargas era provisória, porém dirigiu o governo provisório de 1930 a 1934, em seguida foi eleito como Presidente, de forma indireta, pelo Congresso e os anos de 1934 a 1937 são registrados como constitucionais.

Em 1937, Vargas fez a instalação do Estado Novo e se transformou em ditador. A forma de governar no Estado Novo foi amplamente discutida por historiadores e ainda é, devido às diversas contradições existentes no regime e as várias formas de se ver o governo, para uns Vargas era aquele que trazia o progresso e para outros ele era totalmente autoritário.



IMAGEM 1: INSTAURAÇÃO DO ESTADO NOVO

Fonte: CPDOC – Acervo Getúlio Vargas- Getúlio Vargas fala à nação por ocasião da instauração do Estado Novo. Rio de Janeiro, 10/11/1937. (Arq. GV foto 041). Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia">https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia</a>. Acesso em:13/06/2020.

A imagem 1 registra Getúlio Vargas na instauração do Estado Novo. O Estado Novo nas palavras de Fausto (1999) é resumido como "diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso." (FAUSTO, 1999, p. 20). O autoritarismo teve sua base forte justamente no período de 1937 a 1945.

Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem do homem que, através de um golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura a ditadura, pondo fim à breve e turbulenta

experiência democrática de 1934-37, traindo assim os ideais da revolução de que fora um dos principais líderes. (DINIZ, 1999, p. 23).

Gomes (1999) comenta em seu estudo a relação próxima de Vargas com os trabalhadores, sobretudo com os trabalhadores pobres, "tornavam-se operosos por força da necessidade, enquanto cabia aos "homens bons" a responsabilidade social por sua existência e pelo progresso da nação" (GOMES, 1999, p. 53). A relação de venda de força de trabalho era muito forte no período do Estado Novo, os trabalhadores vendiam a sua força de trabalho em troca do "progresso" do País. Havia exploração da força de trabalho de pessoas que sonhavam com melhores condições de vida.

É notável o trabalho de propaganda articulado ao governo de Getúlio Vargas, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em todo o período do Primeiro Governo de Vargas (1930- 1945), sobretudo durante o Estado Novo (1937- 1945) e até mesmo no segundo governo. O DIP foi criado com a intenção "de se ocupar das funções de censura da imprensa, era um dos órgãos atuantes na política cultural do regime através de sua intensa atividade editorial." (VIEIRA, 2019, p. 11).

A figura do trabalhador é muito utilizada durante o Estado Novo, chamando o operário para a "responsabilidade" de trabalhar e fazer o País prosperar. O trabalhador era colocado como um ator de transformação da situação econômica, cabendo a ele velar para ter a ascensão social e contribuir ao mesmo tempo para o crescimento socioeconômico do País. O pensamento estado novista estava instalado.

O trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem bom e honesto. Suas dificuldades e sua pobreza não deviam ser associadas a falhas morais, mas às condições estruturais do sistema sócio-econômico, que podiam ser vencidas. A ascensão social do trabalhador estava, portanto, relacionada à intervenção do poder público e na dependência deste, única força capaz de superar os enormes problemas que condicionavam e impediam sua realização pessoal. (GOMES, 1999, p. 71).

Em 1945, mesmo ano do término da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas é tirado do governo pelos militares. No mesmo ano Eurico Gaspar Dutra (1946- 1951) lança candidatura à Presidência da República "o presidente eleito após a queda de Vargas só o foi graças ao apoio que este lhe dera" (ROMANELLI, 2014, p. 55).

No período de 1945 a janeiro de 1951, o Brasil é liderado pelo general Eurico Gaspar Dutra. Até mesmo fora do poder Getúlio Vargas tinha suas articulações políticas. Porém seu retorno vem em 1951, agora por eleições diretas que aconteceram em 1950, onde concorreram Getúlio pelo PTB; Eduardo Gomes pela UDN; Cristiano Machado pelo PSD.



IMAGEM 2: CAMPANHA DE GETÚLIO VARGAS PARA AS ELEIÇÕES DE 1950

Fonte: CPDOC- Acervo Getúlio Vargas - Campanha de Getúlio Vargas para as eleições de 1950. Manaus (AM), 25/10/1950. (Arq. GV foto 169/2). Disponível em: <a href="https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia">https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia</a>. Acesso em: 13/06/2020.

A imagem 2 registra um dos momentos de campanha de retorno à presidência de Vargas no ano de 1950, essa imagem foi registrada em Manaus e deixa bem exposta a popularidade do então candidato à presidência, percebe- se que sua campanha foi forte e teve todo um apelo popular. "As massas ou os trabalhadores aparecem. Portanto, como pano de fundo da política." (CAMARGO, 1999, p. 33).

Diante de todas as dificuldades de governar o País, pressionado pela oposição com denúncias de corrupção, e as diversas controvérsias durante seu governo, a pressão fez com que Vargas cometesse suicídio em 1954.

É nesse cenário no governo de Vargas (1951-1954) que as decisões políticas em geral e educacionais em particular vão despontar na cidade de Dourados sob a forma da criação de instituições de ensino secundário no sul do Mato Grosso. Lembrando que as leis em vigência no período foram as Reformas do Ensino Secundário Francisco Campos (1931) e a série de leis que ficou conhecida como Reforma Capanema (1942) já criadas durante o "Estado Novo". Essas Reformas serão detalhadas no decorrer deste trabalho, principalmente a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942.

Gomes (1999) relata que o Brasil tinha terras despovoadas, no Centro-oeste, na Amazônia, o Sul do País tinha sido ocupado, porém não havia colonização de fato, somente povoamento. O Nordeste do País era muito afastado justificando "o grande papel de guardião da unidade brasileira" (GOMES, 1999, p. 68).

Várias intervenções precisaram ser tomadas pelo governo a fim de ocupar essas áreas não povoadas. Havia sido criado em 1930 o Departamento Nacional de Povoamento, que

objetivava levar para o interior do País, os indivíduos sem trabalho a fim de estimular o crescimento dessas áreas ao mesmo tempo em que tirava estes indivíduos de áreas em que já ameaçavam a ordem pública pela razão de não estarem ocupados. Dessa forma, a partir de 1930, com a criação deste departamento e com a liderança de Vargas no Brasil, impulsionou- se a ocupação de vários espaços inabitados em toda a extensão territorial brasileira.

Nesse contexto histórico, em 1940, é criada a "Marcha para o Oeste" com o principal objetivo de povoar as cidades pouco ocupadas. Idealizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi pensada para destacar o governo Vargas na ideia de desenvolvimento econômico e crescimento populacional do Brasil.

No governo de Getúlio Vargas, foram criadas as Colônias Agrícolas vistas como "viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos" (LENHARO, 1986, p. 50). Por sua vez não havia previsão de instalação de imigrantes nas cidades, a princípio era uma política voltada à população brasileira nas cidades e os imigrantes deveriam se instalar no campo, desde que fosse para o desenvolvimento do País, seguindo o ideário de progresso do Brasil.

Com essa ideologia e propaganda o governo impulsionou grande parte da população nessa espécie de mobilização pela Pátria e várias Colônias Agrícolas foram se formando de modo que estas Colônias Agrícolas tinham um apelo patriótico o "regime coloriu-a de verdeamarelo" (LENHARO, 1986, p. 50).



IMAGEM 3: VISITA DE GETÚLIO VARGAS EM PONTÃ PORÃ-1941

Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados- Disponível em: <a href="https://www.facebook.com/comissaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaoderevisao</a>>. Acesso em 13/06/2020.

A imagem 3 registra a chegada do então Presidente da República Getúlio Vargas em Ponta Porã em 1941. Atenta- se para que o presidente ainda não havia neste período implantado a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) na região de Dourados, pois a CAND se instalou de fato na região a partir de 1948, mas, muito provavelmente, estava a conhecer os territórios aos quais iria propor divisões. Divisões que formaram Territórios Federais e

Dourados fez parte do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), como será detalhado neste trabalho.

## AS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO DURANTE A ERA VARGAS

Em relação ao panorama educacional, durante a Era Vargas, foram travadas lutas ideológicas e disputas entre grupos políticos. Nesse sentido um dos marcos mais importantes foi o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", datado de 1932. Trata-se de um documento escrito, assinado e divulgado por intelectuais brasileiros que reivindicavam a renovação na educação no Brasil. Os signatários desse documento foram:

Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes. (VIDAL, 2013, p. 580).

Neste mesmo estudo, Vidal (2013) expõe que o Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova trouxe mudanças na forma de pensar as práticas dos professores em sala de aula. Nesse sentido, é importante destacar que o Brasil "foi o único país do mundo ocidental em que a Escola Nova tornou-se um investimento de Estado." (VIDAL, 2013, p. 582).

Boutin e Silva explicitam que o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova tinha como reivindicação:

um ensino que rompesse com o modelo tradicional de educação que até então vigorava. Segundo os pressupostos escola novistas, o professor seria um direcionador do saber e os alunos seriam agrupados de acordo com as áreas de interesses, assim, as atividades seriam mais livres o professor atuaria como um estimulador do processo educativo que decorreria de um ambiente que propiciava o aprendizado. (BOUTIN; SILVA, 2015, p. 2).

Os estudos de Romanelli (2014) apontam que esse Manifesto era pautado na ideia de que o estado deveria assumir a educação de todas as classes. Não deveria existir então a educação secundária somente para as "elites" nas, o Estado deveria se incumbir de toda a educação sendo ela pública e gratuita. Houve toda uma discussão acerca de como deveriam ser as escolas que, além de públicas, não deveriam se submeter às diferenças entre sexos ou de ordem psicológica.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> A criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES que vai ser detalhada mais adiante, justifica esta opinião.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Trata de uma expressão polissêmica a necessitar de explicações que não cabem neste espaço, está sendo usada porque aparece muito na historiografia do ensino secundário.

A luta ideológica estava sendo travada no campo da educação nesse período pois, pelas reivindicações deste Manifesto, haveria espaço para que não só os considerados da "elite" ocupassem os espaços da escola, mas também os alunos oriundos das camadas populares pudessem acessar o ensino. Havia toda uma preocupação também das escolas privadas pois reivindicava-se que a escola deveria ser gratuita e isso implicaria na expansão de instituições públicas de ensino pelo País, trazendo assim riscos para as escolas particulares de perderem alunos.

Xavier (2002) traz em seus estudos uma análise do Manifesto dos Pioneiros apontando que este Manifesto foi "um momento significativo do processo de especialização e autonomização do campo educacional." (XAVIER, 2002, p. 7) e que também foi uma estratégia política no sentido de tomada do poder dos rumos educacionais do País.

Este grupo de intelectuais defendia uma educação democrática que atingisse a todos. Buscava-se não somente esse alcance da educação para todos, mas também uma organização da educação através de reformas educacionais. Os intelectuais conseguiram alcançar a sociedade pois "Vários signatários tinham participação ativa em associações de educadores profissionais de diferentes níveis. Todos foram, em certa medida, intelectuais que alcançaram alguma importância no campo cultural" (XAVIER, 2002, p. 11).

Romanelli (2014) retrata também sobre o alcance do Manifesto dos Pioneiros junto aos educadores desse período, provocando reflexão sobre a situação da educação no Brasil. A autora destaca que "o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mas também estava representando uma tomada de consciência por parte dos educadores, até então praticamente inexistente." (ROMANELLI, 2014, p. 153).

Houve repercussão das ideias do Manifesto na imprensa brasileira e na sociedade como um todo. Considera-se que o Manifesto ainda precisa muito ser estudado pela História da Educação Brasileira. Porém, como não é o objetivo deste trabalho pretendeu-se apenas a compreensão panorâmica deste Manifesto a fim de compreende suas contribuições para as reformas educacionais do período. Cabe ainda destacar que "o Manifesto proclama a necessidade de que a Educação seja reconhecida como função pública e, portanto, como uma responsabilidade do Estado." (XAVIER, 2002, p. 18)

Entre "vitórias e derrotas", para usar os termos usados por Romanelli (2014), chama a atenção que, na elaboração Constituição de 1934, foram incluídos dispositivos com ideias do Manifesto, tal como "o artigo 148, que afirma ser a educação direito de todos e dever dos poderes públicos proporcioná-la, concomitantemente com a família" (ROMANELLI, 2014, p. 155). Em 1937, a Constituição traz a educação profissional e inclui algumas contribuições para

a "evolução do sistema do ensino no Brasil, sobretudo do ensino profissional" (ROMANELLI, 2014, p. 156).

Pandolfi (1999) destaca que, a partir da Constituição de 1937, existe uma "calmaria" nos debates sobre educação no Brasil, porque com a criação do Estado Novo no Brasil, de caráter autoritário, as opiniões contrárias às posições governamentais eram censuradas e os opositores perseguidos e torturados.

Segundo dados do Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) de 1953, o Brasil contava 51.944.395 habitantes no ano de 1950, destes 522.044 habitantes em Mato Grosso e, na cidade de Dourados, a população estimada era de 22.834 habitantes. Esse crescimento da população também colaborou para a implantação do ensino secundário na região tendo sido criados os dois primeiros estabelecimentos de Ensino Secundário: Ginásio Presidente Vargas em 1951 e o Ginásio Osvaldo Cruz em 1954 as duas instituições nas quais são investigados nesta pesquisa os professores e professoras de ensino secundário na cidade de Dourados.

Para localizar produção bibliográfica sobre nossa temática, foi realizado levantamento<sup>14</sup> na plataforma Scielo Scientific Electronic Library com os descritores: "História da educação no estado de Mato Grosso" (foram encontrados nove trabalhos), com o descritor "História do ensino secundário" (foram encontrados 18 trabalhos), "Professores do ensino secundário" (sete trabalhos), "Ensino secundário no Brasil" (oito trabalhos), e "Reforma Capanema" (oito trabalhos). Os levantamentos nos levaram aos seguintes trabalhos especificamente sobre professores.

Nesta plataforma não foram encontrados trabalhos específicos sobre a profissão docente, mas, foram selecionados alguns trabalhos para pesquisa bibliográfica:

QUADRO 1: DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA:

DESCRITOR				NATUREZA
PESQUISADO:	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	AUTOR (ES)	DO
				TRABALHO E
				ANO DE
				PUBLICAÇÃO

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Levantamento realizado na Plataforma SciELO – Scientific Electronic Library -Online, com os descritores: história da educação no estado de Mato Grosso; história do ensino secundário; professores do ensino secundário; ensino secundário no Brasil; Reforma Capanema. Disponível em:https://www.scielo.org. Acesso em: 23.06.2021.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	1.Uma história das ciências físicas, químicas e naturais no ensino secundário (1882- 1950)	Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju/SE, Brasil	Eva Maria Siqueira e João Paulo Oliveira	Artigo 2018
	Circuitos e usos de modelos pedagógicos renovadores no ensino secundário brasileiro na década de 1950	Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis/SC, Brasil	Noberto Dallabrida	Artigo 2018
	3.Uma configuração para o ensino secundário (1930-1960): Cultura, formação humana e boa educação.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil	Fabiany de Cássia Tavares e Maurinice Evaristo Wenceslau	Artigo 2018
PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO	1.Dentre a reforma Rocha Vaz e o Estado Novo: Os professores suplementares do Ginásio Pedro II	Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio), Rio de Janeiro/RJ, Brasil	Jefferson da Costa Soares e Gustavo da Motta Silva	Artigo 2018
	2.O processo de formação de professores no curso de matemática da faculdade de filosofía, ciências e letras de Montes Claros- MG(1968-1978)	Universidade Estadual de Montes Claros (Uni montes), Brasil	Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Maria Laura Magalhães.	Artigo 2017
REFORMA CAPANEMA	As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970.	Universidade de São Paulo, São Paulo, SP- Brasil.	Maria Neuza Almeida Queiroz Yassuko Housome	Artigo 2019
Fonte: Elaboração	2. Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952	Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE-UFPR. Universidade Federal do Paraná.	Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt	Artigo 2011

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Como não foram encontrados trabalhos específicos sobre professores, a busca foi dirigida para outra plataforma, o Google Acadêmico. Utilizando como descritores: "ofício de docente" (foram encontrados 34 trabalhos), "professores de ensino secundário" (foram encontrados quatro trabalhos) e "CADES" (foram encontrados 16 trabalhos), dos quais foram destacados os seguintes textos:

QUADRO 2: DOS TRABALHOS SELECIONADOS NO GOOGLE ACADÊMICO<sup>15</sup>

TIPO	ANO	AUTOR (ES) E INSTITUIÇÃO	TÍTULO	RELAÇÃO COM A	REFERÊNCIA
		in stiff of the		TEMÁTICA	
ANAIS DE EVENTO	2000	Diana Couto Pinto  Universidade Federal do Rio de Janeiro	Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida?	CADES	PINTO (2000)
ANAIS DE EVENTO	2002	Paula Perin Viacentini Universidade de São Paulo	Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964).	Professores de Ensino Secundário	VIACENTINI (2002)
Artigo	2003	Rita de Cássia Prazeres Frangella Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Formação docente e a emergência de uma Nova identidade profissional – a revista Escola secundária da CADES (1957 – 1963)	CADES	FRANGELLA (2003)
Artigo	200	Sílvia Asam da Fonseca  Programa Educação: História, Política, Sociedade da PUC – SP	A Revista "Escola Secundária" e o programa de professores da CADES	CADES	FONSECA (2003)
Artigo	2004	Menga Lüdke Luiz Alberto Boing	Caminhos da profissão e da Profissionalidade docentes	Ofício de professores	LÜDKE; BOING (2004)
Artigo	2010	Ana Waleska Pollo Campos Mendonça  Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC -Rio, Brasil	A fragmentação dos estudos secundários e seus efeitos sobre o processo de profissionalização dos professores	Professores de Ensino Secundário	MENDONÇA (2010
Artigo	2010	Ivete Maria Baraldi Rosinéte Gaertner Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma Descrição da Produção Bibliográfica (1953- 1971)	CADES	BARALDI; GAERTNER (2010)
Artigo	2013	Ana Waleska P. C. Mendonça	A criação do Ginásio de Pedro II e seu impacto na		LOPES; MENDONÇA;

\_

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Busca no site: scholar.google.br. Acesso em: 23.06.2021.

		Ivone Goulart Lopes Jefferson da Costa Soares Luciana Borges Patroclo  Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil	constituição do magistério público secundário no Brasil	Professores de Ensino Secundário	PATROCLO; SOARES (2013)
Tese	2013	Fábio Alves dos Santos  Universidade Federal de Sergipe pelo Programa de pós- graduação em educação	Elite letrada e o ofício docente em Sergipe no século XIX"	Professores de Ensino Secundário	SANTOS (2013)
Artigo	2014	Libânia Nacif Xavier Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil	A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária	Oficio de professores	XAVIER (2014)
Tese	2016	Suely Cristina Silva  Universidade Federal de Sergipe pelo Programa de pósgraduação em educação	"Habilitado" ou "inabilitado": os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875- 1947)	Professores de Ensino Secundário	SOUZA (2016)
Artigo	2016	Norberto Dallabrida, Fabiana Teixeira da Rosa Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.	Circulação de ideias sobre a renovação do ensino Secundário na revista escola secundária (1957-1961)	CADES	ROSA; DALLABRIDA (2016)
Artigo	2019	Bruna Camila Both Miranda Antonio Vicente Marafioti Garnica Universidade Estadual de Campinas	Vista do Por um novo modelo de professor_ os livros publicados pela Cades	CADES	GARNICA; MIRANDA (2019)

Tese	2019	Bruna Camila	A Cades e um novo modelo de		
		Both Miranda	professor secundário nas décadas de		
			1950 e 1960	CADES	MIRANDA
		Universidade			(2019)
		Estadual Paulista			
		"Júlio de			
		Mesquita Filho"			

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Após a leitura dos trabalhos foram selecionados aqueles que traziam informações diretamente relacionadas às questões desta pesquisa comentadas a seguir.

Santos defendeu sua tese em 2013 pela Universidade Federal de Sergipe no Programa de Pós-graduação em Educação com o título "Elite letrada e o oficio docente em Sergipe no século XIX", neste trabalho, o autor procurou compreender o lugar ocupado pela docência no Sergipe no século XIX. Buscando entender a formação dos professores, como estes haviam chegado ao cargo, onde haviam exercido a docência. Neste estudo, é colocada a história da educação no Sergipe e escrita a história da profissionalização docente. Após temas introdutórios, o autor expõe quadros com nomes e formação dos professores que fizeram parte do professorado de Sergipe. A base de dados desta pesquisa foi o Dicionário Bibliográfico Sergipano, que foi organizado por Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. Os dados foram analisados a partir do teórico Pierre Bourdieu. O autor chegou à conclusão de que a docência no Sergipe foi constituída por vários profissionais que decidiram pela docência pelos mais diversos motivos: notoriedade, para arrecadar mais capital social para a família, reconhecimento social. O autor coloca ainda que é necessário se questionar sempre de vários pontos de vista a história da docência enquanto profissão.

Já em 2016, pela mesma universidade, Souza defendeu sua tese titulada "Habilitado" ou "inabilitado": os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875- 1947). Neste trabalho a autora procurou analisar as relações de poder quanto aos processos de concurso no Atheneu Sergipense. As fontes utilizadas foram atas, jornais, documentos, decretos, livros de inspeções para concursos. O trabalho teve como base de análise o teórico Michel Foucault e outros autores da Nova História Cultural. Nas análises, a autora chegou à conclusão de que, mesmo com as leis dizendo que deveria haver concursos, durante o Estado Novo, muitos professores ainda eram nomeados pelo governo, devido à falta de profissionais inscritos nos concursos ou até mesmo pela relação de poder exercida pelo governo. É exposto ainda que a efetiva profissionalização docente se deu a partir da realização de concursos no Atheneu Sergipense.

Em 2019, Miranda defendeu, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" no Programa de Pós-graduação em Matemática, o trabalho com título "A Cades e um

novo modelo de professor nas décadas de 1950- 1960". Além de abordar a docência este trabalho teve como foco a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário". Neste trabalho foram analisadas a Revista Escola Secundária, os Cursos de Orientação aos Exames de suficiência, o concurso do dia do professor e os livros que eram publicados pela CADES. Este estudo se constituiu de análises a partir do ponto de vista de Certeau percebendo as táticas e estratégias na formação de professores que a CADES ofertava. A autora faz conclusões pautadas na educação matemática, mas conclui também que a CADES foi importante para a formação dos professores secundaristas que trouxe a criação de um "modelo de professor" para o ensino secundário.

No que se refere a trabalhos regionais, o levantamento<sup>16</sup> realizado não localizou trabalhos que tratassem especificamente de professores secundaristas, mas, existem alguns trabalhos sobre instituições escolares, professores primários e história das disciplinas escolares nos quais existem informações sobre os professores do ensino secundário. A docência na região sul do estado ainda precisa ser estudada, e este trabalho pretende ajudar a preencher a lacuna encontrada. Sendo assim, este estudo poderá ampliar o conhecimento da própria história da educação na cidade de Dourados.

Os trabalhos analisados mostraram que a profissão docente vem sendo tema de investigações que focalizam desde concursos públicos até a formação de professores do ensino secundário via CADES, mostraram também que a profissão docente passou por diversas mudanças ao longo dos anos.

Essas leituras iniciais levaram à formulação do problema de pesquisa cujo ponto de partida foram os questionamento sobre quem foram os professores e professoras do ensino secundário de Dourados no período de 1951 a 1961; quais mudanças ocorreram na profissão docente neste período a partir da Reforma Capanema; qual a formação inicial e formas de atualização e aperfeiçoamento desses docentes; quais suas características pessoais: faixa etária; gênero; local de residência, vinculação institucional (tipo de escola), carreira: forma de ingresso na escola (concursos/ indicação), tempo de serviço; salário e plano de carreira.

Para responder a essas questões o objetivo geral desta pesquisa é analisar a história dos professores e professoras do ensino secundário em Dourados durante a vigência da Reforma Capanema como um elemento que compõe a história do Ensino Secundário na Região. Como

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Levantamento de trabalhos regionais na temática ensino secundário: Dissertações- Adimari (2005), Assis (2010), Barreda (2007), Campos (2004), Casimiro (2003), Feliz (1998), Josgrilbert (1998), Marques (2014), Menezes (2013), Menegheti (2013), Morais (2007), Oliveira (2009), Rahe (2006), Rocha (2010) e Wanderley (2013). Teses: Campos (2008), Oliveira (2014) e Rahe (2016).

objetivos específicos temos: (I). Relacionar a história da profissão docente na cidade de Dourados, de 1951 a 1961, com a legislação sobre ensino secundário. (II). Analisar as características dos professores e professoras do ensino secundário das escolas de ensino secundário da cidade de Dourados de 1951 a 1961 em relação à história da profissão docente no Brasil.

Considera-se que esta pesquisa de dissertação pode contribuir com os estudos já realizados no campo do ensino secundário no sul de Mato Grosso, principalmente em Dourados no período estudado. Desta maneira, destaca-se a relevância social e científica da pesquisa como complemento aos estudos que já foram desenvolvidos, sobretudo na cidade.

A fim de escrever a história do ensino secundário na região de Dourados/MT, esta pesquisa trabalha com documentos, a partir da visão de Certeau (1982) sobre a escrita da história:

Em história, tudo começa pelo gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documentos" em certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (CERTEAU, 1982, p. 73).

Por se tratar de uma pesquisa histórico-documental, foram analisados documentos existentes nos arquivos escolares do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados- disponíveis no Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR) e nos acervos do Ginásio Presidente Vargas localizado em Dourados, atual Escola Estadual Presidente Vargas.

O principal documento oficial é o Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942, Lei Orgânica para o ensino secundário que traz bases legais para esta pesquisa, além dos documentos das instituições escolares listados a seguir e fotografias das instituições escolares e dos professores e professoras.

No acervo do Professor José Pereira Lins do CDR da UFGD, foram localizados os documentos do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados, tais como: atas de criação da instituição, regimento da instituição, registro de horários de aula, registro de remuneração dos professores e professoras, registro do nome dos professores e professoras, bem como, as disciplinas que ministravam. Além de fotografías da instituição e de alguns professores e professoras.

Cabe ressaltar aqui que, nas visitas ao CDR, as buscas a princípio estavam voltadas ao acervo do Ginásio Osvaldo Cruz, no qual está localizada parte do acervo do Professor José Pereira Lins (que foi diretor da referida instituição).

Operando como Certeau (1982) propõe na citação acima, os documentos foram observados, lidos, separados os que se referiam à criação da instituição inicialmente, e, desse

grupo, foram selecionados os que eram relacionados a professores e professoras. Depois dessa tarefa, foram anotados no caderno de campo todos os documentos julgados importantes para a pesquisa. No Quadro 3 estão listados os documentos localizados no acervo do Ginásio Osvaldo Cruz do CDR.

QUADRO 3: Relação de documentos encontrados no CDR sobre professores, Ginásio Osvaldo Cruz.

Documentos	Ano de registro
Memorial de instalação do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Fotos do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Ata de criação do Ginásio Osvaldo Cruz	1954
Registro dos nomes dos professores e professoras com as disciplinas ministradas- professores e professoras em exercício	1954 a 1960
Remuneração dos professores e professoras	1954 a 1960
Regulamento escolar- contemplando os deveres dos professores e professoras	1954
Horários de aulas	1954 a 1960
Distribuição de alunos por turma	1960

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base em documentação localizada no CDR/UFGD.

Para Le Goff (1990), desde a revolução documental<sup>17</sup> o historiador assume como fontes, vários tipos de documentos sendo estes: imagens, documentos escritos, transmitidos pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 470).

A busca continuou com o olhar para o Ginásio Presidente Vargas. Foi feita uma primeira tentativa de coleta de fontes, porém em primeiro contato com a escola no mês de outubro de 2019, foi exigida autorização da Secretaria Estadual de Educação, recebida no dia 23 de dezembro de 2019, quando a escola já iniciara o recesso de fim de ano. No início de 2020, por

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> A revolução documental de que o autor trata aconteceu no século XX, com o rompimento da escola positivista em que a forma de fazer História se pautava somente em documentos, tinha-se o documento como verdade absoluta. A partir da Escola dos Annales (1929) começou-se a dar possibilidade ao historiador de construir suas próprias fontes.

conta de eleições de diretores, o acesso à instituição só foi possível no mês de maio de 2020, quando tivemos acesso aos arquivos da escola, com acompanhamento do diretor adjunto da instituição e de uma das secretárias da escola.

Foram observados todos os documentos da escola, exceto dos primeiros anos de funcionamento completos, na caixa denominada "61 a 66" havia Livros de Ponto dos anos citados, mas, somente o do ano de 1961 será utilizado nesta pesquisa. Sendo assim, o quadro 4, apresenta a listagem dos documentos encontrados nas caixas de arquivos do Ginásio Presidente Vargas de Dourados:

QUADRO 4: Relação de documentos encontrados no Ginásio Presidente Vargas

Documentos	Ano de registro
Livro ponto de professores e professoras	1961
1º livro de matrícula dos alunos	1958
Horário de aulas	Estava entre as páginas do Livro Ponto de 1961,
	porém sem data

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base no Arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados

Cabe comentar aqui um pouco de como o historiador deve operar quando trabalha com fontes que são oficiais. Em estudos de Anjos e Souza (2016), os autores apontam que trabalhar com fontes oficiais na história não é necessariamente caminhar nos "rigores" da lei, mas, que as fontes legislativas têm um limite que é, para os autores, uma ideia de organização, as leis procuram prescrever os modos de agir de uma sociedade, porém "[...] esperamos demonstrar que, na verdade, ela não apenas buscou ordenar as "realidades" para as quais foi proposta, como dialogou com elas e delas recebeu também interferências." (ANJOS; SOUZA, 2016, p. 877).

Para compreensão da relação da lei com a sociedade e suas especificidades cabe recorrer a um apontamento de Castanha (2001):

Toda lei é uma síntese. Todavia, ao colocá-la em execução, as contradições se revelam, pois, interesses particulares ou de grupos são contestados, as resistências se acentuam, as falhas da lei aparecem. Tais contradições aceleram o debate e novas alternativas são propostas, novas leis são aprovadas. (CASTANHA, 2001, p. 317).

Nesse sentido, destaca- se também que as fontes oficiais têm nesta pesquisa uma conotação de ordenar, mas também dialogar com os períodos pela vigência da lei da chamada Reforma Capanema e observar quais eram as regras para professores e professoras do ensino secundário no período estabelecido para a pesquisa.

Ainda foram localizadas fotografías que podem ser usadas como fonte. Sobre isso Kossoy explica que "Toda fotografía é um resíduo do passado" (KOSSOY, 2001, p. 45).

Mais uma vez recorre-se aos escritos de Certeau (1982) para compreender o que é a escrita da história, o autor ressalta que o historiador "trabalha sobre um material para

transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece a regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado." (CERTEAU, 1982, p. 72).

Tendo em vista os escritos dos autores, pretendeu-se retirar dos documentos informações submetidas a uma análise crítica, a fim de produzir uma história na perspectiva da Nova História Cultural<sup>18</sup>. Pretendeu-se indagar as fontes, a fim de construir essa história. Levando os ensinamentos de Luchese (2014) "Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras." (LUCHESE, 2014, p. 149).

A fim de construir esta narrativa, no primeiro capítulo, intitulado "A Era Vargas e o Ensino secundário no Brasil", tratamos do Ensino secundário no País, explana ainda as reformas do ensino secundário do período e as implicações no oficio dos professores e professoras em cada uma delas, incluindo as ações da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES).

Já no segundo capítulo intitulado "O Ensino Secundário no sul de Mato Grosso e na cidade de Dourados", apresentamos como se desenvolveu o Ensino Secundário em Mato Grosso e como estava a cidade de Dourados no período da inauguração dos Ginásios, trazendo informações sobre a implantação das instituições Ginásio Osvaldo Cruz e Ginásio Presidente Vargas.

No terceiro capítulo, "Professores do ensino secundário em Dourados" apresentamos os documentos localizados sobre professores e professoras bem como a análise destes. Para tanto foram incluídos mapeamentos dos docentes das duas instituições a partir dos documentos coletados, seguindo-se uma discussão sobre a formação inicial e em serviço desses docentes e sobre a participação da CADES nessa formação, o capítulo traz ainda reflexões sobre a remuneração, vinculação institucional destes professores e professoras bem como explanando como ocorria a carreira destes profissionais. Pretende-se escrever a história dos professores e professoras e analisar, a partir dos dispositivos regimentais, as características que as instituições consideravam desejáveis para um professor do ensino secundário no período.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Para Pesavento (2003) A História Cultural hoje pode ser considerada como uma História sem fronteiras. Vem da escola dos Annales. Ganhou vertentes no Brasil, onde se destacam vários autores brasileiros.

## 1. A ERA VARGAS E O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

Pretende-se neste capítulo levar o leitor à compreensão da história da educação secundária no Brasil, bem como traçar conexões com as Reformas educacionais que houve no período da gestão de Getúlio Vargas e, a partir disso, compreender quais foram as implicações dessas reformas educacionais para o trabalho docente.

### 1.1 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

Nunes (2000) em seus escritos traz um histórico do ensino secundário, informando que:

O ensino secundário foi introduzido pelos jesuítas na sociedade colonial brasileira há praticamente 500 anos, embora outras ordens religiosas, como os franciscanos, carmelitas e beneditinos, também estivessem realizando em nossa terra um apostolado que privilegiava a educação. Ao dirigirmos nossa atenção para o passado, percebemos uma herança que criou, mediante as instituições pedagógicas e os livros didáticos, de um modo silencioso e poderoso, representações centradas na Europa. É de lá que se definiu uma data, 1500, e um ponto de partida para toda uma trajetória que tem como protagonista o colonizador branco europeu na Terra das Palmeiras ou Pindorama e sua luta contra as sociedades ágrafas aqui existentes. Tornamonos território de experimentação das políticas colonizadoras. É nesse contexto que surgem os Ginásios de ensino secundário, como produtos da missão da Companhia de Jesus no Brasil. (NUNES, 2000, p. 36).

Os estudos de Nunes (2000) mostram que, neste contexto histórico, os jesuítas foram reconhecidos como primeiros professores, intelectuais e pesquisadores.

### A autora ainda destaca que:

Com a expulsão dos jesuítas pela política pombalina, o ensino secundário passou a ser oferecido em aulas isoladas ou avulsas em todas as províncias, pelo menos até a regência, salvo raras iniciativas, como o Seminário de Olinda, criado em 1798 e fundado em 1800 pelo bispo Azeredo Coutinho, considerado uma ruptura com relação à tradição jesuítica do ensino colonial. (NUNES, 2000, p. 39).

Vechia (2014) comenta que, com a expulsão dos jesuítas, acabou o monopólio de ensino que até então a Ordem detinha. A partir daí em 1772 houve um projeto de "aulas- régias" proposto pela Coroa Portuguesa e que era um modelo onde professores eram contratados para ministrar aulas avulsas, que não estavam necessariamente ligadas à organização de uma escola. "As aulas – régias eram, portanto, disciplinas autônomas e isoladas, ensinadas sem um plano de estudo estruturado" (VECHIA, 2014, p. 78). A autora menciona ainda que o modelo de aulas-régias perdurou por alguns anos no país uma vez que os professores em sua maioria haviam recebido formação com "mentalidade do ensino jesuítico" (VECHIA, 2014, p. 79).

Para Vechia (2014), poucas mudanças ocorreram no ensino secundário até o Ato Adicional de 1834 que "delegou às províncias o dever de ofertar e promover o ensino

secundário".(VECHIA, 2014, p. 88). Como mencionado acima, este Ato contribuiu para a educação secundária como uma forma de organizar em um mesmo espaço as aulas que antes eram desarticuladas umas das outras.

Pessanha (2019) aponta em seus estudos que houve, no Brasil no século XIX, a expansão do Ensino Liceal, sobretudo a partir de 1834. A autora traz uma lista de instituições que funcionaram no século XIX, mesmo antes do Colégio Pedro II, e mostra como os prédios dessas instituições eram imponentes, indicando que as autoridades queriam deixar visível nos prédios majestosos destinados a esses estabelecimentos, a preocupação que divulgavam ter com o ensino. Fica exposto também que o Ensino Liceal foi marcado por formalidades e rigor para a boa ordem das instituições. "Para estudantes e professores os espaços do Ensino Liceal abrigavam uma vida colegial austera, formal, onde era necessário obedecer a regras disciplinares rigorosas, horários e rituais, sob pena de receber punições." (PESSANHA, 2019, p. 94).

### Dallabrida (2009) aponta que:

Durante a Primeira República (1889-1930) houve várias tentativas no sentido de superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, mas elas não obtiveram êxito. Por outro lado, verifica-se que, mesmo sem a exigência da legislação oficial vigente, alguns estabelecimentos de ensino imprimiram um ritmo seriado aos seus cursos secundários, especialmente os Ginásios confessionais. É importante assinalar que, com a implantação do regime republicano, os Estados brasileiros realizaram uma intervenção estatal significativa no ensino primário por meio da implantação dos grupos escolares. Esse processo começou no Estado de São Paulo, na década de 1890, e se disseminou pelo território nacional. No entanto, com exceção do Distrito Federal, que contava com o Ginásio Pedro II, os poderes públicos federal e estaduais mostraram-se muito tímidos em relação ao ensino secundário, que foi dominado pelas redes privadas, especialmente pela Igreja Católica. Após a tensão laicizante nos primeiros anos da implantação do regime republicano e a partir de alianças com as oligarquias estaduais, a Igreja Católica estabeleceu um grande número de escolas secundárias, de forma que, no início dos anos 1930, elas eram majoritárias no território nacional (DALLABRIDA, 2005, p. 186).

Pessanha e Brito (2014) destacam os diversos nomes que o ensino secundário recebeu tais como: educação secundária, ensino secundário e ensino médio, e que se pretendia destacar com estas nomenclaturas que este ensino se tratava de um nível que estava entre a educação primária e superior. As autoras colocam que, apesar de todas as nomenclaturas, o ensino secundário tem o sentido de fase intermediária de ensino.

### Pessanha; Oliveira e Assis (2017) detalham que:

A partir da década de 1930, o ensino secundário passou a ser dividido em dois ciclos: em 1931, na Reforma Francisco Campos, a divisão era 1º ciclo como curso secundário fundamental e o 2º curso como secundário complementar e, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, passou a ser curso

ginasial para o 1º ciclo, enquanto o 2º ciclo passou a ter duas opções para o jovem, curso clássico ou curso científico. Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira os dois ciclos do ensino secundário passaram a denominar-se: ciclo ginasial e ciclo colegial. (PESSANHA; OLIVEIRA; ASSIS, 2017, p. 313).

Como relatado pelas autoras, existiram mudanças de organização do ensino secundário desde a Reforma Francisco Campos em 1931 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira no ano de 1961.

# 1.2 AS REFORMAS NO ENSINO SECUNDÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS

Para compreender as mudanças ocorridas no ensino secundário a partir de 1930, é necessário voltar às leis de um período anterior ao desta pesquisa (1951-1961).

Um "divisor de águas" no ensino secundário brasileiro ocorreu depois de 1930. Como visto anteriormente neste trabalho, o Brasil passava por uma transformação e reformulação em vários aspectos, por conta da crise da bolsa de Nova York de 1929 que levou muitos países a uma crise financeira e à necessidade de repensar muitas áreas da sociedade. Sendo assim, a educação secundária também passou por mudanças. É importante deixar registrado aqui que na sociedade existia um grande número de pessoas que se preparavam para prestar serviço nas indústrias, já que o país "sentia aos montes o cheiro da industrialização" (SOUZA, 2018, p. 23).

É importante frisar aqui a relação de Vargas com os dois ministros que estiveram à frente do Ministério de Educação e Saúde e que deram nome às leis do Ensino secundário: Reforma Francisco Campos (1931) e Reforma Capanema (1942).

Francisco Campos era advogado e jurista de formação <sup>19</sup>. Quando Vargas assumiu o poder, seu nome se destacou por ter atuado em Minas Gerais em assuntos educacionais. Com base, nesta experiência, Francisco Campos assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde em 1930, atuando na criação da Reforma do ensino secundário que levou o seu nome. Apoiador de Getúlio Vargas exerceu diversos cargos políticos, destacando-se como um dos apoiadores do Estado Novo no Brasil.

Gustavo Capanema assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1934, ficando à frente deste Ministério até 1945. Nesses onze anos, seu discurso era de "renovação" da educação, criou muitas escolas e diversas mudanças ocorreram na educação a

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Francisco Luís da Silva Campos (1891- 1968) nasceu em Minas Gerais, formado em direito pela UFMG (1914- 1918) foi advogado, professor e político responsável pela redação de textos diversos da Constituição Brasileira. Foi Ministro da Educação e Saúde durante o governo de Getúlio Vargas.

partir do conjunto de dispositivos legais, expedidos na década de 1940, que ficou conhecido como Reforma Capanema. Exerceu diversos cargos políticos também.

Cabe explanar aqui também que Francisco Campos assumiu o Ministério da Educação e Saúde com forte influência da Igreja Católica como destaca Palma Filho (2005):

Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso católico, principalmente, no ensino primário. Ora, esses setores não tinham interesse na construção de um sistema nacional de educação pública, razão pela qual, a reforma nada propõe em relação ao ensino primário e à educação popular. A preocupação em reorganizar o ensino fica restrita ao curso superior e ao secundário, ou seja, Francisco Campos passa ao largo das novas exigências educacionais colocadas pelo processo de industrialização que Vargas pretende alavancar ao adotar o modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo. (PALMA FILHO, 2005, p. 3-4).

Na escrita de Palma Filho (2005), percebe-se que o foco do Governo Vargas não era a educação secundária em si, mas atrair aliados para o governo que estava em fase provisória.

### 1.2.1 A REFORMA FRANCISCO CAMPOS

A chamada Reforma Francisco Campos foi constituída por uma série de seis decretos que culminaram em mudanças no ensino secundário brasileiro. O Decreto 19.890, de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário. Tratava de estrutura do ensino secundário, como esclarece Romanelli (2014):

Até essa época, o ensino secundário não tinha uma organização digna desse nome, pois não passava, na maior parte do território nacional, de cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente propedêutico. Além disso, todas as reformas que antecederam o movimento renovador, quando efetuadas pelo poder central, limitavam-se exclusivamente ao Distrito Federal, que as apresentava como "modelo" aos Estados, sem, contudo, obrigá-los a adotálas. (ROMANELLI, 2014, p. 133).

De acordo com Romanelli (2014), a chamada Reforma Francisco Campos trouxe organização para o ensino secundário, estabelecia- se o currículo, os dois ciclos, a frequência obrigatória dos alunos, exigia a habilitação para o ensino superior. Havia toda uma preocupação com a inspeção federal, bem como com a admissão do corpo docente nesta reforma. Pela explicação de Souza (2018) com a Reforma Francisco Campos:

O ensino secundário, que era de sete séries, foi transformado em fundamental, de cinco anos, e complementar, com mais dois anos. Ao completar esses dois ciclos, fundamental e complementar, tinha-se assim caminho aberto para o ensino superior. Não podemos deixar de falar um pouco sobre a estrutura do ciclo complementar. Se o fundamental se compunha de um bloco único com cinco anos para todos alunos, o complementar dividia-se em três vertentes: complementar de direito, medicina e arquitetura/engenharia. (SOUZA, 2018, p. 22).

A Reforma Francisco Campos, segundo Dallabrida (2009), trouxe organização ao ensino secundário:

A Reforma Francisco Campos homogeneizou, de forma inédita, a cultura escolar do ensino secundário brasileiro, pois estabeleceu oficialmente procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os ginásios do território nacional. Nela está inscrito o "estilo pormenorizado de Francisco Campos", pois tudo estava regulamentado em detalhes, sendo controlado pelo governo federal (MORAES, 1992). Procurando superar o teimoso regime de cursos preparatórios e de exames parcelados e a diversidade de ginásios durante a Primeira República, a Reforma Francisco Campos determinou uma formatação nacional para o ensino secundário, inspecionada de modo centralizado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. (DALLABRIDA, 2009, p. 188).

Como se vê na figura 1, essa Reforma propôs uma forma de organização das disciplinas:

### FIGURA 1: AS DISCIPLINAS NA REFORMA FRANCISCO CAMPOS- 1931

### **REFORMA FRANCISCO CAMPOS - 1931**

### CICLO FUNDAMENTAL – 5 ANOS

DISCIPLINAS: SÉRIES: PORTUGUÊS I. II, II, IV E V FRANCÊS I, II, III, IV INGLÊS II, III, IV LATIM IV, V ALEMÃO **FACULTATIVO** HISTÓRIA I, II, III, IV E V GEOGRAFIA I, II, III, IV E V MATEMÁTICA I, II, III, IV E V CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS I E II FÍSICA III, IV E V **QUÍMICA** III, IV E V HISTÓRIA NATURAL III, IV E V **DESENHO** I, II, III, IV E V MÚSICA (CANTO ORFEÓNICO) I, II E III

### CICLO COMPLEMENTAR- 2 ANOS

CANDIDATOS PARA A FACULDADE DE DIREITO:		
LATIM	I, II	
LITERATURA	I, II	
HISTÓRIA	I	
NOÇÕES DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA BIOLOGIA GERAL	I I	
PSICOLOGIA E LÓGICA	I	
GEOGRAFIA	II	
HIGIENE	II	
SOCIOLOGIA	II	
HISTÓRIA DA FILOSOFIA	II	

CANDIDATOS ÀS FACULDADES DE MEDICINA, ODONTOLOGIA E FARMÁCIA

ALEMÃO E INGLÊS I, II

MATEMÁTICA I

FÍSICA I, II

QUÍMICA I, II

HISTÓRIA NATURAL I, II

PSICOLOGIA E LÓGICA I

SOCIOLOGIA II

CANDIDATOS AOS CURSOS DE ENGEN E ARQUITETURA	HARIA
MATEMÁTICA	I, II
FÍSICA	I, II
QUÍMICA	I, II
HISTÓRIA NATURAL	I, II
GEOFÍSICA E COSMOGRAFIA	I
PSICOLOGIA E LÓGICA	I
SOCIOLOGIA E DESENHO	II

No arranjo ilustrado na figura 1 percebe-se que o aluno deveria cursar o ciclo fundamental de 5 anos e observar as regras do ciclo complementar: "o primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer escola de ensino superior e o segundo, em determinadas escolas." (ROMANELLI, 2014, p. 137).

Para Nunes (2000), a Reforma Francisco Campos, apesar de dividir o ensino em dois ciclos, continuou a reforçar um ensino tradicional: "O curso complementar de currículo diferenciado quanto à destinação dos alunos também assumia ares de um enciclopedismo especializado." (NUNES, 2000, p. 44), além da exigência de passar por um processo seletivo, o Exame de Admissão, para adentrar no ensino secundário o que acabava por torná-lo um ensino ao qual só as "elites" tinham acesso.

O caráter elitista do ensino secundário se destacava por disponibilidade de poucas vagas para ensino secundário diante das demandas. Chiozzini e Andrade (2020) comentam que os exames admissionais eram aplicados com a intenção de selecionar os alunos com melhores rendimentos no ensino primário para cursar o ensino secundário. "O exame de admissão foi um importante impeditivo do acesso ao ensino secundário, pelo seu caráter de seletividade intelectual". (CHIOZZINI; ANDRADE, 2020, p. 107).

### 1.2.2. OS PROFESSORES NA REFORMA FRANCISCO CAMPOS

O Decreto 19. 890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre toda a organização do ensino secundário tanto na forma com a qual instituições deveriam se organizar, quanto na inspeção e na fiscalização das instituições. Todas as instituições de ensino secundário no período de 1931 deveriam seguir normas rígidas.

Como esta pesquisa aborda os professores do ensino secundário torna-se necessário compreender um pouco do que este Decreto preconizava em relação aos professores. No Decreto previa- se que:

Art. 69. A título provisorio será concedida inscripção no Registro de Professores aos que o requerem, dentro de seis mezes a contar da data da publicação deste decreto, instruindo o requerimento dirigido ao Departamento Nacional do Ensino, com os seguintes documentos:

- a) prova de identidade;
- b) prova de identidade e moral;
- c) certidão de idade;
- d) certidão de approvação em instituto official de ensino secundario ou superior, do paiz ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscripção;
- e) quaesquer titulos ou diplomas scientificos que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados;
- f) prova de exercicio regular no magisterio, pelo menos durante dous annos.

Paragrapho unico. O documento a que se refere este artigo na letra d) poderá ser substituido por qualquer título idôneo, a juizo de uma commissão nomeada pelo ministro da Educação e Saude Publica e constituida por 3 professores do magistério secundário official e 2 do equiparado. (BRASIL, 1931).

Ao ler o Artigo 69 do Decreto, observa-se que havia regras para professores que, além de passar por processo de seleção, deveriam passar por provas em exercício para a obtenção de registro de professor. E todas as ações das instituições tinham acompanhamento através de inspeção federal.

Romanelli (2014) explica que a sociedade brasileira passava por um momento quando nem todas as pessoas conseguiam adentrar nas escolas secundárias para estudar já que a maioria da população era oriunda das zonas rurais e não tinha acesso nem mesmo ao ensino primário. Os estudantes eram levados "ao trabalho regular, progressivo e produtivo, consolidando o espírito burguês na cultura ginasial e colegial" (DALLABRIDA, 2009, p. 190). Esses diversos rigores do ensino secundário acentuavam seu caráter "elitista".

### 1.2.3. REFORMA CAPANEMA

A chamada Reforma Capanema trouxe muitas modificações na estrutura do ensino secundário no Brasil, e esteve em vigência no período que nos propomos a estudar (1951-1961). A Reforma Capanema foi um conjunto de decretos propostos pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que regulamentava várias modalidades do ensino médio<sup>20</sup>.

Dias (2008) expõe que:

O Ministro da Educação criticava apenas a indefinição do tipo de vida para a qual este ensino deveria formar o aluno. Neste ponto de suas reflexões, Capanema esclarecia suas críticas ao movimento da Escola Nova, uma vez que reconhecia os méritos desse movimento no combate a uma concepção tradicional de educação, mas advertia que aquela concepção de educação não estava isenta de erros e deficiências, que residiam na ausência de diretrizes que para que tipo de ação os homens deveriam ser educados, ao invés de apenas desenvolver neles orientassem aptidões. (DIAS, 2008, p. 82).

O Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, parte da chamada Reforma Capanema, destaca as finalidades do ensino secundário no Brasil, em seu artigo primeiro:

- 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
- 2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a conciência patriótica e a conciência humanística.
- 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942b).

Além, da divisão em ciclos e da finalidade do ensino secundário no Brasil, o Decreto-Lei n. 4.244 de 1942 descrevia dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário. O Ginásio (que se destinava a ministrar as aulas do primeiro ciclo) e o Colégio (que além de ministrar o curso de primeiro ciclo poderia ministrar aulas do segundo ciclo o curso ginasial e científico).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Lei Orgânica do Ensino industrial (Decreto-lei n° 4.073, de 30/01/1942); Lei Orgânica do ensino secundário (Decreto-lei n° 4.244 de 9/04/1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei n° 6.141, de 28/12/1943). Após a queda do Estado Novo em 1945, foram emitidos o Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o Ensino Normal, e o Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o Ensino Agrícola.

No texto desta legislação é explicado que o ensino secundário estabelecerá relações com outras modalidades de ensino sendo elas: o primário (que antecede o ensino secundário) e o ensino superior. A Lei Orgânica do Ensino Secundário trata ainda da estrutura do Ensino Secundário, relata as disciplinas que serão ofertadas, programas das disciplinas, estabelece a Educação Física como prática educativa obrigatória, educação militar para alunos do sexo masculino, Educação Religiosa, Educação Moral e Cívica.

São expostas também as regras do ano escolar, avaliações de resultados, os exames de admissão para ingresso de alunos nas escolas secundaristas, período de matrículas, casos de transferência, dispõe sobre a caderneta que cada aluno deveria ter e nesta deveria estar seu histórico escolar. O Decreto-lei ainda traz considerações sobre os trabalhos escolares, as lições e exercícios, a nota anual, trabalhos complementares, os exames de suficiência, os exames de licença, certificados, administração escolar, professores e orientação educacional. Além de expor a necessidade de boa construção física para o funcionamento de escolas secundárias, bem como aspectos da organização escolar como: regimento institucional e até a licença ginasial aos maiores de dezenove anos.

Segundo Romanelli (2014), havia uma crítica ao caráter enciclopédico nos dois níveis do Ensino Secundário: grande número de disciplinas; e repetição das disciplinas nas séries tornando o currículo exaustivo para o educando e indicando a preocupação com a preparação do aluno para o ensino superior.

Boutin e Silva (2015) tratam das Reformas Educacionais da Era Vargas como tentativas do governo de preparação dos alunos da "elite" que continuariam a estudar para ocupar trabalhos intelectuais enquanto os mais pobres eram preparados para assumir o mercado de trabalho.

FIGURA 2: AS DISCIPLINAS NA LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO – 1º CICLO E 2º CICLO - 1942

### **REFORMA CAPANEMA-1942**

DISCIPLINAS **SÉRIES** PORTUGUÊS I, II, III, IV LATIM I, II, III, IV FRANCÊS I, II, III, IV INGLÊS II, III, IV MATEMÁTICA I, II, III, IV CIÊNCIAS NATURAIS III, IV HISTÓRIA GERAL I, II HISTÓRIA DO BRASIL III, IV

GEOGRAFIA GERAL

GEOGRAFIA DO BRASIL

TRABALHOS MANUAIS

CANTO ORFEÔNICO

DESENHO

1º CICLO - GINASIAL, COM 4 SÉRIES:

CURSO CLÁSSICO PORTUGUÊS I, II, III LATIM I, II, III GREGO (OPTATIVO) I, II, II/ FÍSICA FRANCÊS **OPTATIVO** INGLÊS **OPTATIVO ESPANHOL** I, II MATEMÁTICA I, II, II HISTÓRIA GERAL I, II HISTÓRIA DO BRASIL I, II GEOGRAFIA GERAL I, II GEOGRAFIA FO BRASIL III FÍSICA II, III QUÍMICA II, III BIOLOGIA III Ш FILOSOFIA

CURSO CIENTÍFICO - 3 SÉRIES PORTUGUÊS I, II, III FRANCÊS I, II INGLÊS I, II **ESPANHOL** I MATEMÁTICA I, II, III FÍSICA I, II, III QUÍMICA I, II, III BIOLOGIA II, III HISTÓRIA GERAL I, II HISTÓRIA DO BRASIL III GEOGRAFIA GERAL I, II GEOGRAFIA DO BRASIL III DESENHO II, III **FILOSOFIA** III

Fonte: Infográfico elaborado pela pesquisadora.

I, II

III, IV

I, II

I, II, III, IV

I, II, III, IV

Capanema trouxe para o ensino secundário uma base de organização. Tanto nas disciplinas, como exposto na figura 2 como em vários aspectos já relatados.

### 1.2.4. OS PROFESSORES NA REFORMA CAPANEMA

Dentre os diversos pontos importantes da Reforma Capanema destaca-se o Título V, no Capítulo V da Lei orgânica do Ensino Secundário que trata do corpo docente dos estabelecimentos do ensino secundário como dispõe o artigo 79:

Art. 79. A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

- 1. Deverão os professores do ensino secundário receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.
- 2. O provimento, em carater efetivo, dos professores dos estabelecimentos de ensino secundário federais e equiparados dependerá da prestação de concurso.
- 3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registo do Ministério da Educação.
- 4. Aos professores do ensino secundário será assegurada remuneração condigna, que se pagará pontualmente. (BRASIL, 1942b).

Como se pode ler neste artigo, existiam várias observações referentes à profissão docente: os professores deveriam prestar concursos, ter formação apropriada para o exercício da profissão; deveriam também fazer inscrição para prova de habilitação e ter registro no Ministério da Educação para lecionar. O inciso 4 trata dos pagamentos dos professores dizendo que iriam receber o pagamento na data correta.

Além disso, o documento trata especificamente de como seriam os trabalhos escolares, a distribuição das disciplinas, e exames de admissão de alunos. Os alunos tinham vários trabalhos escolares a desenvolver "Art. 26. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. Os exames serão de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença" (BRASIL, 1942b). Se para os alunos haveria tantas regras de trabalhos, caberia ao professor do ensino secundário a preparação, a aplicação destes trabalhos e a avaliação dos mesmos.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, também relata em suas disposições sobre como os professores e alunos deveriam se portar. O artigo 42, no Capítulo XI, dispõe que "Estabelecer-se-á nas aulas, entre professor e aluno, um regime de ativa e constante colaboração." (BRASIL, 1942b). É interessante destacar também o parágrafo primeiro do artigo 42 também que observa que "O professor terá em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes à segurança do que a extensão dos conhecimentos". (BRASIL, 1942b). Lendo este parágrafo vemos claramente que o professor precisava estar atento aos alunos a todo momento, cuidando e primando pela segurança deles.

Ainda no artigo 42, a Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelece, no segundo parágrafo, que "Os alunos deverão ser conduzidos não apenas à aquisição de conhecimentos, mas à madureza de espírito pela formação do hábito e da capacidade de pensar" (BRASIL, 1942b). Ora, se o aluno deveria ser conduzido caberia também ao professor perpassar pela

formação do aluno capacitando estes para se tornarem mais maduros e não caberia ao professor dar respostas, mas instigar os discentes e fazer estes pensarem.

Quando esta lei trata, no Capítulo XII, da nota anual e no, Capítulo XIII, dos trabalhos complementares, fica compreendido também que o professor, juntamente com a administração da instituição de ensino secundário, deveria acompanhar o aluno nas disciplinas, avaliar mensalmente os alunos e também proporcionar ao educando trabalhos complementares, como dispõe o Artigo 46:

Art. 46. Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de carater cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoraveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais. (BRASIL, 1942b).

Fica subentendido então que também era encargo do professor, bem como da instituição, formar os jovens com um ensino voltado para a colaboração e socialização, bem como para administrar bem os recursos econômicos, além de formar para apreciar a arte e ser um bom leitor, e criar nos educandos um espírito patriótico onde os discentes deveriam se preocupar com as questões nacionais.

O trabalho docente não ficaria sendo acompanhado somente nas instituições, a lei em questão também previa que haveria Inspeção Federal realizada pelo Ministério da Educação. No Capítulo III, no artigo 75, no primeiro parágrafo a lei prevê "A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica" (BRASIL, 1942b). Ou seja, os professores também iriam passar por inspeção do trabalho pedagógico, deveriam, portanto, seguir à risca as orientações, currículo, trabalhos exames, enfim o trabalho deveria estar sempre organizado e de acordo com as diretrizes vigentes. Na análise dos dados desta pesquisa iremos retomar alguns pontos desta lei para complementar as fontes.

# 1.3 O OFÍCIO DE PROFESSOR DE ENSINO SECUNDÁRIO

Antes de adentrar nos aspectos próprios dos professores e professoras do Ensino Secundário no sul de Mato Grosso, se faz necessário compreender um pouco os processos históricos que a profissão docente teve no Brasil. Este tema é vasto e perpassa por compreender as políticas públicas e toda uma história de conflitos, propostas e reformas que já pudemos perceber ao longo deste trabalho até aqui. Vamos nos ater a descrever parte das transformações ocorridas na profissão e no ofício dos professores e professoras neste tópico, não entrando especificamente em cada aspecto, mas, tendo uma visão ampla de como este trabalho docente se constituiu em nível de Brasil e também em específico trazendo para a regionalidade do

trabalho profissional docente desenvolvido pelos primeiros professores e professoras secundaristas de Dourados posteriormente.

Nóvoa (1999) contribui dizendo que, historicamente, a profissão professor vem passando por transformações, mas, no século XX, a profissão docente passa a ter normas e valores associados a ela. Para o autor "Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico". (NÓVOA, 1999, p. 19). Nesse sentido, o autor completa que o século XX é considerado como "época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente". (NÓVOA, 1999, p. 19).

Tardif e Lessard (2011) apontam para a história do professor brasileiro como sendo uma história que pode ser descrita a partir de muitas histórias de vida de professores, envoltas em demandas sociais e histórias de lutas diversas. Os autores relatam um ponto muito relevante da história dos educadores brasileiros que é a constituição do trabalho do professor, que foi se modificando ao longo dos anos, ganhando forma de profissão. Os autores destacam que "seria oportuno conceber um profissionalismo do professor, um profissionalismo plural, comportando formas particulares de viver o trabalho, que não são necessariamente visíveis nem revestidas de características comuns." (TARDIF; LESSARD, 2011, p. 15). Nóvoa (1999) também comenta sobre a afirmação da profissão docente:

A afirmação profissional dos professores é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de hesitações e de recuos. O campo educativo está ocupado por inúmeros atores (Estado, Igreja, famílias, etc.) que sentem a consolidação do corpo docente uma ameaça aos seus interesses e projetos. (NÓVOA, 1999, p. 21).

Compreender o trabalho dos professores então se torna indispensável nesta discussão que estamos fazendo. Gatti; Barreto; André e Almeida (2019) fazem em seus estudos uma reflexão de como se deu a constituição da formação de professores no Brasil e apontam que:

O processo formativo mais estruturado de professores acompanhou a lentidão com que a educação básica se desenvolveu no Brasil, um país que revelou, ao longo de seus governos, pouco interesse pela educação básica de sua população. Inicialmente para as poucas escolas existentes se tratou do atendimento aos alunos por professores leigos com algum tipo de estudo, ou, por pessoas que, mesmo com pouca escolaridade, eram recrutadas para ensinar as "primeiras letras". Para as disciplinas específicas, no secundário, rarefeito até os anos mil novecentos e quarenta, apenas no final da década de trinta do século XX é que se propôs formação de docentes pelas licenciaturas que começaram a ser oferecidas como adendo de bacharelados nas poucas universidades ou faculdades existentes. As escolas secundárias, ainda em pequena quantidade em face do tamanho da população, tinham docentes formados em áreas diversas que se propunham a lecionar, porém, sem formação pedagógico-didática. (GATTI; BARRETO; ANDRÉ; ALMEIDA ,2019, p. 20).

Esses pontos assinalados pelas autoras citadas se torna um bom ponto de partida para as discussões sobre o oficio de professores. Como explicado na citação, a formação de professores era praticamente inexistente no Brasil até 1930, os professores que ensinavam nas escolas

primárias eram em sua maioria leigos<sup>21</sup>, e os docentes do ensino secundário eram poucos diante da população que necessitava desse ensino. A discussão das autoras também traz outro aspecto importante da formação dos professores do ensino secundário que na sua grande maioria não tinham formação específica para a disciplina que se propunham a ensinar até 1940.

Neste mesmo estudo Gatti; Barreto; André e Almeida (2019) apontam que, em 1930, já começam as pressões da sociedade com relação à busca de educação para o ensino secundário também. Pois, as crianças eram alfabetizadas nas "primeiras letras" e precisavam dar continuidade aos seus estudos. Tanto esta pressão da sociedade quanto a demanda cresceu anteriormente quando da criação da Reforma Francisco Campos em 1931, seguida do movimento do Manifesto dos Pioneiros em 1932 e ainda a Constituição de 1934 e 1937, com relação ao ensino secundário e posteriormente com a Reforma Capanema. As autoras colocam que:

Com o advento das licenciaturas, em nível superior, para a formação de professores especialistas para o secundário, ao final dos anos trinta, e o surgimento do curso de Pedagogia destinado a formar especialistas em educação (bacharelado) e professores destinados a atuar nas escolas normais (licenciatura) completa-se o quadro formativo de professores e educadores especialistas no modelo que se consagra com formação quantitativamente superior nas áreas de conhecimento, e, formação menos enfatizada nas questões pedagógicas: o chamado modelo 3+1, um ano apenas destinado à formação para ser docente na educação básica. (GATTI; BARRETO; ANDRÉ; ALMEIDA, 2019, p. 22-23).

O Movimento da Escola Nova contribuiu no Brasil então, como aponta Tanuri (2000), para a criação de cursos de formação de professores que viessem de encontro com as novas demandas da sociedade brasileira, sendo uma delas, a demanda por professores formados para atender alunos com novas metodologias onde os alunos pudessem vivenciar uma nova forma de aprender onde fosse participante do processo de ensino e aprendizagem a partir da vivência de experiências na escola. Tanuri (2000) destaca que:

O movimento da Escola Nova continuava a centrar-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino: não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento e à individualidade das crianças; inversão dos papéis do professor e do aluno, ou seja, educação como resultado das experiências e atividades deste, sob o acompanhamento do professor; ensino ativo em oposição a um criticado "verbalismo" da escola tradicional. (TANURI, 2000, p. 72).

A expansão das cidades e de demandas bem como as transformações da sociedade brasileira fizeram com que as necessidades de formação para professores do ensino secundário surgissem também. Tendo em vista toda a problemática levantada pelos autores iniciamos uma exposição de como se dava o trabalho do professor de ensino secundário então.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> As primeiras escolas normais datam do século XIX, a primeira, em Niterói foi criada em 1835. Apesar disso, a maior parte dos professores não era formada nesses cursos.

O Ensino Secundário como já vimos propunha a formação de jovens. Não diferente de qualquer outro nível de ensino as características de um professor são definidas por Tardif (2011) como "Parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros" (TARDIF, 2011, p. 31). Tendo em vista a afirmação de Tardif (2011) vemos que o papel do professor do ensino secundário também era o de ensinar.

Schueler (2005) vai além no conceito de docência e compara o trabalho do professor como um oficio artesanal, compreendendo que o professor no ato de ensinar transmite além dos conhecimentos uma conduta na qual os alunos são inseridos na relação social, sendo assim expõe:

A função do mestre na sua tarefa de transmitir o ofício aos aprendizes da profissão docente não se resumia a ensinar (no sentido etimológico, marcar com sinais, imprimir as marcas de conhecimentos) as disciplinas escolares, mas incluía a tarefa de integrar os discípulos nas tradições sociais e culturais, transmitindo não apenas os saberes e as habilidades específicas às técnicas da escrita e da leitura, mas também valores morais, normas de conduta e comportamento corporais, regras entendidas como necessárias à sua inserção na convivência social.(SCHUELER, 2005, p. 345).

Não se pretende ainda tecer análises neste momento sobre os professores e professoras do Ensino Secundário, mas até mesmo as disciplinas que os alunos deveriam cumprir como vimos já levavam os professores e professoras a conduzir o ensino de uma forma que o aluno fosse inserido nos valores da sociedade do período em que estudamos. Se for pensar por exemplo, a disciplina de trabalhos manuais exposta na Reforma Capanema acabava por ensinar uma conduta, e as próprias regras e a quantidade de exames que os professores e professoras aplicavam davam um tom de disciplinamento aos alunos. Mas, esses aspectos serão aprofundados no capítulo seguinte. Cabe aqui, pensar que os trabalhos dos professores e professoras eram cheios de sentido, e que conduziam os estudantes de forma regrada.

O ofício do docente do ensino secundário passava por organização e planejamento e também no período aqui estudado perpassa pela prática docente, Tardif (2011) coloca que a prática docente "não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos" (TARDIF, 2011, p. 37). A princípio a história da educação secundária nos mostra que os professores do Ensino Secundário eram contratados por possuírem "saberes" obtidos em outros cursos, e não necessariamente possuíam formação específica para o magistério.

Historicamente, o trabalho profissional docente por vezes foi associado a uma ideia de vocação. Existem muitas discussões acerca dessa compreensão de professores vocacionados. Porém no ensino secundário os estudos mostram que existiu sempre uma preocupação por formação e profissionalização, os professores iniciavam muitas vezes com as formações fora

do contexto da disciplina que lecionavam. Mas, buscavam se adequar para poder ministrar suas aulas. Boing e Lüdke (2004) completam que:

Tratando-se dos professores do secundário, no sentido da profissionalização, hoje como ontem há: a formação longa, como norma; a boa regulamentação da profissão com uma seleção severa, por concurso de entrada a cargo de "colegas" do ensino superior, responsáveis também pela formação; a grande autonomia na escolha dos métodos e programas; a tendência a ir para as classes mais elevadas, nas quais os saberes ensinados são mais avançados; a existência de associações de especialistas, que confirma a concentração nas áreas de conhecimento; a palavra de ordem sindical de um ensino "de alto nível"; e uma tomada de distância com relação aos professores primários. (E (BOING; LÜDKE, 2004, p. 1163).

Ainda sobre a profissionalização dos docentes secundaristas os autores comentam que a partir da década de 1930 até 1955 houve uma profissionalização maior dos professores do ensino secundário. Podemos trazer para essa percepção das autoras uma conexão com as Reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) que traçaram a organização do Ensino Secundário. Sendo assim, podemos entender que os Decretos – lei auxiliaram também para que os professores tomassem algumas posturas tais como:

[...] os professores do secundário não constituem mais uma pequena elite; entre eles há uma extrema diversidade de culturas e de formação; pelo fato de o público ter crescido muito e boa parte dos alunos ter mal adquirido as bases do ensino elementar, muitos professores secundários têm o sentimento de não cumprirem aquilo para o que foram formados; (BOING; LÜDKE, 2004, p. 1163).

A partir das Reformas Educacionais para o Ensino Secundário, o trabalho dos professores desse nível de ensino foi sendo agregado no sentido de formação profissional. Pois os professores, como já visto, adentravam na profissão por vezes por seus "saberes", mas, após procuravam de especializar, como veremos neste próximo tópico.

# 1.4 A CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (CADES)

As décadas de 1940 a 1960 foram decisivas para a expansão do Ensino Secundário no Brasil. Como visto anteriormente, houve uma expansão<sup>22</sup> na busca desse nível de ensino em todo o País, o desenvolvimento das cidades e do ensino primário trouxe a necessidade também de educar os jovens. No segundo governo de Getúlio Vargas era forte a ideia de nacionalismo, e foram criadas várias campanhas para a formação de recursos humanos. Conforme Pinto (2000) todas essas criações "sintetizavam os componentes essenciais do sistema político-econômico brasileiro da época – nacionalismo econômico, emancipação do País, ideologia desenvolvimentista, incremento da função econômica do Estado". (PINTO,2000, p. 3)

Neste tópico pretende-se observar como foi a formação dos docentes de Ensino Secundário neste percurso. A problemática do Ensino Secundário neste período de expansão

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> PESSANHA, Eurize Caldas e SILVA, Fabiany de Cássia Tavares (orgs). Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro. Campo Grande: Editora Oeste, 2021.

era justamente a formação dos professores pois "a expansão do ensino secundário não se fez acompanhar de equivalente expansão do quadro de professores habilitados" (FONSECA, 2003, p. 1).

Até a década de 1960, havia poucas universidades no Brasil e o deslocamento dos professores de várias regiões do País para as faculdades de Filosofia era mais uma dificuldade para a formação do professorado de Ensino Secundário. Tendo em vista todas essas dificuldades a princípio o Ensino Secundário foi liberado pelo MEC mas, sem ainda a devida habilitação dos professores. Fonseca (2003) explicita bem o que estava ocorrendo com o Ensino Secundário nas décadas mencionadas:

À parte o debate sobre os reais objetivos das faculdades de Filosofia, esse quadro de carência de professores para o ensino secundário obriga o MEC a permitir, em caráter provisório, o exercício do magistério a profissionais não habilitados. São médicos lecionando Biologia, advogados ensinando Português e assim por diante. Para minimizar esse quadro de despreparo dos professores desse grau de ensino, o MEC organiza treinamentos, cursos e exames de suficiência para habilitar profissionais de outras áreas ao magistério secundário. (FONSECA, 2003, p. 1).

Diante do despreparo dos profissionais de educação para o Ensino Secundário surge no Brasil a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) que objetivava o treinamento dos diversos profissionais que estavam atuando como docentes para o ofício de professor propriamente. Dallabrida e Rosa (2016) comentam sobre a criação da CADES em 1953:

Na gestão de Armando Hildebrand, a Diretoria do Ensino Secundário do MEC criou, por meio do decreto n. 34.638, de 17 de novembro de 1953, a Campanha Nacional de Difusão Aperfeiçoamento do Ensino Secundário - Cades. O principal objetivo da Cades era promover cursos para professores leigos do ensino secundário, realizados durante o período de férias, com o intuito de prepará-los para o exame de suficiência, que conferia o registro de professor, viabilizando o ingresso na carreira do magistério secundário. (DALLABRIDA; ROSA, 2016, p. 261).

Geralmente faziam este curso de aperfeiçoamento professores leigos e profissionais de outras áreas que já estavam atuando em sala de aula. Desta forma, essa Campanha propunha oferecer capacitação didática aos professores para desenvolver o trabalho com os alunos. A criação da CADES previa dentre outras ações:

De acordo com o Decreto que a criou, para a consecução de seus objetivos, a CADES deveria, entre outras atividades: promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e diretores de estabelecimentos de ensino secundário; conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários, a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento no País ou no exterior; promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de, a fim de ajustá-los aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; elaborar material didático para as escolas secundárias; organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas para dar assistência e estabelecimentos distantes dos grandes centros; incentivar a criação e o desenvolvimento dos serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário; divulgar atos e experiências de interesse do ensino secundário; e promover o

intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros. (PINTO, 2000, p. 5).

Em sua tese, Miranda (2019) traz uma reflexão sobre a CADES no Brasil, dizendo que esta Campanha contribuiu para o Ensino Secundário que antes era insuficiente para atender os interesses principalmente das classes mais pobres ao acesso a esse nível de ensino. O País passou na década de 1950, por alterações importantes no mercado, na política e mudanças sociais que impulsionaram a busca pelo Ensino Secundário. Segundo a autora os professores, nesse sentido, eram vistos como uma ferramenta para a transformação do aluno, portanto, caberia à CADES a formação deste profissional:

Assim, via-se no professor a principal ferramenta para que isso se efetivasse, daí o interesse da Cades em constituir um novo modelo de professor Secundário, que atendesse a esse cenário nascente, um professor que operasse com novas técnicas didáticas, mais modernas, para um aluno que deveria formar-se mais criativamente, atendendo a um ensino mais ativo e mais voltado à realidade. (MIRANDA, 2019, p. 221).

Embora não tenha sido criada com uma filosofia própria, a CADES foi se ajustando segundo Miranda (2019) de tal forma que atendesse aos interesses de um nível de ensino diferenciado pautado nos ideais da Escola Nova que como vimos anteriormente pressionava o Estado para transformações na educação. Sendo assim "A Cades defendia em seu discurso, implícita e explicitamente, a criação de um modelo de professor e de Escola Secundária baseado nos pressupostos da Escola Nova." (MIRANDA, 2019, p. 222). Os professores nesse sentido seriam ensinados para serem modelo do "Novo Ensino Secundário".

Apesar de ter o professor como um importante ponto da CADES, essa Campanha também propunha formação para todos os funcionários de Ensino Secundário. Propunha Cursos para secretários, jornadas para diretores, cursos para inspetores, além de promover "Maratonas" entre os alunos como forma de estimular nos estudos.

No ano de 1959, existiram outras formas de capacitação de professores, como a organização de Missões Pedagógicas que percorreram os estados de Minas Gerais e Espírito Santo conhecida como Missão Pedagógica do vale do Rio Doce. "As missões iniciaram sua atuação em 1959 e eram compostas por equipes itinerantes que, após receber treinamento, prestavam orientações tanto administrativas quanto pedagógicas às escolas." (MIRANDA, 2019, p. 205).

A intenção dessas missões era difundir pelo País ideias pedagógicas promovendo capacitação por meio de troca de experiências entre os profissionais de Ensino Secundário. Essas missões eram formadas por quatro membros devidamente credenciados e habilitados para o Ensino Secundário que percorriam as regiões do País para auxiliar professores e funcionários do Ensino Secundário a resolver as pendências educacionais que surgissem.

Miranda (2019) destaca ainda que, em 1960, houve da parte da CADES também a preocupação com a experimentação e apoio às "Feiras de Ciências", onde os estudantes do Ensino Secundário eram estimulados à experimentação e vivência prática da ciência.

Várias ações estavam sendo criadas para atingir os professores em sua formação para a demanda do Ensino Secundário uma delas era "a publicação de livros de variadas temáticas relativas ao Ensino Secundário, mas, especialmente, a publicação intensa de obras voltadas à formação de professores." (GARNICA; MIRANDA, 2019, p. 2). A função dos manuais para professores era de "ensinar a ensinar" (GARNICA; MIRANDA, 2019, p. 3) o conteúdo estava voltado para a ação pedagógica dos docentes.

Com o intuito de instruir os professores foi criada também uma revista com o nome de Escola Secundária, que circulou de 1957 a 1961 no Brasil, e que se ocupava em produzir artigos sobre temas que fossem interessantes aos professores de ensino secundário ditos "modernos".

Dallabrida e Rosa (2016) explicam que o conteúdo dessa revista era composto por seções, sendo estas: "Seção didática" geral que trazia textos para todos os funcionários deste nível de ensino, trazia também uma seção de como trabalhar com adolescentes e sua família que se chamava "Orientação educacional". Além destas, havia também a seção "Educandários nacionais" que propunha a divulgação das experiências vivenciadas nas instituições de ensino secundário no País. Ainda, a seção "Noticiário da CADES" que trazia a legislação do ensino secundário e as ações do MEC para este nível de ensino. E, por fim, a seção que trazia textos ensinando os professores a lidar com as dificuldades do trabalho docente no nível de ensino secundário chamava-se "Consultório didático".

No sentido de tentar minimizar a falta de professores a CADES movimentou a formação de professores com várias frentes de ações, tentando organizar toda a conjuntura do ensino secundário, sendo assim os manuais eram "prescritivos para atender de modo imediato as necessidades prementes dos professores leigos no preparo de suas aulas." (MIRANDA; GARNICA, 2019, p. 14).

# 2. O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO E NA CIDADE DE DOURADOS

Neste tópico do trabalho será detalhado o crescimento do ensino secundário do território de Mato Grosso, com foco na cidade de Dourados. As reflexões aqui apresentadas pretendem se desenvolver nos períodos de maior expansão do ensino secundário na região sul do Mato Grosso. Serão abordados neste capítulo alguns pontos específicos desde a atividade ervateira para entendermos como se emancipou a cidade de Dourados, como se deu o seu desenvolvimento, até chegarmos a inauguração dos Primeiros Ginásios de Ensino Secundário.

### 2.1 O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO

Silva e Pessanha (2017) afirmam que o Liceu Cuiabano, em Cuiabá, foi a única instituição de ensino secundário até 1916 na região do estado de Mato Grosso, desta forma o jovem que quisesse estudar deveria se mudar para outras regiões do País. O crescimento do ensino secundário nesta região do País só se deu com mais ênfase a partir de 1930. As autoras comentam ainda que:

Ao final da década de 1930, o sul do Mato Grosso passou a ter cursos ginasiais seriados formados por uma sociedade escolar consistente, instalados em prédios escolares, organizados com base em calendário regular de aplicação de exames parciais e de admissão, atividades e festas. A estrutura do curso ginasial era voltada para formar alunos disciplinados, de comportamento moral exemplares para os padrões sociais daquele momento histórico, bem como cidadãos úteis à pátria e produtivos para o crescimento da nação. (SILVA; PESSANHA, 2017, p. 44).

Silva e Pessanha (2017) também destacam que, a partir de 1932 no Brasil, os olhares da sociedade brasileira se voltam para a juventude e existe uma preocupação com a educação dos jovens "justificando que careciam de formação de espírito, integral, e não apenas de uma formação prática" (p. 33). Sendo assim, o ensino secundário no sul de Mato Grosso acompanha essa ideia nacional de escolarização dos adolescentes. As autoras colocam que:

Quando se olha para os processos de escolarização do sul de Mato Grosso na década de 1930, momento em que o ideário de modernização de ensino havia se concretizado no imaginário da população urbana, e que o papel atribuído aos jovens na sociedade, é necessário levar em conta abandono escolar pelo rapaz, para que pudesse continuar trabalhando com os pais, ou pela moça, para que pudesse se casar. (SILVA; PESSANHA, 2017, p. 33).

As autoras ainda apontam que, como em outras regiões do país, no sul de Mato Grosso, a educação era "elitizada", pois a maioria dos jovens eram oriundos de famílias de trabalhadores e não tinham como pagar seus estudos e as instituições existentes em sua maioria eram particulares. Além dos jovens terem uma forma de vida voltada, os moços para o trabalho e moças para os deveres do lar quando se casavam, havia ainda a problemática da falta de instituições públicas.

Os estudos de Furtado e Piacentine (2015) apontam para um ponto muito relevante para observar como foi o desenvolvimento na educação em Mato Grosso, as autoras colocam que,

no século XIX, a educação em Mato Grosso não estava desenvolvida e que "imperavam a desorganização e a falta de preocupação com a instituição pública" (FURTADO; PIACENTINE, 2015, p. 60). As autoras relatam que, somente na primeira década do século XX, a educação começa a tomar novos rumos "o Estado de Mato Grosso, na primeira década do século XX, começa a sofrer mudanças político econômicas, na expectativa que a educação pudesse ser fonte de transformação da sociedade." (FURTADO; PIACENTINE, 2015, p. 61).

Brito (2001) destaca que o número de instituições de ensino secundário aumentou em Mato Grosso entre os anos de 1946 e 1954 e que a maior expansão do ensino secundário em Mato Grosso se deu a partir de 1950. Sendo que "em 1953, segundo dados do Departamento de Educação e Cultura do Estado, funcionavam 7 cursos ginasiais públicos no estado, com sede em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Aquidauana, Três Lagoas e Bela Vista." (BRITO, 2001, p. 169).

Novas instituições continuaram a aparecer no ano seguinte, em 1954, "passou a funcionar, igualmente, o curso científico nos Ginásios Estaduais Maria Leite, de Corumbá, e Campo-Grandense, de Campo Grande, curso que só funcionara, até então, no Ginásio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá (antigo Liceu Cuiabano)" (BRITO, 2001, p. 170).

Furtado e Piacentine (2015) destacam que existia uma diferença entre o norte e o sul do estado de Mato Grosso no que se refere ao desenvolvimento educacional "o sul era a região esquecida" (FURTADO; PIACENTINE, 2015, p. 64). Porém, com todo este atraso na região sul pode-se perceber que a "Marcha para o Oeste" trouxe um desenvolvimento notável a partir de 1940, e com isso houve a necessidade de instituições de ensino secundário também no sul do Mato Grosso, sobretudo na região específica de Dourados.

Compreendendo que as escolas de ensino primário já haviam sido instaladas na cidade desde a década de 1930 (por iniciativa privada), a cidade também ganhou em 1940 a primeira escola municipal e, em 1941, se instalou na cidade de Dourados a Escola Paroquial Imaculada Conceição. A Criação da Colônia Agrícola de Dourados "mudou o cenário rural e urbano do município de Dourados e região, pois provocou a vinda de grande número de trabalhadores e família" (FURTADO; PIACENTINE, 2015, p. 69). As autoras colocam que a Colônia Agrícola provocou mudanças regionais e locais na região do Mato Grosso, e as questões políticas emergiram para a criação de escolas normais e também podemos ver que começam as preocupações com o ensino secundário.

### 2.2 A CIDADE DE DOURADOS

Para iniciar é propício localizar Dourados. A cidade está localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, que, no período estudado neste trabalho, fazia parte do estado de Mato Grosso pois a criação do estado de Mato Grosso do Sul ocorreu em 1977. O município está situado ao sul na zona do planalto do estado, próximo à Serra de Maracaju e na bacia do Rio

Paraná. Faz divisa com as cidades de Itaporã, Douradina, Maracaju, Rio Brilhante, Ponta Porã, Laguna Carapã, Caarapó, Fátima do Sul, Deodápolis e Ponta Porã. A área territorial de Dourados atualmente é de 4.062,236 km² e sua população estimada é de 225.495 pessoas (IBGE, 2020).

Atualmente é considerada a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Pretende- se contar aqui como foi sua fundação, emancipação e desenvolvimento até o período proposto para esta pesquisa.

Para contar a história de Dourados, faz- se necessário apontar alguns marcos históricos da ocupação da região sul do Mato Grosso que serão abordados de forma sucinta a fim de chegar na colonização recente do município.

Naglis (2014) aponta que Portugal e Espanha já disputavam terras na região do antigo Mato Grosso desde o século XVI, e que ao longo dos anos várias disputas foram travadas para a ocupação dessas terras por grupos diferentes dos indígenas que as ocupavam antes do descobrimento do Brasil. As disputas se estenderam no século XVIII entre espanhóis e lusitanos. Houve também outro marco importante que foi o cenário pós-guerra do Paraguai no século XIX "quando uma comissão de limites percorreu a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani" (NAGLIS, 2014, p. 28).

O responsável pela comissão de demarcação das fronteiras pós-Guerra do Paraguai era Thomaz Laranjeira que viu nesta região uma vasta área de ervais nativos e, em 1882, resolve começar a exploração de erva mate nativa, as terras eram arrendadas junto ao Estado. Albanez (2013) destaca que essa exploração da empresa Companhia Matte Laranjeira durou mais de meio século nesta região e tem impactos diretos na ocupação desta região.

Após a guerra contra o Paraguai, institui-se uma comissão com o propósito de demarcar os limites territoriais entre Brasil e Paraguai. Os trabalhos foram cheñados por Rufino Eneas Galvão – futuro Barão de Maracaju – contando com as presenças de Antonio Maria Coelho, comandante de destacamento militar, e Thomaz Larangeira, fornecedor de suprimentos à expedição. Larangeira, ao perceber haver na região uma imensa área de ervais nativos, reivindicou para si a concessão de monopólio para sua exploração, recorrendo inicialmente à proteção do Barão de Maracaju,25° presidente da província (1879-1881) (NAGLIS, 2014, p. 39).

Albanez (2013) afirma que a Companhia Matte Laranjeira trouxe impactos relevantes para a história da região, trouxe povoamento, mas, também trouxe consigo uma exploração dos trabalhadores dos ervais, em sua maioria paraguaios. Mas os índios que já habitavam a região também foram explorados. Convém destacar também que:

Em relação aos indígenas da região, o estudo de Antonio Brand revela que antes mesmo da chegada da frente pioneira, o Kaiowá/Guarani já trabalhava nos ervais da Cia. Matte Larangeira – em iguais condições de super exploração a que estavam acometidos os trabalhadores paraguaios. (ALBANEZ, 2013, p. 148).

A produção da empresa Cia. Matte Laranjeira tinha como destino Buenos Aires o que não ajudou no desenvolvimento econômico desta região, já que o que era produzido aqui servia

para outro Pais. A exploração da erva mate foi também fortemente marcada por disputas já que alguns produtores independentes tentavam disputar os ervais com a Matte, porém, a Companhia usava de força bruta para continuar com a exploração das terras. Sobre isso Naglis (2014) ressalta:

A Companhia Mate é referência pelo fato de ter exercido não somente poder econômico e político, mas, sobretudo, pela grande concentração de terras devolutas sob seu domínio. Assim, o sul do Estado de Mato Grosso, desde o período pós-Guerra do Paraguai, ficou sob o virtual monopólio econômico da Companhia Mate Laranjeira por meio da exploração da erva-mate nativa, havendo grande concentração de terras. (NAGLIS, 2014, p. 29).

No fim da Revolução Federalista (1893-1895) começam a chegar à região os sulistas, que vinham em buscas de terras para a Pecuária. É importante destacar também que, apesar da exploração forte dos ervais da região, a Cia. Matte Laranjeira não trouxe mudanças que ajudassem muito no desenvolvimento da região como comenta Queiroz (2015):

Finalmente, pode-se dizer que parcela da "má fama" advém também da identificação da empresa com a simples exportação de um produto primário, atividade que, nos termos da influente teoria do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", é vista como incapaz de gerar qualquer coisa além do empobrecimento da população local e a exaustão de seus recursos naturais. (QUEIROZ, 2015, p. 112).

As estradas abertas pela Companhia eram estratégicas para a exportação da erva, bem como as poucas aglomerações de casas voltadas para os trabalhadores, as comunicações, enfim tudo voltado para a exportação de erva. O monopólio da Cia Matte Laranjeira foi acabando aos poucos na região e assim foram surgindo de fato os municípios. Este declínio da Companhia se deu por razões políticas e econômicas e o "que se seguiu foi uma verdadeira queda de braço entre os dirigentes dos órgãos criados pelo Estado Novo e a direção da Companhia Matte Laranjeira" (ALBANEZ, 2013, p. 76).

Até meados de 1960, Albanez (2013) ressalta que ainda há resquícios de exportação de erva, porém já não tem tanta força como no início, isso se deu porque a Argentina começou a produzir sua própria erva e a erva vinda de Mato Grosso já não era necessária para o abastecimento argentino, o que abriu espaço para as frentes pioneiras que despontavam Brasil a fora pelo movimento "Marcha para o Oeste".

Cabe lembrar que não havia por parte do governo uma ação de agilizar os trâmites para que as vilas e se tornassem municípios, mas, no caso de Dourados a "Marcha para o Oeste" que ganhava força pelo país trouxe a ideia Varguista de povoar as terras de todo o território nacional. Esse movimento de povoamento trouxe uma expansão populacional para esta região.

É importante deixar claro que Dourados foi criado em 1911, mas, em 15 de junho de 1914, por meio da Lei nº 658 recebeu o nome Distrito da Paz, subordinado ao município de Ponta Porã e só veio a ocorrer sua emancipação política-administrativa a partir de 1935. A imagem 4 é uma foto do primeiro prédio da prefeitura da cidade.

IMAGEM 4: PRIMEIRA PREFEITURA DE DOURADOS



Fonte: Portal da Prefeitura de Dourados —Disponível em: <a href="http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/sintese-historica">http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/sintese-historica</a> Acesso em: 13/06/2020.

O Estado Novo criou formas de subdividir os territórios. No ano de 1943, por meio do Decreto-lei nº 5812 de 13 de setembro foi criado o Território Federal de Ponta Porã, pelo desmembramento de algumas cidades que agora iriam fazer parte de um novo território, Dourados fazia parte do Território Federal de Ponta Porã neste período e essa divisão durou até 1946 quando o Território Federal de Ponta Porã foi reincorporado ao Estado de Mato Grosso. No período de (1943-1946) Dourados, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho, Bela Vista, Maracaju e Ponta Porã faziam parte do Território Federal de Ponta Porã. Pode-se ver no mapa abaixo (figura 3), as cidades que compunham este território:

FIGURA 3: MAPA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1946)



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados.- Disponível em: <a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao</a>. Acesso em 13/06/2020.

Cabe aqui, lembrar que Dourados fazia parte ainda do Território Federal de Ponta Porã quando começaram as leis de instalação da CAND em 1943, porém, quando realmente se instalou a CAND em 1948, Dourados já estava inclusa no estado de Mato Grosso novamente pela extinção do Território de Ponta Porã.

O Ministério da Agricultura era o responsável pela demarcação das terras na região, cabe lembrar que o território era grande, de 300.000 hectares, o que tornava Dourados uma região de terras promissoras como mostram os estudos de Lenharo (1986). A imagem 5 mostra a sede da CAND em Dourados no ano de 1943, observa-se a simplicidade das instalações que, como a maioria das casas e instituições da cidade, eram construídas com madeira, como várias casas na cidade neste período.

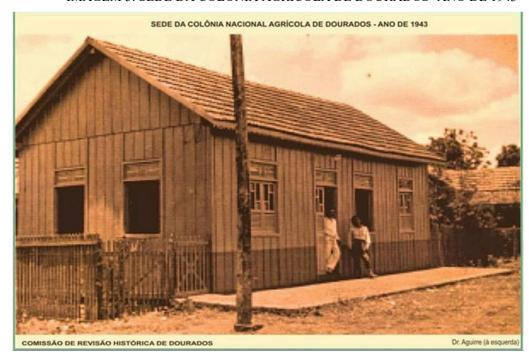


IMAGEM 5: SEDE DA COLÔNIA AGRÍCOLA DE DOURADOS- ANO DE 1943

Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados- Disponível em: <a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao</a>. Acesso em 13/06/2020.

Assim, como em todo País a nacionalidade, o patriotismo, a vontade de trabalhar pelo Brasil eram o discurso dos apoiadores de Getúlio e havia disputas com outros grupos, mesmo diante desses conflitos entre as partes houve a ocupação dos territórios. Não seria diferente na região sul de Mato Grosso. O processo de povoamento de Dourados exigia dos colonos "um espírito desbravador por parte deles, já que tinham que entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o governo federal dos gastos para tal tarefa." (IRALA; MARQUES, 2017, p. 17).

A imagem 6 retrata os colonos que vieram ocupar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, oriundos de várias regiões do País em busca de oportunidades nas terras de Dourados.



**IMAGEM 6: COLONOS DA CAND** 

Fonte: Comissão de Revisão Histórica Dourados - Disponível em: <a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao</a>. Acesso em 13/06/2020.

O Decreto n. 5.941, de 28 de dezembro de 1943, previa que "As despesas decorrentes das obras de fundação e instalação da Colônia, correrão por conta da dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) atribuída à Colônia de Mato-Grosso" (BRASIL, 1943), esta lei impulsionou o crescimento da região, porém a força do trabalho era dos colonos.

O crescimento populacional que a "Marcha para o Oeste" trouxe para região sul de Mato Grosso desencadeou a instalação da Colônia Agrícola Nacional Dourados (CAND) em 1948. Cabe lembrar aqui que a Criação da CAND se deu pelo Decreto de lei n. 5.941, de outubro de 1943, porém sua implantação ocorreu de fato em 1948 por meio do Decreto de lei n. 87 que direcionava sobre os limites de demarcação de terras. Sobre a criação da CAND a lei n. 5.941 de outubro de 1943 deixa explicito que:

Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, (C. A. N. D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares. (BRASIL, 1943).

A proposta do governo era expandir o povoamento, mas, grande parte dos trabalhadores ficavam satisfeitos por terem onde viver. Nessa perspectiva o autor destaca que as terras de

Dourados eram cobiçadas, foram demarcadas em 1948 e impulsionaram o crescimento agrícola e populacional de Dourados:

Dourados converteu-se no maior centro produtor da região. No meio da década, quando a estrada de rodagem chegou a Dourados, deu-se uma grande elevação da produção e certas safras, como o arroz 254%, o feijão, 163%, o café, 461%. Durante a década, a população de Dourados cresceu em torno de 611%, puxando o sul para uma concentração de população desnivelada em relação ao norte. (LENHARO, 1986, p. 51).

A cidade de Dourados estava em desenvolvimento em todo este período. Sendo assim, as pessoas vinham para a região para adquirir terras, mas também "colaborar" com a nação:

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. " (GOMES, 1999, p. 55).

Com a vinda de pessoas de várias regiões do País, foram se instalando muitos estabelecimentos de acordo com a necessidade da população douradense.

# 2.3 A URBANIZAÇÃO DE DOURADOS

Desde o declínio da Companhia Mate Laranjeira até a urbanização, Dourados passa por diversas transformações. A região até os anos 1960 tinha a maior parte da sua população concentrada em áreas rurais. Os trabalhos também eram em sua maioria voltados para a agricultura e pecuária.

A industrialização começa a ganhar força nos grandes centros como São Paulo, por exemplo, e as cidades mais afastadas dos grandes centros começam a produzir insumos agrícolas para estes grandes centros como é o caso de Dourados. Queiroz (2008) comenta a situação que ocorria nos grandes centros brasileiros:

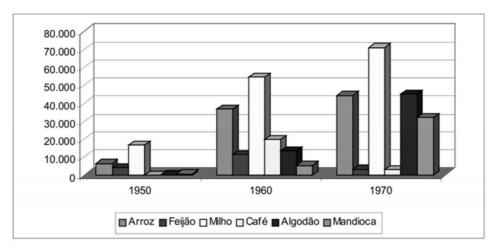
O desenvolvimento industrial desatou um círculo virtuoso, do ponto de vista da acumulação capitalista: a industrialização ao induzir a urbanização, provocou um aumento da demanda por alimentos e a consequente expansão da agricultura comercial — a qual, por sua vez, ao ampliar a renda no meio rural, 'ampliou o mercado não só de artigos manufaturados em si, mas de artigos produzidos com técnicas industriais em massa, em empresas capitalistas', com o que se realimentava todo o processo. (QUEIROZ, 2008, p. 57).

Cabe registrar aqui também que o desenvolvimento da cidade foi impulsionado pela abertura de estradas que anteriormente eram poucas. A partir de 1950, a construção de estradas proporciona à cidade uma maior relação com outras regiões do País e começa um maior desenvolvimento o que acarreta na melhoria de condições para começar a escoar a produção da região para outras localidades.

Albanez (2013) comenta que, em 1950, a produção forte era de arroz, feijão e milho, além da produção do café. A região de Dourados estava voltada para a produção de insumos

agrícolas para as regiões do País em desenvolvimento industrial. Olhando a figura 4, podemos entender melhor:

FIGURA 4: PRODUÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS EM DOURADOS- 1950



MRH: Campos de Vacaria e Mata de Dourados

Fonte: ALBANEZ, 2013, p.119

A força de trabalho era vendida para abertura de picadas em terras, cabe lembrar que a grande maioria dos trabalhadores da região não tinham estudos e ofereciam então a sua mão de obra para "Trabalhar "de empreita" no desbravamento de grandes e médias propriedades." (ALBANEZ, 2013, p. 144).

Os colonos ofereciam seu trabalho para o manuseio das terras. Naglis (2014) reforça que "Além de derrubar a mata e preparar a terra para o plantio, em boa parte das propriedades houve a necessidade de abrir poços, pois nem todas eram providas de água boa para o consumo" (NAGLIS, 2014, p. 91).

Para Menezes (2012), outra atividade que se destacou na CAND foi a extração de madeira, desta atividade vinha a subsistência de muitos colonos que vendiam as madeiras coletadas nas matas e também as usavam para a construção de suas casas e de outras instalações de que necessitavam. É importante destacar que, desta maneira, desponta, também segundo Menezes o comércio da CAND, a princípio com vendas de produtos de primeira necessidade como comida e utensílios como lamparinas ou agulhas e aos poucos alguns colonos se tornaram pequenos comerciantes.

O trabalho é a marca registrada dos colonos em Dourados, desde a derrubada das matas até as instalações tudo foi realizado com a força de trabalho bruta em prol do sustento das famílias e do desenvolvimento da CAND. O estudo de Menezes (2012) retrata bem a situação dos colonos:

Os colonos da CAND eram pessoas pobres, que almejavam apenas uma oportunidade de trabalho; não conheciam o conforto, por isso se adaptavam rapidamente às técnicas rústicas, para eles, a melhora nos modos de vida significava a fartura garantida pelo trabalho agrícola na pequena propriedade. (MENEZES, 2012, p. 16).

É importante lembrar aqui que os colonos não tinham à disposição maquinários, o trabalho na terra era realizado com mão de obra familiar. Os estudos de Naglis (2014) destacam que o trabalho dos colonos no plantio, criação de animais e desenvolvimento da CAND foi na força da enxada, da foice e na junção das famílias para a execução dos trabalhos:

Com o lote preparado, a lavoura ganhou corpo e passou a ocupar o lugar que antes era mata virgem. A criação de animais também se desenvolveu, criavam muitas galinhas, porcos e poucas cabeças de gado. A fartura era grande, pois a terra era muito boa. Os colonos plantavam feijão, milho, arroz, amendoim, mandioca. Todos os entrevistados relatam com ânimo e saudade a fertilidade da terra nos tempos da Colônia. (NAGLIS, 2014, p. 92).

Apesar da região da Colônia ser em sua maioria ligada ao trabalho rural, ao passar dos anos foram surgindo também as áreas urbanas de Dourados. A urbanização de Dourados segundo Marques (2017) se deu a partir de 1940 com a criação de vários estabelecimentos:

Entre as décadas de 1940 a 1970, em Dourados, o progresso foi acentuado por causa da colonização e dos seguintes empreendimentos: um pequeno Aeroporto (1941); Associação Comercial de Dourados (1945); Hospital Evangélico(1946); jornal O Douradense (1948); feira livre (1948); Cine Santa Rita (1946); Usina Filinto Muller (1949) Sede Clube Social (1950); primeira agência Banco do Brasil (1950); Unidade Sanitária de Dourados (1950); Jornal O Progresso (1951); Banco Nacional do Comércio(1952); primeiro Centro Espírita de Dourados (1953); Pensão Santa Luzia (1953); Fecularia Wolf (1954); Máquina de Beneficiar arroz (1954); Inauguração do Lions Clube de Dourados (1956); Radio Clube de Dourados (1957); Cine Ouro Verde (1958); Primeiro Centro Telefônico (1958); Criação do Sindicato Rural de Dourados (1967); Figueira Palace Hotel (1970); Construção do prédio do Banco Minas Gerais (1970) dentre vários outros pontos comerciais que foram instaladas nessas décadas.(MARQUES, 2017, p. 59).

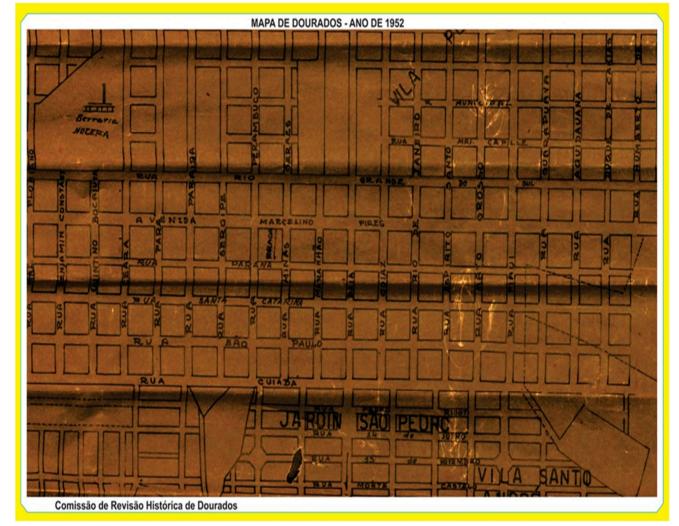


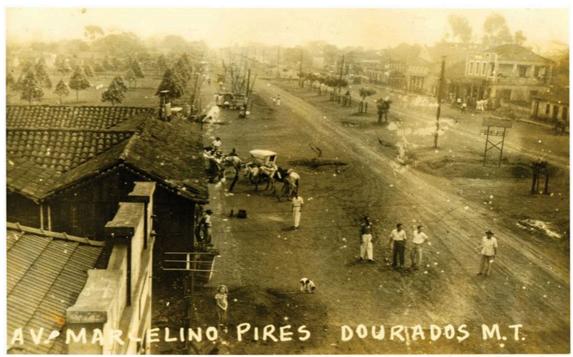
FIGURA 5: MAPA DO CENTRO DE DOURADOS – 1952

Fonte: Comissão de Revisão Histórica Dourados – Disponível em:<a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao</a>>. Acesso em: 17/04/2020.

A área central de Dourados foi dividida em quarteirões cada rua de 100 em 100 metros. Na figura 5 é possível perceber que cada rua já tinha seu nome.

A imagem 7 é de meados de 1950, como se pode perceber a cidade de Dourados começava a sua urbanização, as ruas eram de terra. A avenida que aparece na foto é a principal avenida da cidade e uma das mais movimentadas nos dias de hoje, a Avenida Marcelino Pires que, neste período era calma, como podemos ver na imagem.

#### **IMAGEM 7: AVENIDA MARCELINO PIRES EM 1950**



Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Fonte: Comissão de Revisão Histórica Dourados – Disponível em:<a href="https://www.facebook.com/comissaaoderevisao">https://www.facebook.com/comissaaoderevisao</a>>. Acesso em: 17/04/2020.

### 2.4 OS GINÁSIOS EM DOURADOS

As atividades econômicas descritas acima provocaram crescimento da população e, como consequência, se "intensificou a expansão da educação escolar nos municípios da localidade com a regulamentação de escolas primárias, de instituições de secundário, de formação de professores e até mesmo de ensino superior no final da década de 1960" (IRALA; MARQUES, 2017, p. 15). A expansão não foi somente populacional como mencionam os autores:

Porém a implementação da Colônia Nacional Agrícola não proporcionou, para o município de Dourados, apenas a expansão demográfica, com o povoamento dos "espaços vazios" da localidade, mas trouxe também transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Tais mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano e proporcionaram a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes e linhas de telefone, a ampliação do comércio e de loteamentos imobiliários, e a criação de associações de classe e de mais escolas. (IRALA; MARQUES, p. 17).

É de fundamental importância ressaltar aqui que, antes da "Marcha para o Oeste", a cidade de Dourados vinha crescendo, porém de forma lenta, este movimento impulsionou o desenvolvimento da cidade em várias áreas, sobretudo o crescimento no que se refere à educação secundária do município que, pautada na aceleração que a "Marcha para Oeste" trouxe para o crescimento da cidade, também foi importante para o aumento na demanda de alunos que precisavam desse tipo de ensino na cidade o que desencadeou a criação de Ginásios que pudessem suprir essa nova necessidade da população douradense no período.

Os estudos de Irala e Marques (2017) revelam que já estavam instaladas na cidade de Dourados escolas que davam conta da demanda de alunos menores, de turmas de séries iniciais desde 1939 com a criação da Escola Erasmo Braga (escola confessional, ligada à Igreja Presbiteriana). Ressalta-se também que havia em 1941 a Escola Paroquial Imaculada Conceição (vinculada à Igreja Católica), mas essa instituição encerrou suas atividades em 1946.

A partir daí foi criado o primeiro grupo escolar, o Joaquim Murtinho, em 1947 e a escola Paroquial Patronato de Menores em 1950, a Escola Imaculada Conceição 1955 e também surgem as primeiras escolas de ensino secundário que são focalizadas nesta pesquisa: o Ginásio Presidente Vargas que foi criado em 1951 e funcionou somente em 1958 e o Ginásio Osvaldo Cruz em 1954.

## Irala e Marques (2017) comentam:

Tais mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano e proporcionaram a instalação, a partir de 1950, de hospitais bancos, cinema, clubes e linhas de telefone, a ampliação do comércio e de loteamentos imobiliários, e a criação de associações de classe e de mais escolas. (IRALA; MARQUES, 2017, p. 17).

Todo o desenvolvimento da cidade de Dourados trouxe a preocupação com a instalação de instituições de ensino secundário. A necessidade de atender à educação dos jovens douradenses fez com que, em 1951, fosse criado o Ginásio Estadual Presidente Vargas como explica Marques (2014):

No dia 02 de outubro de 1951 foi criado o primeiro Ginásio público em Dourados, por meio da Lei nº 427 do mesmo ano, pelo governador do estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, sob a denominação de Ginásio Estadual "Presidente Vargas". No entanto, esse Ginásio começou a funcionar na cidade somente no ano de 1958. Em sua criação e implantação esteve envolvido um grupo de políticos sul-mato-grossenses liderado pelo vereador Celso Muller do Amaral que esteve, por várias vezes, em Cuiabá, buscando viabilizar junto aos políticos da capital o funcionamento desse Ginásio. (MARQUES, 2014, p. 46-47).

Na figura 6 aparece a fachada do Prédio do Ginásio Presidente Vargas, datada de 1957.

FIGURA 6: GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS EM 1957



Fonte: Marques (2014, p. 50)

Como é possível observar na colocação de Marques (2014) a primeira instituição de ensino secundário em Dourados foi o Ginásio Estadual Presidente Vargas criado em 1951, mas que, de fato, só funcionou em 1958. Sendo assim, é importante dizer que a primeira instituição de ensino secundário que funcionou em Dourados foi o Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados em 1954, instituição particular, já instalada em Campo Grande, mas cujo diretor demonstrava interesse de se instalar também em Dourados. A ata de instalação do Ginásio Osvaldo Cruz, datada de 1953, esclarece:

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Dourados, reuniram- se elementos mais destacados da cidade, na sala de sessões da Câmara Municipal.

A Abertura, o sr. Prefeito Municipal. Dr. Nelson de Araujo, fez a apresentação aos presentes do Dr. Luiz Alexandre de Oliveira. Diretor do Ginásio Oswaldo Cruz, de Campo Grande que é idealizador dessa grande iniciativa.

Tomando a palavra o Dr. Luiz Alexandre de Oliveira, depois de agradecer ao Sr, Prefeito a boa acolhida que dele recebeu e vem recebendo, passando a seguida a expor os seus planos para a instalação do ginásio nesta cidade, frisando que essa idéia lhe adveio há longa data de uma palestra com o Dr. Joaquim Rodrigues de Oliveira que o entusiasmou nessa iniciativa.

Salientou a seguir o seu interesse em fundar em Dourados uma instituição igual ao Ginásio Oswaldo Cruz, sem cor política ou religiosa num espirito verdadeiramente democratico. (ATA DE INSTALAÇÃO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1953).

Os documentos de verificação prévia do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados complementam, no histórico da instalação da instituição, que havia quatro anos que o Ginásio estava sendo pensado para instalação na cidade, mas que só em 5 de junho de 1953 houve reunião convocada pela Prefeitura da cidade para acertar as bases das instalações na cidade de Dourados.

Como se pode ver nas figuras 7 e 8, o Ginásio Osvaldo Cruz, segundo Josgrilbert (2020), enfrentou dificuldades para ter sua sede própria, tendo funcionado em três lugares até se instalar em prédio próprio. Inicialmente funcionou no espaço do grupo Joaquim Murtinho (1954).

FIGURA 7: GINÁSIO OSVALDO CRUZ DE DOURADOS - PRIMEIRA SEDE



Fonte: Josgrilbert (2020, p. 169).

A segunda sede do Ginásio Osvaldo Cruz foi instalada em uma casa de madeira, a anotação na imagem é datada de 1957, mas Josgrilbert (2020), aponta que o Ginásio funcionou desta casa de 1956 a 1958.(Figura 8).

FIGURA 8: GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1956-1958) - SEGUNDA SEDE



Fonte: CDR/UFGD.

Ampliando a anotação que está anexada à foto foi possível ver que nela aparece o lema da escola "Não importa o ninho quando o ovo é de águia" e o nome dos concluintes do Curso Ginasial de 1957. O lema da escola pode ser entendido como expressão de que, apesar das instalações não serem de alvenaria, naquela instituição se formavam bons profissionais. Haja vista que entre as profissões de prestígio do período estão citadas: médicos, engenheiros, enfermeiros, professores, dentistas e economistas.

FIGURA 9: AMPLIAÇÃO DA ANOTAÇÃO DA FOTO DA SEGUNDA SEDE DO OSVALDO CRUZ

\* Não importa o ninho quando o ovo é de águia\*

Em 1957, concluiram o Cureo Ginasial neste prédio, outras profissões liberais, os seguintes médicos, engeni enfermeiras, professores, dentistas, economistas...

Afrânio Martis: - Jairo Domingues - Pedro Monteiro de ida - Diva Matos de Barros - Sérgio Marques Martins - Wolff - Lauro Amaral Filho - Satsiko Kamimoto - Anésia Jadir de Mattos - Paulo H. Kamimoto - Rilde J. de Souza R. de Souza - José da Camara - Zani Brum - Solange Asam Alison G. Pedroso - Ilma Terezinha de Matos Vieira - Zani Nanci M. Manhas - Shirley M. Domingues - Francisco A. Matisuo Demura - Augustinha L. Marra - Walter Salvador de O

Fonte: CDR/ UFGD- Recorte da imagem realizado pela pesquisadora.

Josgrilbert (2020) complementa que o Ginásio Osvaldo Cruz recebeu apoio financeiro e com isso conseguiu finalmente sua sede própria na cidade de Dourados:

O Ginásio Osvaldo Cruz recebeu auxílio financeiro das três instâncias governamentais. Nos Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira de 1955, da Campanhas de Construções Escolares do INEP—demonstrado no apêndice A, o Osvaldo Cruz de Dourados recebeu Cr\$ 265.000,00 (BRASIL,1955); detalhe: o Osvaldo Cruz foi a única instituição a receber auxílio no sul de Mato Grosso, de acordo com os documentos consultados. Em nível estadual, foram encontrados: nota de empenho de 06 de novembro de 1957 (MATO GROSSO, C.E.1957a) referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00; Lei no1.463 de 12 de novembro de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 16 nov. 1960) que abria crédito especial de Cr\$ 150.000,00 destinado a auxiliar na aquisição de um conjunto para o fornecimento regular de luz e energia elétrica, durante o funcionamento do curso noturno; Lei no 1.650 de 9 de novembro de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 6 dez. 1961) que concedia uma subvenção ordinária anual de Cr\$ 180.000,00, paga em duodécimos, a partir de 1962.

Em nível municipal, o Osvaldo Cruz também recebeu muita ajuda, na Câmara de Vereadores da Dourados, foi lido um ofício no dia 16 de abril de 1958 do Professor José Pereira Lins, Diretor do Ginásio Osvaldo Cruz, agradecendo a votação desta Câmara da lei que concede auxílio àquele educandário apesar do veto do Prefeito; mas os vetos do prefeito foram rejeitados no que tangia às leis que concediam auxílio ao Ginásio Osvaldo Cruz e à Escola Evangélica da Assembleia de Deus" (DOURADOS, 1958, f. 170). Já para o orçamento de 1962 foi aprovada uma emenda do Vereador Jonas Francisco Dourado que entre outras concedia auxílio de Cr\$ 30.000,00 ao Ginásio Oswaldo Cruz. (DOURADOS, 1961, f. 150-154). (JOSGRILBERT, 2020, p. 172)

Como é possível perceber, a instituição Osvaldo Cruz recebeu auxílios de nível nacional, estadual e municipal até que pudesse se instalar em sua sede. Pode-se destacar que vários desses financiamentos também serviam para regularizar o fornecimento de energia do Ginásio. Outro ponto que se pode destacar, é que José Pereira Lins, o diretor da instituição, era quem respondia em Dourados pelo Ginásio. Na figura 10 temos a foto da fachada do Ginásio Osvaldo Cruz agora em sede própria.

FIGURA 10: GINÁSIO OSVALDO CRUZ- SEDE PRÓPRIA



Fonte: CDR/UFGD.

No próximo capítulo trataremos da instalação dos Ginásios na cidade de Dourados e dos docentes de ensino secundário da cidade.

# 3. PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DOURADOS

Neste capítulo procuraremos expor mais sobre a vida funcional dos professores e professoras secundaristas de Dourados no período de (1951- 1961) dando ênfase à documentação localizada para conhecer a vida profissional dos docentes e levantar aspectos como: formação acadêmica, disciplinas lecionadas, habilitação CADES e remuneração destes profissionais. Dentro deste capítulo primeiro vamos explanar mais sobre a inauguração dos Ginásios pois as histórias dessas instituições mostram que os professores e professoras foram presentes desde a criação tanto do Ginásio Osvaldo Cruz quanto do Ginásio Presidente Vargas<sup>23</sup>.

Como visto neste trabalho, a história dos professores e professoras do ensino secundário vem de encontro com o desenvolvimento da cidade de Dourados, conforme foram surgindo as demandas foi surgindo também a necessidade de ter na região Ginásios que atendessem aos alunos que precisavam não só aprender as primeiras letras, mas também dar continuidade aos estudos.

## 3.1 O GINÁSIO OSVALDO CRUZ E O CORPO DOCENTE

Dada à necessidade da população, como já mencionado, surge o interesse de Dr. Luiz Alexandre de Oliveira diretor do Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande em instalar um ginásio também em Dourados. O primeiro Ginásio a funcionar na cidade foi o Osvaldo Cruz, instituição privada.

Houve reunião na Câmara Municipal de Dourados e consta na Ata de 5 de junho de 1953 (figura 11), a discussão em prol das instalações do Ginásio particular na cidade. Na presença de Dr. Nelson de Araújo (então prefeito da cidade) Dr. Luiz Alexandre expos a ideia de instalar o Ginásio na cidade. A ata da Câmara Municipal expõe que havia interesse também do governador Fernando Correa da Costa em instalar um ginásio na cidade e até já havia acertado com o Dr. Luiz Alexandre a possibilidade de empréstimo do prédio do Grupo Escolar para dar início aos trabalhos. Destacou- se ainda que, devido à vontade de todos na cidade seria possível também organizar o corpo docente para a instituição. Na ata também se levou em consideração a necessidade de recursos financeiros e foi colocado em pauta que o ginásio não teria funcionamento perfeito de início. É interessante frisar que a ata já previa que o corpo docente seria de principiantes e por isso não se devia exigir muito e que havia necessidade de tolerância por isso.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Os dados localizados nos documentos do Ginásio Osvaldo Cruz e do Ginásio Estadual Presidente Vargas serão postos em quadros e em gráficos quando possível, nesta primeira parte mostraremos dados de cada Ginásio separado. Na análise iremos juntar ou comparar os docentes de uma instituição e outra e colocar aspectos do Decreto-Lei 4.244 de abril de 1942 para vermos se os professores secundaristas de Dourados desenvolviam seu trabalho dentro do que previa o Decreto-lei.

# FIGURA 11: ATA EM PROL DA INSTALAÇÃO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ

COPIA

ATA DA REUNIÃO DOS CIDADÃOS DE DESTAQUE EM DOURADOS EM PROL DA INSTALAÇÃO DE UM GIÑÃSIO EM DOU

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e tres, nesta cidade de Dourados, reuniran-se os elemen - tos mais destacados da cidade, na sala de sessões da Gânara Municipal A abertura , o snr. Prefeito Municipal, Er. Nelson de Araujo, fez a apresentação aos presentes do Dr. Luiz Alexandre de Oliveira Diretor do Ginásio Oswaldo Cruz, de Campo Grande que é o idealisador dessa grande iniciativa.

RADOS.

Tomando a palavra o Dr. Luiz Alexandre de Oliveira, depois de agradecer ao Snr. Prefeito a boa ecolhida que dele recebeu e ven recebendo, passando en seguida a empor os seus planos paraa instalação do Ginásio nesta cidade, frizando, que essa idéia lhe adveio há longa data, de una palestra com o Sr. Joaquim Rodrigues de Oliveira que o entusiasmou nessa iniciativa.

Salientou a seguir o seu interesse en fundar en-Dourados uma instituição igual ao Colegio Oswaldo Cruz, sem cor politica ou religiosa, num espirito verdadeiramente democratico.

Relatou a recente palestra mantida com o governa dor Fernando Correa da Costa que lhe assegurou o emprestimo do predio do Grupo Escolar para o inicio do fucionamento da instituição, necessitando apenas de um ato do Governo fazendo oficialmente a cessão dopredio, o que pretendia conseguir facilmente.

Quanto ao corpo de professores, dado é grande bos wontade demonstrada por todos aqui, estava o problema praticamente resolvido.

Com respeite ao aspecto financeiro da questão, depois de minucioso relato, salientou a mesessidade de um auxilio anu
al de, pelo menos Crê 30.000,00 do Estado ou da Prefeitura, parecendo
ser esta ultima a mais indicada para formecer esse auxilio.

Fez sentir que não se deve esperar, de inicio o fucionamento perfeito, do ginásio, cujos problemas são grandes e inume
raveis, principalmente com o corpo docente que aqui sera, em sun grande maioria de principiántes, para os quais será devida alguma toleran-

Quanto as mensalidades frizou que obedecerão aos preços cobrados em Caspo Grande que alias são regulados pelo Ministé-rio da Educação.

Acrescentou que tem todo o empenho para que todo o lucro que por aventura se apurar na instituição aqui, será aplicado en Dourados. A seguir facultou aos presentes fazerem as per guntas que desejarem sobre o assunto, os quais respondeu dando amplos es clarecimentos, sobre a construção de prédio proprio aqui,os recursos para as obra, fucionamento, suxilio do municipio, etc. Encerrando a reunião o Snr. Prefeito Municipal,agradeceu a presença de todos que que atenderam ao seu convite. Finalmente, pedindo a palavra o Dr. Camilo Ernelindo da Silva teceu considerações en torno do eventude auxilio do Gover no do Estado. Teceu tambem considerações em torno da lei estadual que cria diversos ginásios, inclusive un em Dourados, fazendo sen tir a sua pouca esperança no inicio da construção desse ginásio estadual, de maneira que a vinda do Dr. Luiz Alexandre com a sua realização vem de encontro a aspiração do povo para a abertura imediata do ginásio nesta cidade. Após considerações feitas por diversos presentes em torno do palpitante assunto incerrou-se a reunião, en meio mais vivoentusiasmo e os mais efusivos aplausos. Eu, Weimar Gonçalves Torres, a convite redigí a presente ata que vai com a assinatura de todos os presentes, em separado para memoria dos posteros sobre tão importante reunião, visando a realização de uma das mais antigas e mais justas aspirações do povo de Dourados.

Fonte: CDR/UFGD.

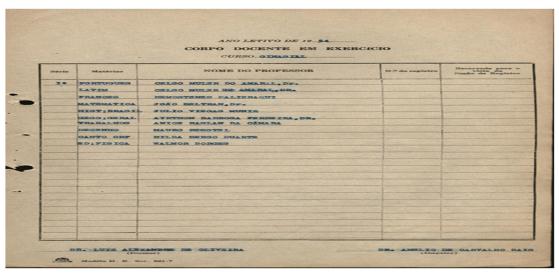
A Ata em prol da instalação do Ginásio Osvaldo Cruz deixa claro que havia necessidade de um Ginásio na cidade, já que o Ginásio Estadual Presidente Vargas havia sido criado, mas, não fora instalado, e a população precisava ser atendida. A instalação de uma instituição

privada seria o mais viável para a cidade naquele momento, o documento também revela que não seria fácil a instalação e o início do atendimento aos alunos, já que não havia prédio próprio e mão de obra qualificada como aponta ao mencionar professores principiantes.

Mesmo diante das dificuldades mencionadas na ata, o Ginásio Osvaldo Cruz começou a funcionar em 1954 sob a direção de Luiz Alexandre de Oliveira. Com corpo docente formado por Celso Muller do Amaral (Português e Latim), Demostenes Palieraqui (Francês), Dr. João Beltran (Matemática), Julio Viegas Muniz (História do Brasil), Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira (Geografia Geral), Anice Raslan da Câmara (Trabalhos Manuais), Mauro Resstel (Desenho), Hilda Bergo Duarte (Canto Orfeônico) e Walmor Borges (Educação Física).

Os professores e professoras em sua maioria não tinham formação voltada à docência (figura 12), é possível afirmar por exemplo que Celso Müller, que aparece como professor de Português e Latim, tinha, neste período de início do Osvaldo Cruz, conhecimento de Latim pois havia feito Seminário, mas só se formou em Química em 1958, portanto, não possuía formação específica para lecionar. Já o professor Dr. Ayrthon Barbosa era advogado, obteve habilitação pela CADES apenas em 1958, o que o tornou apto para lecionar, pois, no início, também não possuía os requisitos necessários. Sobre os demais, os documentos da instituição não informam a formação, mas, muito provavelmente, eram formados em outras áreas e estavam disponíveis para a docência no Ginásio.

FIGURA 12: DOCUMENTO CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO- 1954



Fonte: CDR/ UFGD

Como já previa o documento da ata de criação, de fato, o início do trabalho do Ginásio Osvaldo Cruz não foi fácil. Como já mencionado neste trabalho o Ginásio funcionou a princípio no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho. Em 1956, passou a funcionar em uma casa de madeira e, só em 1958, teve sua sede própria.

Destaca- se no estudo de Rosa (1990) um aspecto importante da mudança do Ginásio Osvaldo Cruz para sua sede em uma casa de madeira segundo relato do professor Lins:

"Observei que com o crescimento da cidade a convivência dos dois Ginásios tornava-se impossível e então aluguei um pardieiro, condenado pela Saúde Pública. Era uma casa de madeira, paredes caindo, galinhas passeando, por debaixo do assoalho" (ROSA, 1990, p.178).

Sobre o empenho dos professores e professoras para que o Ginásio Osvaldo Cruz se fixasse de fato na cidade Rosa (1990) traz o depoimento do Professor Ayrthon Barbosa Ferreira:

Meu primeiro diretor foi Celso Müller do Amaral, que tomou as rédeas do Ginásio Osvaldo Cruz em 1954. Em 1955, o Ginásio ficou acéfalo, quem dirigia era o Contador Manuel Martins, que era o secretário. Dei minha ajuda, porque vi que o Ginásio estava acabando. Foi então, em 1956, com a chegada do professor José Pereira Lins, que a direção do Ginásio se solidificou. (ROSA, 1990, p. 171)

Mesmo diante das dificuldades de implantação do Ginásio, ele funcionou e se formaram vários estudantes o lema da escola, como já mencionado, neste período era "Não importa o ninho quando o ovo é de águia". Em 1957, mesmo com os desafios enfrentados pela administração, professores, professoras e alunos, formou-se a primeira turma Ginasial do Ginásio Osvaldo Cruz.

A imagem 8 é da inauguração da sede própria do Ginásio. Observa-se na imagem a presença dos alunos e de alguns dos professores e professoras do Ginásio, em meio aos materiais de construção ainda. Entre cascalho, areia e tijolos foi cortada a faixa de inauguração de sede própria com muito festejo da população.



IMAGEM 8: INAUGURAÇÃO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ- SEDE PRÓPRIA- 1958

Inauguração da sede própria do Ginásio Osvaldo Cruz em 1958. Fonte CDR/UFGD.

Na inauguração da sede própria do Osvaldo Cruz em Dourados houve apresentação e discursos por parte dos políticos, professores e professoras. Na imagem 9, é possível ver o professor Celso Müller do Amaral (ao centro da imagem), que fazia parte do corpo docente do Ginásio, discursando no evento de inauguração da sede própria. Na foto também aparecem Dr.

Nelson de Araújo (prefeito) de terno escuro com a mão no queixo. É possível ver na imagem também um grupo de fanfarra que participou da solenidade.



IMAGEM 9: CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO OSVALDO CRUZ

Inauguração da sede própria do Ginásio Osvaldo Cruz em 1958. Fonte CDR/UFGD.

A história do Ginásio Osvaldo Cruz foi se entrelaçando com a organização do seu corpo docente. Com base nos documentos do Ginásio Osvaldo Cruz elaboramos um quadro colocando o nome dos professores e professoras que fizeram parte do quadro de professores e professoras da instituição e os anos em que estes professores e professoras lecionaram e as disciplinas ministradas, quando foi possível obter os dados, colocamos também a formação do professor. Além disso, o ano de inauguração do Ginásio já está dentro do período de vigência da Reforma Capanema o que vai provocar mudanças na estrutura do corpo docente como veremos a partir dos dados levantados.

# QUADRO 5: DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1954-1960)<sup>24</sup>

Nome do Professor (a) Gênero	Cidade e instituição de ensino	Período que lecionou	Ano de nascimento	Formação inicial	Atualização e aperfeiçoamento	Forma de ingresso e vínculo institucional	Disciplina que ministrou
José Pereira Lins  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1956- 1960 O docente foi diretor da instituição a partir de 1957	Não consta	Línguas Neolatinas	Não consta	Contratação Instituição privada	Português (1956- 1960) Latim (1956, 1959 e 1960) Francês (1956-1958) Para 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série ginasial
Celso Müller do Amaral Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1955	1920	Seminário <sup>25</sup> (incompleto) Química 1958	Não consta	Contratação Instituição privada	Português e Latim (1954- 1955) Para 1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> séries do ginasial
Demostene Palieraqui Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1955	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	Francês 1954- 1955 Para 1ª e 2ª série do ginasial
Dr. João Beltran  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954 à 1956	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	Matemática 1954 a 1956 1ª a 3ª série do ginasial
Julio Viegas  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	História do Brasil
Dr. Ayrton Barbosa Ferreira Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1960	Não consta	Não consta	Habilitação CADES/ Janeiro de 1958	Contratação Instituição privada	1954-História do Brasil - 1ª série ginasial) 1955- Geografia Gerall ª e 2ª série ginasial) 1956 Geografia Geral 1ª a 3ª série ginasial

O período que aparece no quadro está inserido na vigência do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.
 Estabelecimento religioso para a formação de sacerdotes.

							1957- Geografia Geral 1a e 2a série ginasial Ciências Naturais (3 a e 4a série) Geografia do Brasil (3a e 4a série ginasial) 1958 – História Geral (2a a 4a série ginasial) História do Brasil (1a a 4a série ginasial) Geografia Geral (1a e 2a série) 1959- História Geral (2a e 4a série ginasial) História do Brasil (1a e 4a série ginasial) Geografia Geral (1a e 2a série ginasial) Geografia Geral (1a e 4a série ginasial) Geografia Geral (1a e 2a série ginasial) Geografia do Brasil (3a e 4a série ginasial) 1960 História e Geografia 1a 4a série ginasial.
Anice Raslan da Câmara Feminino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1956	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1954 Trabalhos Manuais (1ª série ginasial) 1955 Trabalhos Manuais (1ª e 2ª séries ginasiais) 1956( 1ª e 2ª séries
Mauro Resstel Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1956	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	ginasiais)  1954- Desenho (1ª série ginasial0 1955 Desenho 1ª e 2ª série ginasial

							1956 Desenho 1ª a 3ª série ginasial
Hilda Bergo Duarte Feminino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954- 1958	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1954 Canto Orfeônico (1 a série ginasial) 1955 Canto Orfeônico (1a e 2a série ginasial) 1956 Canto Orfeônico 1a a 3a série ginasial 1957 1958 Canto Orfeônico (1a a 4a série ginasial
Walmor Borges Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1954-1959	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1954 Educação Física (1ª série ginasial) 1955 Educação Física (1ª e 2ª série ginasial) 1956 Educação Física (1ª a 3ª série ginasial) 1957- 1959 Educação Física (1ª a 4 ª série ginasial)
Dr. Ronan Marcos da Fonseca Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1955- 1956	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1955- História do Brasil (1ª série ginasial) História da América (2ª série ginasial) 1956 História do Brasil (1ª série ginasial) História Geral (2ª e 3ª série do ginasial) História

Elisa Gonzales	Ginásio	1956	Não consta	Bacharelado	Não consta	Contratação	1956-
Feminino	Osvaldo Cruz- Dourados			em artes		Instituição privada	Inglês ( 1ª a 3ª série do ginasial).
Umberlina Câmara Galvão Feminino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1956- 1958	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1956 Economia Doméstica (3ª série ginasial) 1957- Economia Doméstica (3ª e 4ª série ginasial) C. regional 3ª e 4ª série do ginasial.
Raul Bezerra  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1957- 1958	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1957- Inglês (2ª e 4 ª série ginasial) Matemática (1ª e 2ª série ginasial) 1958 Matemática (1ª a 4ª série ginasial)
Ney Cunha da Rocha Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1957	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1957 Matemática ( 3 ª e 4ª série ginasial)
Elvira Martins Sobrinha Feminino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1957	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1957 História Geral (1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> série ginasial) História do Brasil( 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série do ginasial)
Augusta de Deus Zamegnan Feminino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1957- 1958	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1957 Trabalhos Manuais (1ª e 2ª série ginasial) 1958 Trabalhos Manuais (1ª e 2ª série ginasial)
Isaac Borges Capillé  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1957- 1958	Não consta	Não consta	Habilitação CADES/ Janeiro de 1958	Contratação Instituição privada	1957- 1958 Desenho (1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série do ginasial

Frei Teodardo Leitz  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1958	Não consta	Seminário Padre/ sem data	Não consta	Contratação Instituição privada	1958 Latim( 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série ginasial)
Dr. Lowell Albert Bailey Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1958-1959	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1958 Latim( 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série ginasial)
Dr. Tércio Torres Sá Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1958-1959	Não consta	Médico	Não consta	Contratação Instituição privada	1958 Ciências Naturais (1ª a 4ª série do ginasial) 1959 Matemática ( 3ª e 4ª série do ginasial)
Lysias Fernandes Cruz Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1959-1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1959- 1960 Francês (1ª a 4ª série do ginasial) 1959 Canto Orfeônico (1ª a 4 ª série do ginasial)
Jonas Alves Corrêa  Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1959-1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1959 Matemática (1ª e 2ª série do ginasial) 1960 Matemática (1ª a 4ª série do ginasial)
Dr. José Cândido Pessoa de Mello Netto Masculino	Ginásio Osvaldo Cruz- Dourados	1959-1960	Não consta	Médico	Habilitação CADES/ 1959	Contratação Instituição privada	1959- 1960 Ciências Naturais (3ª a 4ª série) Ciências Naturais. 1960 Inglês (1ª a 4ª série ginasial).
Dr <sup>a</sup> Ivete Bastos Bucker	Ginásio	1959	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação Instituição privada	1959

Feminino	Osvaldo Cruz- Dourados						Trabalhos Manuais (1ª e 2ª séries do ginasial)
							Economia Doméstica ( 3ª
							e 4 <sup>a</sup> séries do ginasial)
Hemenegildo	Ginásio	1959	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação	1959
Pereira da Oliveira	Osvaldo Cruz-					Instituição privada	Desenho
	Dourados						(1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série do
Masculino							ginasial)1960 Trabalhos
							Manuais (1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> série do
							ginasial)
							Economia Doméstica ( 3ª
							e 4 <sup>a</sup> séries do ginasial)
Luciene Mancebo	Ginásio	1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação	1960 Trabalhos Manuais
Manhães	Osvaldo Cruz-					Instituição privada	(1ª e 2ª série do ginasial)
	Dourados						Economia Doméstica ( 3 <sup>a</sup>
Feminino							e 4ª séries do ginasial)
Ayako Murakamil	Osvaldo Cruz-	1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação	1960
	Dourados					Instituição privada	Desenho (1ª a 4ª série do
Masculino							ginasial)
Shirley Brandão	Ginásio	1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação	1960
Stein	Osvaldo Cruz-					Instituição privada	Canto Orfeônico (1ª a 4ª
	Dourados						série do ginasial)
Feminino							Educação Física (1ª e 4ª
							série do ginasial turma
							feminina)
Ferajala Jordão	Ginásio	1960	Não consta	Não consta	Não consta	Contratação	1960
	Osvaldo Cruz-					Instituição privada	Educação Física (1 ª e 4ª
Masculino	Dourados						série do ginasial turma
						' dos apos do 1054 a 1060 da Colosã	masculina)

Fonte: Elaboração da pesquisadora com utilização dos documentos "Professores em exercício" dos anos de 1954 a 1960 da Coleção José Pereira Lins-CDR/UFGD

Os dados levantados nos documentos revelam algumas especificidades do corpo docente do Ginásio Osvaldo Cruz: dos trinta docentes localizados nos documentos 9 são mulheres. Os dados revelam que 70% do corpo docente do Ginásio Osvaldo Cruz era formado por homens e 30% formado por mulheres.

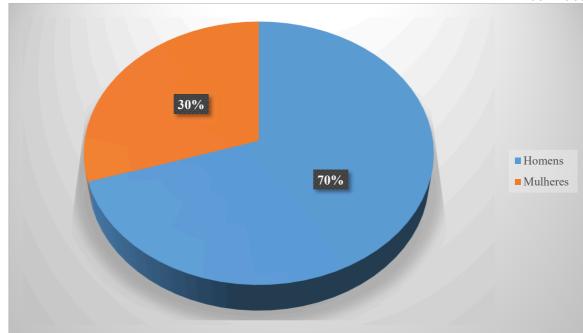


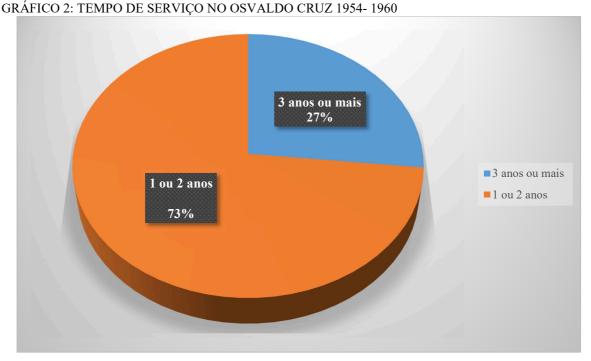
GRÁFICO 1: GÊNERO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ 1954-1960

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos documentos dos professores em exercício do Ginásio Osvaldo Cruz 1954- 1960.

Levando em consideração as disciplinas, outro ponto se torna relevante para reflexão: As disciplinas lecionadas por mulheres eram: Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico, Inglês, História Geral e História do Brasil, Economia Doméstica e em 1960 Educação Física. Já os homens ministravam: Português, Latim, Francês, Matemática, História do Brasil, História Geral, História da América, Geografía Geral, Desenho, Educação Física, Inglês, Ciências Naturais, Canto Orfeônico e Economia Doméstica.

Sobre o tempo de serviço na instituição, os dados levantados sobre os professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz revelam que a rotatividade de professores e professoras era grande, nos registros de 1954 a 1960 constam apenas 8 professores dos trinta que exerceram a docência por mais de 3 anos na instituição o que corresponde a 27% dos docentes. Os outros ficaram na escola apenas 1 ou 2 anos no Ginásio, o que corresponde a 73% dos docentes. Os que mais tempo trabalharam no Ginásio no período estudado foram: Ayrton Barbosa Ferreira

(7 anos), Walmor Borges (6 anos), José Pereira Lins e Hilda Bergo Duarte (5 anos), Dr. João Beltran, Anice Raslan da Câmara, Mauro Resstel e Umbellina Câmara Galvão (3anos).



Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos documentos dos professores em exercício do Ginásio Osvaldo Cruz 1954- 1960.

A respeito da formação inicial dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz, foi possível levantar apenas 6 docentes com a formação inicial descrita nos documentos da escola, sendo José Pereira Lins com formação em Línguas Neolatinas. Celso Müller do Amaral com formação em Química, Elisa Gonzales com Bacharel em Artes, Dr. Tércio Torres e Dr. José Cândido Pessoa de Mello Netto formados em Medicina e Frei Teodardo Leintz tinha Seminário. Apesar de não constar nos documentos do Ginásio, é possível afirmar que outros professores e professoras tinham formação inicial em outras áreas como é o caso do professor Ayrthon Barbosa Ferreira, que era advogado. Assim como outros que aparecem nos documentos como Dr. provavelmente tinham outra formação inicial. Não sendo possível afirmar a formação inicial não calculamos percentual deste item.

Sobre a habilitação para a docência nos cursos da CADES, dos trinta professores e professoras listados do Ginásio Osvaldo Cruz aparecem apenas 3 docentes habilitados pela CADES, sendo eles: Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira (Habilitação CADES em 1958), Isaac Borges Capilé (Habilitação CADES em 1958) e José Cândido Pessoa de Mello Netto (Habilitação CADES em 1959). O que corresponde a 10% do corpo docente do Ginásio Osvaldo Cruz.

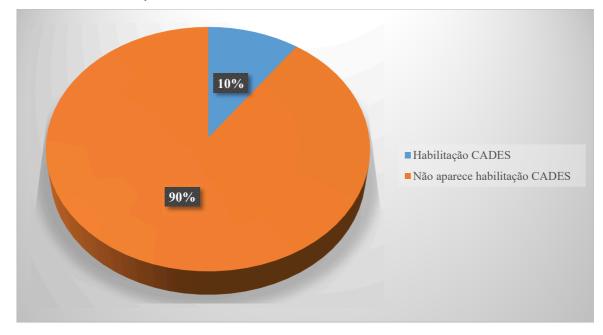


GRÁFICO 3: HABILITAÇÃO CADES NO OSVALDO CRUZ 1954-1960

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos documentos dos professores em exercício do Ginásio Osvaldo Cruz 1954- 1960.

Em relação à forma de ingresso na instituição, por se tratar de uma instituição privada, era por contratação. Com relação às disciplinas ministradas, os dados revelam que dezesseis dos trinta professores e professores lecionaram mais que uma disciplina no Ginásio Osvaldo Cruz.

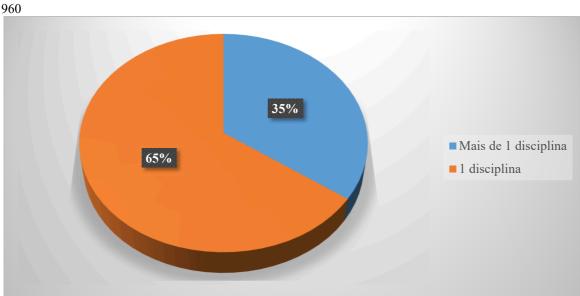


GRÁFICO 4: NÚMERO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS POR PROFESSOR NO OSVALDO CRUZ 1954-1960

Fonte: Elaboração da pesquisadora, com base nos documentos dos professores em exercício do Ginásio Osvaldo Cruz 1954- 1960.

Como pode ser visto no gráfico acima, 65% dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz ministravam mais que uma disciplina e 35% apenas uma disciplina, estes dados confirmam que não havia professores e professoras suficientes para que cada disciplina tivesse seu próprio professor, o provável então é que um professor tinha mais facilidade com determinada disciplina e acabava por ministrá-la.

## 3.2 O GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS E O CORPO DOCENTE

Assim como o Ginásio Osvaldo Cruz, o Ginásio Estadual Presidente Vargas iniciou seus trabalhos pela constatação da necessidade manifestada por parte da sociedade. Como vimos neste trabalho, havia demanda de escola de Ensino Secundário, por parte das famílias, mas nem todos tinham condições financeiras para arcar com os custos do ensino em um Ginásio privado. O Ginásio Estadual já havia sido criado pelo então governador Dr. Fernando Correa da Costa, em 1951, funcionou em 1958. O estudo de Marques (2014) trata especificamente sobre a criação do Ginásio Estadual que é o primeiro público da cidade:

Em sua criação e implantação esteve envolvido um grupo de políticos sulmato-grossenses liderado pelo vereador Celso Muller do Amaral, que esteve, por várias vezes, em Cuiabá, buscando viabilizar junto aos políticos da capital o funcionamento desse Ginásio. Trata-se de um político que lutava pelas questões educacionais. Foi ele, inclusive, que articulou, juntamente com o professor José Pereira Lins, a implantação do Primeiro Ginásio particular em Dourados, como uma extensão do Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande. (MARQUES, 2014, p. 46-47)

Como podemos perceber, tanto o professor/vereador Celso Müller do Amaral, quanto o Professor José Pereira Lins estavam empenhados em fazer com que o Ginásio Presidente Vargas começasse a funcionar na cidade. A inauguração do Ginásio então se deu no ano de 1958, no evento, assim como no Ginásio Osvaldo Cruz, houve a presença de autoridades, professores e professoras. Na imagem 10, é possível ver que as autoridades, professores e professoras estão ao alto da fotografia e os alunos embaixo. Estão presentes Weimar Gonçalves Torres, Celso Müller do Amaral que era vereador e assumiria o cargo de diretor e professor do Ginásio, a esposa de Celso Müller, professora Neuza do Amaral também lecionou no Ginásio, as freiras da cidade e os Freis Flech e Teodardo Leintz também marcaram presença na inauguração do Ginásio.



IMAGEM 10: INAUGURAÇÃO DO GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS-1958

Fonte: Acervo Família Amaral- Foto do Ginásio Presidente Vargas no ano de 1958, com a presença de alunos e dos professores e professoras.

É importante ressaltar também que a área onde foi construído o Ginásio Presidente Vargas foi doada pelo Professor Celso Müller do Amaral, sendo de 10.000 m2. Marques (2014) explica:

Ao iniciar suas atividades, em 1958, a instituição recebia o nome de Ginásio Estadual Presidente Vargas, pois oferecia apenas o Curso Ginasial, de primeiro ciclo, com quatro anos de duração, conforme prescrito pela Lei Orgânica nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Esses ginásios que ofereciam o primeiro ciclo também passaram a ofertar o segundo ciclo, que se dividia em clássico e científico. (MARQUES, 2014, p. 53).

Os estudos de Marques (2014) revelam que os professores eram nomeados pelo governador para trabalhar no Ginásio Presidente Vargas e que muitos deles, tinham problemas para começar suas atividades, já que a nomeação demorava muito para se efetivar. Estes problemas se arrastaram por anos no Ginásio Estadual Presidente Vargas sendo até mesmo tema de matéria no Jornal "O Progresso" que relatava até 1967 estes problemas com nomeações de professores. Sobre este aspecto trataremos mais adiante no trabalho.

Com relação aos documentos do Ginásio Presidente Vargas, a visita foi realizada na Escola Estadual Presidente Vargas no dia 26 de maio de 2020, pois, como já explicado, não foi possível acesso ao acervo antes. Nesta visita, como mencionado, tivemos acompanhamento do diretor adjunto e da secretária da escola. Antes de adentrar no arquivo da escola, pode-se perceber que a área destinada ao arquivo é como se fosse um depósito de quadros feitos pelos alunos e objetos diversos que são usados às vezes na instituição.

Os documentos estavam em sua maioria organizados no arquivo em caixas, a sala onde este arquivo funciona é próxima à secretaria e direção da escola, mas, quanto aos documentos do início do funcionamento da instituição só foi possível localizar um Livro Ponto de 1961 que estava numa caixa descrita como "Ano 61 a 66" e que estava organizada. A caixa pôde ser retirada do arquivo e levada para um espaço na secretaria, este espaço foi concedido pela funcionária para abrir a caixa, a caixa foi higienizadas (estava empoeirada) e iniciadas as anotações, também pudemos registar o Livro Ponto a partir de fotos. Seguem no quadro 6 as informações que foram retiradas do Livro Ponto docente datado de 1961:

# QUADRO 6: DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DO GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS (1961)<sup>26</sup>

Nome do Professor (a)	Cidade e	Período	Ano de	Formação	Atualização	Forma de ingresso	Disciplina que lecionou
Gênero	instituição	que	nascimento	inicial	E		
	de ensino	lecionou			aperfeiçoamento		
Celso Müller do Amaral	Ginásio	1961	1920	Seminário	Não consta	Não consta forma	Latim e francês 1 <sup>a</sup> série
*Apesar da assinatura no	Presidente			incompleto		de ingresso	Francês 2 <sup>a</sup> série
Livro Ponto estar em	Vargas			Química		Instituição pública	
rubrica, comparando com	Dourados			1958			
assinatura do diretor foi							
possível ver que Celso							
Müller foi diretor e professor							
na instituição.							
Masculino							
Leila Rosa	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	História 1ª série
	Presidente					de ingresso	
	Vargas					Instituição pública	
Feminino	Dourados						
Merlington João Braff	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Desenho 1 <sup>a</sup> série, 2 <sup>a</sup> série e
	Presidente					de ingresso	3ª série e Educação Física
Masculino	Vargas					Instituição pública	na 1 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> série.
	Dourados						
Neusa Carvalho do	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Trabalhos Manuais
Amaral	Presidente					de ingresso	1ª série
	Vargas					Instituição pública	
Feminino	Dourados	1.2.1.					
Zica Amaral Sá	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Inglês
г	Presidente					de ingresso	2ª série e 3ª série
Feminino	Vargas					Instituição pública	
Hills Danie Daniel	Dourados	1061	NI~	NI~	NI~	NI~ . C	C + O C ^ : 22 / :
Hilda Bergo Duarte	Ginásio Presidente	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Canto Orfeônico 3 <sup>a</sup> série e 4 <sup>a</sup> série
Feminino						de ingresso	4º serie História do Brasil 4º série
remino	Vargas					Instituição pública	nisiona do Brasil 4" serie
Nilda Maradaani	Dourados Ginásio	1961	NI~	N12	NI~	N2	E42-E/-i 2a -/ :
Nilda Murakami	Presidente	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Educação Física 3ª série
	Presidente					de ingresso	

\_

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> O período que aparece no quadro está inserido na vigência do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.

Feminino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados	1					
Shirley Brandão Stein	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Geografia 1 <sup>a</sup> série e 3 <sup>a</sup>
	Presidente					de ingresso	série
Feminino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados						
Edith R. Foster	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Religião 1ª série
	Presidente					de ingresso	
Feminino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados						
Frei Salvador Flech	Ginásio	1961	Não consta	Seminário	Não consta	Não consta forma	Religião 1ª série
	Presidente					de ingresso	
Masculino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados						
Lydia Fioravanti Dias	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Economia Doméstica – 3 <sup>a</sup>
-	Presidente					de ingresso	série
Feminino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados						
Neusa Bastos Morais	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta		Trabalhos Manuais
	Presidente					Não consta forma	1ª série
Feminino	Vargas					de ingresso	
	Dourados					Instituição pública	
Carmelita Rigotti	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Matemática
	Presidente					de ingresso	
Feminino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados					, ,	
Lysias Fernandes Luiz	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Francês
· ·	Presidente					de ingresso	Economia Doméstica
Masculino	Vargas					Instituição pública	
	Dourados						
Não foi possível inserir o	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Ciências
nome do professor de	Presidente					de ingresso	3ª série
Ciências pois no livro ponto	Vargas					Instituição pública	
aparece apenas a assinatura	Dourados						
em rubrica.							
Não foi possível inserir o	Ginásio	1961	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta forma	Português 1ª série, 2ª série
nome do professor de latim e	Presidente					de ingresso	e 3 <sup>a</sup> série e 4 <sup>a</sup> série
Português pois no livro						Instituição pública	Latim 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> série

ponto aparece assinatura em	Vargas			
rubrica.	Dourados			

Fonte: Elaboração da pesquisadora com utilização do Livro Ponto de professores do ano de 1961 do Ginásio Presidente Vargas.

Nos dados localizados no Livro Ponto de 1961, foi possível levantar a ideia de como era formado o corpo docente do Ginásio Estadual. Foram encontradas assinaturas de quinze professores e professoras, mas, um dos professores (de Ciências) assina por rubrica não sendo possível ver o gênero. Sendo assim, listamos quatorze professores e professoras, destes dez são mulheres, correspondendo a 71% dos docentes e 4 homens correspondendo a 29% do professorado da instituição.

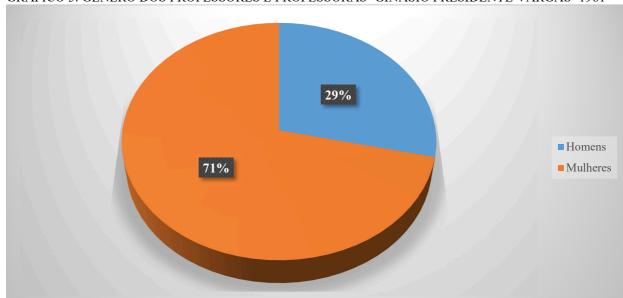


GRÁFICO 5: GÊNERO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS- GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS- 1961

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base no Livro Ponto de professores do ano de 1961 do Ginásio Presidente Vargas.

Com relação às disciplinas ministradas por homens eram: Religião, Latim, Francês Desenho, Educação Física e Economia Doméstica. As disciplinas ministradas por mulheres eram: História, Trabalhos Manuais, Inglês, Canto Orfeônico, História do Brasil, Educação Física, Geografia, Religião, Economia Doméstica e Matemática.

Quanto ao tempo de serviço, no caso do Ginásio Estadual, não é possível afirmar o tempo em que cada professor permaneceu na escola por conta da falta de evidências, já que o documento localizado é o Livro Ponto de 1961, na imagem abaixo segue o documento que utilizamos. (Figura 13).

PONTO DO PESSOAL DE Quiña a citament Exemente Exement

CARCOS NOMES

OSSILVACOS

Landa Granda Granda

FIGURA 13: LIVRO PONTO GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS- 1961

Fonte: Escola Presidente Vargas. Foto registrada pela pesquisadora no dia 26 de maio de 2020.

Com relação ao número de disciplinas ministradas pelos professores e professoras no Ginásio Presidente Vargas é possível perceber, pelo Livro Ponto, que, dos quinze professores e professoras (aqui incluímos o de ciências cujo nome não conseguimos identificar), 80% dos professores e professoras do ano de 1961 ministravam apenas 1 disciplina e 20% (3 docentes) lecionavam mais que uma disciplina no ano de 1961.

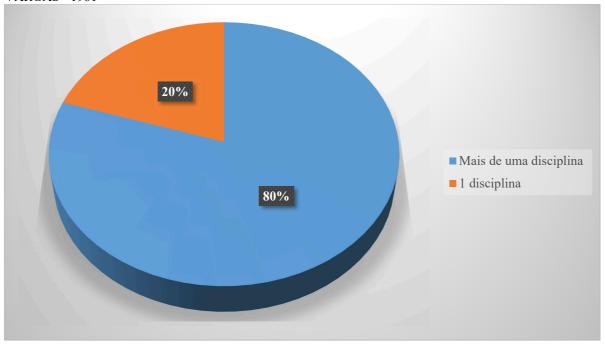


GRÁFICO 6: NÚMERO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS POR PROFESSOR- GINÁSIO PRESIDENTE VARGAS - 1961

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base no Livro Ponto de professores do ano de 1961 do Ginásio Presidente Vargas.

# 3.3 A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES E PROFESSORAS E HABILITAÇÃO CADES

No Capítulo V do Decreto – Lei 4.244 de 1942, artigo 79, são descritos os preceitos para ser professor do ensino secundário no País, o primeiro ponto tratado diz respeito à formação dos professores e professoras, explicitando que os docentes deveriam receber cursos apropriados em curso superior para exercer à docência.

O Decreto ainda regulariza a inscrição prévia dos candidatos que quisessem exercer a docência "Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registo do Ministério da Educação." (BRASIL, 1942b).

Como vimos nos gráficos anteriores, no caso dos professores e professoras de Ensino Secundário de Dourados, havia docentes com formação em outras áreas: médicos, padres, advogados e há possibilidade de que houvesse docentes de outras profissões também pois, na frente do nome de alguns professores e professoras aparece a palavra Doutor, mas, não consta a profissão.

Ou seja, os docentes dos Ginásios de Dourados tanto Osvaldo Cruz quanto Presidente Vargas tinham formações variadas. Havia os que tinham formação específica como era o caso de José Pereira Lins, mas também, os que foram se formando na atuação da docência como é o caso de Celso Müller do Amaral que começou a lecionar em 1954 no Osvaldo Cruz e se formou em

Química em 1958 e existe os que fizeram aperfeiçoamento pela CADES a fim de exercer o magistério. Para demonstrar a formação de alguns dos professores e professoras, vemos abaixo o diploma de José Pereira Lins no curso de Línguas Neolatinas.

FIGURA 14: DIPLOMA DO PROFESSOR JOSÉ PEREIRA LINS



Fonte: CDR/UFGD.

Nota- se no documento de professores em exercício de 1958 do Ginásio Osvaldo Cruz a observação do número de registro dos professores e professoras e no fim do documento a observação de que os professores Ayrthon Barbosa Ferreira (advogado) e Isaac Borges Capilé haviam feito curso da CADES em janeiro de 1958. (Figura 15).

18/48 Português José Pereira Lins  18/48 Português José Pereira Lins  18/48 Entim Proi Teodordo Leitz  18/48 Francês José Pereiro Line  2/42 Englês Dr. Lowell Albert Bailloy  18/42 Englês Dr. Raul Benevra Au  38/42 G. Esturais Dr. Téroio Torres de Sé(médico)  28/42 H. Gorel Dr. Ayrthon Barbosa Ferroira **  18/42 H. Bresil Dr. Ayrthon Barbosa Ferroira **  18/42 G. Garel Dr. Ayrthon Barbosa Ferroira **  18/43 G. Rogional Umbolina Gémera Calvão	do registro Reservado para o visto da Seção de Registro 4347 4347  torizado torizado torizado torizado
Serie Matérias NOME DO PROFESSOR Nº  18/48 Português José Pereira Lins 19/48 Latim Proi Toodordo Leitz 18/48 Francês José Pereiro Lins 2/42 Taglés Br. Losell Albert Beilley 18/49 Matemática Dr. Reul Benerra Au 38/48 G. Hatureis Dr. Téroio Tèrres de Sá(médico) 28/48 H. Gorel Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira ** Au 18/42 H. Bresil Dr. Lyrthon Berbosa Ferreira ** Au 18/42 G. Garel Dr. Ayrthon Derbosa Ferreira ** Au 38/48 G. Bogionel Umbolina Gémara Calvão	a347 a347 borizado torizado torizado
Serie Matérias NOME DO PROFESSOR Nº  18/48 Português José Pereire Lins 19/48 Latin Frei Teodordo Leitz 19/48 Francês José Pereire Lins 2/48 Inglês Dr. Locall Albert Bailley 18/48 Matemática Dr. Raul Benevra Au 38/48 C.Esturais Dr. Téroio Torres do Sá(médico) 28/48 H. Gorel Dr. Ayrthon Barbosa Ferroira ** 18/42 H. Bresil Dr. Ayrthon Barbosa Ferroira ** 18/28 G. Garel Dr. Ayrthon Derbose Ferroira ** 38/48 G.Regional Umbolina Gémara Calvão	a347 a347 borizado torizado torizado
18/48 Português José Pereira Lins  18/48 Português José Pereira Lins  18/48 Francês José Pereira Line  2/42 Inglês Dr. Lovell Albert Bailley  18/49 Matemática Dr. Raul Denerra  38/48 G.Hatureis Dr. Téroio Torres de Sé(médico)  28/48 H. Gorel Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira **  18/42 H. Bresil Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira **  18/42 O. Garel Dr. Ayrthon Derbosa Ferreira **  38/48 G.Rogional Umbolina Gemara Calvão	a347 a347 borizado torizado torizado
10/40 Latin Proi Toodordo Loitz  10/40 Francôs José Pereiro Line  2/40 Inglês Br. Lowell Albert Bailley  10/40 Matemático Dr. Reul Benerica Au  30/40 G.Batureis Dr. Téroio Torres de Sá(médico)  20/40 H. Gerel Dr. Ayrthen Berbess Ferreiro ** Au  10/40 H. Breeil Dr. Ayrthen Berbess Ferreiro ** Au  10/40 G. Berel Dr. Ayrthen Berbess Ferreiro ** Au  30/40 G. Berel Dr. Ayrthen Berbess Ferreiro ** Au  30/40 G. Rogionel Umbelina Genera Calvão	torizado torizado
10/40 Latim Proi Toodordo Loitz  10/40 Francôs José Peroire Line  2/40 Inglês Dr. Lowell Albert Bailley  10/40 Matemática Dr. Reul Deserre de Sá(médico)  20/40 H. Gerel Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira ** Au  10/40 H. Bresil Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira ** Au  10/40 G. Berel Dr. Ayrthon Derbosa Ferreira ** Au  10/40 G. Berel Dr. Ayrthon Derbosa Ferreira ** Au  30/40 G. Berel Dr. Ayrthon Derbosa Ferreira ** Au  30/40 G. Begionel Umbolina Gémera Calvão	torizado torizado
2/48 Incles Dr. Locall Albert Bailloy  18/48 Matematica Dr. Reul Benerra Au  38/48 G.Batureis Dr. Téroio Torres de Sá(médico)  28/48 H. Gerel Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira ** Au  18/42 H. Bresil Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira ** Au  18/22 G. Gerel Dr. Ayrthon Derbose Ferreira ** Au  38/48 G. Regional Umbelina Genera Calvão	torizado torizado
18/49 Matemática Dr. Reul Benerra  38/48 C.Hatureis Dr. Téroie Tèrres de Sá(médice)  28/48 H. Gorel Dr. Ayrthen Berbess Ferreira ** Au  18/42 H. Bresil Dr. Ayrthen Berbess Ferreira ** Au  18/28 C. Gerel Dr. Ayrthen Berbess Ferreira ** Au  38/48 C.Regionel Umbelins Genera Calvão	torizado
39/48 G.Matureis Dr. Téreie Terres de Sá(médice) 28/48 H. Gerel Dr. Ayrthen Berbess Ferreira ** Au 18/48 H. Bresil Dr. Ayrthen Berbess Ferreira ** Au 18/48 G. Gerel Dr. Ayrthen Derbess Ferreira ** Au 38/48 G.Regionel Umbelina Genera Calvão	torizado
28/48 H. Gorel Dr. Ayrthon Berbose Ferreira ** Au 18/42 H. Bresil Dr. Ayrthon Berbose Ferreira ** Au 18/22 C. Gorel Dr. Ayrthon Derbose Ferreira ** Au 38/48 C. Regional Umbelina Gamra Calvão	torizado
18/42 H. Breeil Dr. Ayrthon Berbose Forroire . Au 18/22 C. Gorel Dr. Ayrthon Derbose Forroire . Au 38/48 C. Rogionel Umbelina Comma Calvão	torizado
10/22 C. Goral Dr. Ayrthon Perbose Perreira ** Au 38/48 C. Rogional Umbalina Gamra Calvão	Married Total
38/48 O. Rogional Umbolina Gaura Calvão	
12/22 Trabalhos Augusta de Dous Zamegnan	
The state of the s	torizada
	torizado
3/40 E. Doméstic. Umbelina Cântra Calvão	
1/48 E.Fisica Walmor Borges	-692
Note: Os professores Ayrthon Barbosa Ferreira e Isaac	
vigente , eguerdan registro en sues respectivas metérics.	mes de janeiro de ano
vigonto , cause	
- In	7,00/
Li geri	Winspetor)

FIGURA 15: CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO 1958- OSVALDO CRUZ

Fonte: CDR/UFGD

No caso do Ginásio Presidente Vargas não foi possível ver no documento Livro Ponto, os registros sobre a habilitação da CADES dos professores e professoras, mas, há indícios de que os professores e professoras procuravam se formar em serviço pois, as exigências do Decreto-lei 4.244 de 1942 eram essas, se olharmos o exemplo do Professor Celso Müller, que foi diretor do Ginásio Presidente Vargas no ano de inauguração 1958, e naquele mesmo ano se formou em Química. Os professores e professoras que não tinham formação específica para lecionar ao menos deveriam ter formação superior e serem pessoas bem vistas na sociedade.

Já no caso dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz, vemos nos documentos de professores em exercício (1954- 1960) registros dos educadores e observações dos que haviam feito curso da CADES (como mostramos no gráfico relativo ao curso CADES

do Osvaldo Cruz) 10% dos professores e professoras tinham realizado este curso, dando indicações de que os professores e professoras estavam buscando se regularizar para atender à legislação vigente.

# 3.4 O TRABALHO DOCENTE E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

O Decreto-Lei de 1942 pretendia que houvesse a formação da personalidade dos alunos, e isso dependia de um trabalho coordenado nas instituições de ensino. "O conjunto constituirá, em cada escola secundária, o organismo coordenado e ativo, capaz de assegurar a unidade e a harmonia da formação da personalidade do adolescente". (BRASIL, 1942a).

Levando em consideração tudo o que é apontado no Decreto-Lei 4.244 de 1942, chegamos à ideia de que os professores e professoras tinham uma série de atribuições no trabalho pedagógico que tinham que desenvolver. O período proposto para as instituições era de 9 meses de aula nos ginásios. As aulas deveriam iniciar em quinze de março e terminar em quinze de dezembro com recesso na última semana de junho.

Atenta-se para o fato de que, segundo o Decreto-Lei 4.244 de 1942 os exames para admissão dos alunos eram realizados de dezembro ou fevereiro antes do início do ano escolar, sendo assim, os alunos se matriculavam nas instituições até quinze de março para início das aulas. Todos os alunos do ensino secundário deveriam ter uma caderneta na qual anotavam seus trabalhos escolares, horário de aulas e a sessão de Educação Física.

Os professores e professoras tinham regras a serem seguidas que eram determinadas pelo Decreto – Lei no Capítulo XI parágrafo primeiro havia a determinação "O professor terá em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes à segurança do que à extensão dos conhecimentos" (BRASIL, 1942b). Sendo assim, os professores e professoras ao ministrarem suas aulas nos Ginásios deveriam cuidar da integridade física dos alunos.

No Capítulo XI no segundo parágrafo havia outra recomendação "Os alunos deverão ser conduzidos não apenas à aquisição de conhecimentos, mas à madureza de espírito pela formação do hábito e da capacidade de pensar" (BRASIL,1942b). Caberia aos docentes então seguindo o Decreto-lei levar os alunos a pensar e a amadurecer.

Com relação à avaliação dos alunos, o Decreto-Lei comenta que as notas seriam aritméticas da nota de cada mês e que haveria trabalhos complementares. Destacamos aqui o Capítulo XIII que comenta sobre os trabalhos complementares:

Art. 46. Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de carater cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoraveis à formação do espírito econômico, dos

bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais. (BRASIL, 1942b)

Todo o trabalho das instituições escolares e, por consequência, dos professores e professoras, deveria, segundo o Decreto-Lei 4.244 de 1942, ter a função de levar o estudante a desenvolver sua autonomia, formar também nos educandos um espírito econômico, a socialização, além de desenvolver o aspecto artístico e literário, deveriam levar os alunos a pensar sobre os problemas nacionais.

Além das exigências previstas no Decreto-Lei 4.244 de 1942 os professores e professoras deveriam se adequar ao regimento da instituição de ensino na qual fosse lecionar. O regimento do Ginásio Osvaldo Cruz listava várias exigências feitas aos docentes a partir do Capítulo III:

#### FIGURA 16: REGIMENTO DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ

4

2 - Demonstrar descaso ou incompetência para o serviço;

3 - Der motivo, promover ou insuflar agitações no estabelecimento;

4 - Ternar-se imcompativel, pelo seu procedimento, com as funções que exerce;

§ 2º - Serão dispensados do cargo os funcionarios administrativos que cometerem atos de improbidade ou que faltarem ao serviço, sem licen ça previamente concedida, quinze dias concecutivos ou trinta intepolados dentro do ano letivo.

§ 3º - As penalidades serão impostas pelo Diretor ou Vice-Diretor.

Art. 23º - Perderá a remuneração diária o funcionário administrativo quando faltar sem causa justificada.

§ único - Não serão descontadas, no decurso de sete dias, as faltas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento de cônjuge pai, mãe ou filho.

### Capítulo III Título I Do Corpo Docente

Art. 24º - A constituição do Corpo Docente far-se-a nos termos do Decreto nº 8.777, de 22/I/1946.

Art. 25º - Será assegurada remuneração condigna aos membros do corpo docente.

Art. 26º - Incumbe ao Professor:

1 - Reger a sua cadeira conforme o horário estabelecido;

2 - Comparecer às aulas com a maior assiduidade e ministrar as lições nos dias e horas marcadas, participando com antecedencia, ao Diretor quelaquer impedimento que lhe sobrevenha.

3 - Estar presente ao estabelecimento pelo menos cinco minutos antes de sua aula, só se retirando depois que a mesma termine;

4 - Diregir-se após o toque de campainha, imediatamente à sua sala de aula, afim de evitar algazarra ou atos de indisciplina em aula por parte dos alunos, motivados pela sua ausencia ou entrada tardia;

5 - Manter a maior disciplina em suas aulas;

6 - Promover e acompanhar o progresso dos alunos, não se limitando a simples preleções, mas chamando-os às lições e sabatinas;

7 - Atribuir a cada aluno uma nota mensal relativa ao seu comportamento e avaliada pelo mesmo padrão das notas de aplicação.

8 - Empregar o máximo desvêlo na instrução de todos os alunos indistintamente de mo do que cada um seja arguido 3 vezes, pelo menos, em cada mês, considerando-se a nota mensal, como média das arguições e demais exercicios durante o mês; não podendo a nota mensal fundamentar-se numa só sabatina escrita;

9 - Arguir os alunos na primeira parte da aula, sobre a lição precedente dando-lhes a nota que merecerem;

10 - Passar e corrigir as tarefas escritas e orais dos alunos com re-

gularidade;

- ll Declarar, en caso de falta coletiva dos alunos, no Diário das Lições, a materia que nesse dia seria explanada a qual será obrigatoriamente tida como explicada:
- 12 Cumprir com rigorosa exatidão, os programas adotados para o ensi-
- 13 Aplicar a nota Zero ao aluno, cuja média mensal não foi possível apurar por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença;
  - 14 Registrar no Diário das Lições os pontos que tiver explicado a seus alunos, o qual fica sob a guarda do estabelecimento;
  - 15 Apresentar na Secretaria, no fim de cada mês, a media das notas dos alunos em suas aulas, bem como a nota de comportamente e a relação das faltas de comparecimento ddda pelos mesmos;
    - 16 Comparecer às solenidades promovidas pelo estabelecimento;
    - 17 Comunicar qualquer anormalidade verificada em sua aula;
    - 18 Tomar parte nos trabalhos de exames para que for designado;
  - 19 Tomar cuidado es ecial e constante na educação moral e cívica dos seus alunos;
    - 20 Receber condignamente as autoridades;
  - 21 Escolher os livros didáticos, não podendo modificar posteriormen te a escolha feita no início do ano letivo;
  - 22 Entregar ma Secretaria, dentro de 10 días, a contar da data de sua realização, as provas parciaais da sua disciplina, devidamente corrigidas e julgadas;
  - 23 Efetuar a chamada dos alunos antes do inicio das aulas e fiscalizar a frequência dos mesmos:
  - 24 Comparecer as reuniões congregacionais do estabelecimento, deven do nessas reuniões apresentar relatórios sobre o aproveitamente dos seus alunos e deliberar ou opinar nos casos graves de disciplina submetidos á congregação;
- 25 Não lecionar matéria nova, durante os 8 dias úteis precedentes às provas parciais, de acôrdo com a legislação do ensino vigente;
- 26 Manter em sigilo absoluto o texto dos quesitos, formulados para a lista dos pontos das respectivas provas parciais;
- 27 Entergar pessoalmente ao Diretor do estabelecimento, a relação dos pontos para as provas parciais, devidamente rubricados, com 8 dias de antecedência à data estabelecida para inicio das respetivas provas;
- 28 Fiscalizar rigorosamente os alunos quando em exames e evitar e coibir energicamente o uso da chamada "cola";
  - 29 Desempenhar as comissões para que for nomeado ou designado;
- 30 Satisfazer todas as requisições que pelo Diretor forem feitas no interesse do ensino:
- 31 Assinar diariamente no livro-do-ponto que lhe for destinado, sendo-lhe vedado depois fazê-lo qualquer anotação, apos a do Diretor;
  - 32 Evitar o ditado de lições constantes do compêndio ou de notas

relativas aos pontos dos programas escolares;

Art. 27º - A falta de cumprimento dos items 15 e 22 do artigo anterior, importará um desconto nos vencimentos do professaor, correspondente ao numero de dias de atraso na entrega dos respectivos boletins.

5 único - A entrega dos boletins a que se refere este artigo, será comprovada pelo "recibo" da Secretaria no Diário de Lições do professor e livro protocolo de entrada e saída de provas, respectivamente.

#### Título II

Das penalidades do Corpo Docente

Art. 289 - O Corpo Docente fica sujeito às seguintes penas:

- a) advertência reservada;
- b) advertência em portaria;
- c) suspensão até 15 dias;
- d) suspensão por mais de 15 dias;
- e) demissão.

Art. 290 - As penas das alineas a,b,c,d,e, serão aplicadas pelo Diretor do estabelecimento nos casos peevistos pela lei que rege a matéria.

Art. 300 - Incorrerá nas penalidades a que se refere o artigo anterior o professor que:

- 1 Não desenvolver convenientemente, em tempo oportuno e sem justa causa, o programa da disciplina a seu cargo, com evidente prejuizo para o ensino:
- 2 Não observar estrita pontualidade no que diz respeito aos horáriso de aulas estabelecidas durante o ano letivo em curso, com evidente prejuizo à boa marcha dos trabalhos escolares e da disciplina;
- 3 Deixar de comparecer sem causa justificada por mais de 15 dias consecutivos ou 30 interpolados;
- 4 Lecionar, particularmente, alunos de suas séries, em disciplinas a seu cargo, mesmo gratuitamente;
- 5 Faltar com o devido respeito às autoridades, ao Diretor, aos colegas e a propria dignidade do magistério;
- 6 Mostrar incapacidade de manter a disciplina em classe que é de sua inteira responsabilidade;
- 7 Promover manifestação verbal ou escrita de juizos do contra que encerren intuito de demulição ou desacatamento contra autoridades a que estão sujeitos ou contra funcionários com os quais lhe cumpra manter os preceitos e ética profissional ou mesmo de sociabilidade;
- 8 Servir se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais ou para incutir, clara ou disfarçadamente, nos alunos, atitudes de indisciplina ou agitação;
- 9 Emitir pareceres dentro do estabelecimento, verbalmente ou por escrito, contra atos dos membros dos Poderes dos Estados ou da União;
- 10 Tratar, dentro do estabelecimento, verbalmente ou por escrito, qualquer assunto relativo a questões políticas e religiosas, bem como promover qualquer iniciativa que possam produzir esse efeito;

Fonte: CDR/UFGD.

Os professores e professoras, segundo o documento que regia o corpo docente do Ginásio Osvaldo Cruz, deveriam atender a inúmeras exigências, quanto à formação dos alunos: seguindo pontualidade, deveriam comunicar o diretor sobre qualquer situação, manter a disciplina na sala de aula, motivar os alunos, promovendo provas escritas e orais mensalmente, preenchimento de diário de classe.

Além disso, deveriam manter em dia os registros e passar para a secretaria da instituição, fazer chamada dos alunos regularmente, escolher os livros didáticos que seriam usados pelos alunos, participar das reuniões e eventos da instituição. Era tarefa do professor também, cuidar dos alunos, para não colarem nas provas, assinar diariamente o Livro Ponto e satisfazer os pedidos do diretor quanto ao que se refere ao ensino. As punições caso não fossem cumpridos os requisitos eram desde advertência reservada até demissão.

A imagem 11 é da primeira turma do Ginásio Osvaldo Cruz, na ocasião os alunos estão sendo acompanhados pelo professor Celso Müller do Amaral de terno branco a direita, professora Hilda Bergo Duarte a direita de roupa branca. A esquerda da fotografia aparecem Sr. Manuel Martins (primeiro secretário) e professor Isaac Borges (de terno escuro). Atenta- se para a organização dos alunos, professores e professora.



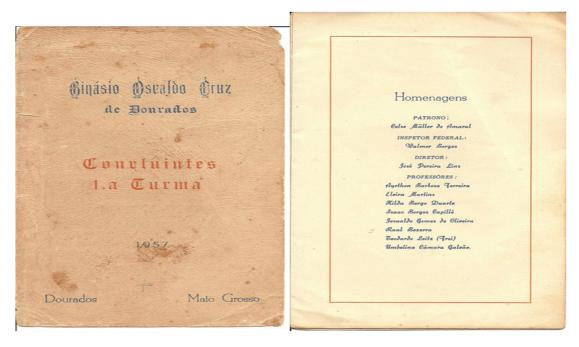
IMAGEM 11: ALUNOS E PROFESSORES DO GINÁSIO OSVALDO CRUZ

Fonte: Acervo Família Amaral- Foto do Ginásio Osvaldo Cruz no ano de 1954.

No depoimento do professor Celso Müller do Amaral em Rosa (1990) o docente relata sobre a relação com os alunos do Ginásio Osvaldo Cruz em 1954 "Havia em nosso ambiente

escolar compreensão, cordialidade. Se o aluno estava fraco, o professor organizava tarefas, para ele melhorar, dava-lhe aulas particulares, para ele recuperar" (ROSA, 1990, p. 165). O documento abaixo é o convite de formatura da Primeira Turma do Colégio Osvaldo Cruz, a seguir temos também fotos dos professores e professoras que foram homenageados em 1957.

FIGURA 17: CONVITE DE FORMATURA DA TURMA DE 1957- GINÁSIO OSVALDO CRUZ



Fonte: Elisabete Lins-Filha do professor José Pereira Lins.

IMAGEM 12: GALERIA COM OS PROFESSORES E PROFESSORAS HOMENAGEADOS NA FORMATURA DA TURMA DE 1957 – OSVALDO CRUZ



Fonte: CDR/UFGD- Professores da Primeira Turma do Ginásio Osvaldo Cruz- montagem de fotos realizada pela pesquisadora.

O relato do professor Ayrthon Bezerra trata da relação com a docência "O magistério me deu muitas satisfações. Recuperei alunos terríveis, acreditando no potencial deles" (ROSA, 1990. p. 73).

O relato do professor Isaac Borges Capilé relata a relação com o trabalho docente "Foi em 1958 que começou o meu interesse pela Educação, pela aprendizagem, porque eu senti que, quanto mais ensinava, mais gostava do meu trabalho." (ROSA, 1990, p. 182).

Os depoimentos dos professores trazem a ideia de que a relação professores, professoras e alunos era harmoniosa como se deduz dos depoimentos de Celso Müller do Amaral, Ayrthon Bezerra e Isaac Borges Capilé.

Não foram encontrados documentos de regimento do Ginásio Estadual Presidente Vargas, porém, o Decreto-Lei previa organização de todas as instituições secundárias e havia Inspeção Federal para que houvesse o bom funcionamento da instituição.

O que podemos deduzir é que o trabalho no Ginásio Presidente Vargas ocorria também de forma organizada pois o depoimento de Celso Müller do Amaral é: "Do mesmo modo e com esse espírito implantamos em Dourados, em 1958, o Ginásio Presidente Vargas". (ROSA, 1990, p. 165).

#### 3.5 O SALÁRIO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS SECUNDARISTAS

Neste tópico, serão apresentados dados extraídos dos documentos que estabeleciam os salários dos professores e professoras, é importante dizer que, no período, a moeda que vigorava era o Cruzeiro. O valor correspondente 1000 réis =1,00 cruzeiro (1 conto de réis = 1000 cruzeiro) simbolizado por Cr\$.

Foram encontrados em arquivos do Ginásio Osvaldo Cruz os rendimentos dos professores e professoras, já no Ginásio Estadual não foram localizados. Para construir este tópico vamos então partir das orientações do Decreto-Lei 4.244 de 1942 com relação ao salário dos professorese professoras, observaremos os documentos do Osvaldo Cruz e faremos uma relação entre a remuneração dos docentes com o salário-mínimo vigente em cada ano, para termos ideia aproximada dos valores. A respeito do salário dos professores e professoras.

O Decreto-Lei 4.224 de 1942 no Capítulo V, Artigo 79, inciso 4 dispõe "Aos professores do ensino secundário será assegurada remuneração condigna, que se pagará pontualmente." (BRASIL, 1942b). Sobre o aspecto salário dos professores e professoras o Decreto-Lei 4.224 previa que os docentes receberiam salários adequados à atividade exercida e que deveriam ser pagos de forma regular.

O Regimento Escolar do Ginásio Osvaldo Cruz, já citado neste trabalho também discorre sobre este aspecto, o Artigo 25 do regimento escolar da instituição dispõe "Será assegurada

remuneração condigna aos membros do corpo docente". (REGIMENTO ESCOLAR OSVALDO CRUZ, 1954). Foram localizados vários registros da remuneração dos professores e professoras do Ginásio Osvaldo Cruz, neles consta o nome dos professores e professoras e o valor que cada um recebia de ano a ano. (Quadro7). Para termos uma ideia geral dos salários elaboramos este quadro, observando o nome do professor, o ano, o valor do salário:

QUADRO 7: SALÁRIOS DOS PROFESSORES E PROFESSORAS – GINÁSIO OSVALDO CRUZ (1954- 1960)

(1)01	2,00,
PROFESSOR (A)	ANO/ SALÁRIO
José Pereira Lins	1954 – 1956 /Cr\$ 3.857,50
	1957/ Cr\$ 5. 600,00 (diretor)
	1958/ Cr\$ 5.400,00 (diretor)
	1959/ Cr\$ 9.702,00 (diretor)
	1960/Cr\$ 11.200,00( diretor)
Elisa Gonsales	1954- 1956 /Cr\$ 1. 136,70
Dr. João Beltran	1954-1956 /Cr\$ 1. 653,60
Dr. Ronan Marcos da Fonseca	1954-1956 /Cr\$ 1. 136,70
Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira	1954-1956 /Cr\$ 1. 136,70
	1957/ Cr\$ 3.350,00
	1958/ Cr\$ 4.680,00
	1959/ Cr\$ 5.950,00
	1960/ Cr\$ 9.160,00
Mauro Resstel	1954-1956 /Cr\$ 1. 136,70
Anice Raslan da Câmara	1954-1956 /Cr\$ 1. 136,70
Hilda Bergo Duarte	1954-1956 /Cr\$ 949,20
Imaa Berge Baarte	1957/ Cr\$ 2.250,00
	1958/ Cr\$ 1.800,00
Walmor Borges	1954-1956 /Cr\$ 1. 200,00
Wallier Berger	1957/ Cr\$ 1.350,00
	1958/ Cr\$ 1.440,00
Teodardo Leintz	1957/ Cr\$ 2. 250,00
Todardo Demiz	1958/Cr\$ 2.160,00
Raul Bezerra	1957 / Cr\$ 3.300,00
2 020114	1958/Cr\$ 3.240,00
Ney Cunha Rocha	1957/ Cr\$ 1.350,00
Augusta Zamegnan de Deus	1957/ Cr\$ 1.350,00
8	1958/ Cr\$ 1.080,00
Isaac Borges Capillé	1957/ Cr\$ 2.700,00
	1958/ Cr\$ 2.160,00
Umbelina Câmara Galvão	1957/ Cr\$ 450,00
	1958/ CR\$ 2.200,00
Lowell Albert Baley	1958 / Cr\$ 1.980,00
,	1959/ Cr\$ 3.234,00
Tercio Torres de Sá	1958 / Cr\$ 720,00
	1958/ Cr\$ 2.646,00
Lysias Fernades Cruz	1959/ Cr\$ 5.586,00
	1960/ Cr\$ 4.730,00
Jonas Alves Correa	1959/ Cr\$ 3.528,00
	1960/ Cr\$ 6.860,00
Hermenegildo Ferreira de Oliveira	1959/ Cr\$ 3.528,00
José Cândido de Mello Netto	1959/ Cr\$ 1.746,00
Cost Salisies de l'itelle l'ieme	1960/Cr\$ 3.460,00
Ivete Ducker	1959/ Cr\$ 1.988,00
Luciana Manhães	1960/ Cr\$ 2.340,00
Ayako Murakami	1960/Cr\$ 4.520,00
Shirley Brandão Stein	1960/Cr\$ 4.320,00 1960/Cr\$ 6.160,00
Similey Dianuau Stein	1700/C1\$ 0.100,00

Ferajala Jordão	1960/Cr\$ 5.000,00

Fonte: Documentos de remuneração dos professores do Ginásio Osvaldo Cruz, localizado no CDR/UFGD-transcrição do documento realizada pela pesquisadora.

Para entender quanto um professor recebia na prática iremos comparar o salário do professor com o salário-mínimo dos anos e faremos uma conversão, este cálculo será feito para fins de comparação e sabemos dos limites destes dados. Tomaremos, por exemplo, o salário do professor Ayrthon Bezerra do Ginásio Osvaldo Cruz (1954 a 1960), deste modo poderemos ver a mudança de remuneração do docente ao longo dos anos.

QUADRO 8: SALÁRIO DO PROFESSSOR AYRTHON BEZERRA (1954-1960)

ANO	VALOR RECEBIDO PELO	VALOR DO SALÁRIO-	QUANTO EQUIVALERIA EM
	PROFESSOR AYRTHON	MÍNIMO	2021 EM REAIS
	BEZERRA	DO ANO EM CRUZEIROS –	
		DECRETO E QUE ALTERA	
		O SALÁRIO-MÍNIMO.	
1954	Cr\$ 1. 136,70	Cr\$ 2.400,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 -
		Decreto nº 35450, de 1954.	receberia R\$ 41,33.
1955	Cr\$ 1. 136,70	Cr\$ 2.400,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 -
		Decreto nº 35450, de 1954.	receberia R\$ 41,33.
1956	Cr\$ 1. 136,70	Cr\$ 2.400,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 –
		Decreto nº 35450, de 1954.	receberia R\$ 41,33.
1957	Cr\$ 3.350,00	Cr\$ 3.800,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 -
		Decreto nº 39604, de 1956.	receberia R\$ 121,82.
1958	Cr\$ 4.680,00	Cr\$ 3.800,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 -
		Decreto nº 39604, de 1956.	receberia R\$ 170,18.
1959	Cr\$ 5.950,00	Cr\$ 6.000,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 –
		Decreto nº 45106-A, de 1958	receberia R\$ 216,36.
1960	Cr\$ 9.160,00	Cr\$ 9.600,00	Salário-mínimo R\$ 1.100 –
		Decreto nº 49119-A, 1960	receberia R\$ 333,09.

Fonte: Cálculos realizados em: CoinMill.com - O Conversor Da Moeda corrente.

Com base nos dados do quadro do salário do professor (Quadro 8) podemos entender que os docentes tinham a remuneração abaixo do salário-mínimo da época. O que nos dá indícios que tinham que se desdobrar para manter as finanças estabilizadas.

Como podemos observar no quadro acima, os salários dos professores e professoras iam mudando de acordo com os anos, consta nos documentos do Ginásio Osvaldo Cruz que, a partir do ano de 1959, os docentes recebiam Cr\$ 70,00 por aula dada. Este cálculo nos leva a deduzir que a carga horária do professor Ayrthon Bezerra era de oitenta de cinco aulas para receber a remuneração de Cr\$ 5.950,00.

A respeito da remuneração, o próprio professor Ayrthon relata "o salário do professor era tão irrisório, que se eu fosse viver dele não subsistiria" (ROSA, 1990, p. 172). É importante destacar que o professor Ayrthon foi promotor e advogado, sua renda não era somente do trabalho docente.

Além da desvalorização na remuneração existem relatos que os professores e professoras tinham seus salários pagos com atraso como comenta Celso Müller do Amaral "Às vezes ficávamos meses sem receber, ninguém reclamava, a palavra greve não existia em nosso dicionário, o ensino para nós era um ideal, um sacerdócio" (ROSA, 1990, p. 165). O relato do professor Celso Müller do Amaral expõe a dificuldade em receber os salários, ao contrário do que previa o Decreto-Lei 4.244 de 1942 que orientava que os professores e professoras recebessem em dia.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento da cidade de Dourados se entrelaça com o desenvolvimento da Educação na cidade. Como visto neste trabalho, a cidade de Dourados foi crescendo e com este desenvolvimento surgiram as demandas pelo Ensino Secundário.

Muito do que foi feito em nível de Ensino Secundário na cidade, se deu pelo crescimento da região sul do estado, este crescimento como vimos tomou força a partir de 1940 com o projeto do governo Vargas "Marcha para o Oeste", para ocupação de territórios pelo País, sendo o sul do Mato Grosso considerado uma região promissora. Desde então, pessoas de várias regiões do Brasil, vieram ocupar a região.

Com a vinda de tantas pessoas para a região, começaram as demandas pelo Ensino Secundário na cidade pois já existiam aqui as escolas primárias e era necessário que houvesse também o Ensino Secundário para que os adolescentes continuassem seus estudos. A Educação no Ensino Secundário se fixou na cidade no ano de 1954 com a instalação do Ginásio Osvaldo Cruz (instituição privada), a demanda continuava grande e se instalou também na cidade o Ginásio Estadual Presidente Vargas em 1958.

A instalação destes Ginásios não se deu de forma rápida, pois dependia de recursos, que eram escassos, havia pouco investimento público, tanto o Ginásio Osvaldo Cruz quanto o Ginásio Presidente Vargas. A instalação dos Ginásios se deu por várias solicitações da população, até que de fato funcionassem. Os prédios eram de instalações simples e no caso do Ginásio Osvaldo Cruz foi até de certa forma improvisada para que começassem as aulas.

Buscamos compreender neste trabalho em específico os professores e professoras do ensino secundário na cidade de Dourados. Para isso, levantamos um pouco da história da cidade e contamos também a história da implantação dos Ginásios, o que foi evidente é que os professores e professoras tiveram papel importante na implantação dos Ginásios na cidade.

Percebemos o esforço dos professores e professoras que lecionavam nos dois Ginásios. Na inauguração de cada Ginásio já havia uma mobilização dos docentes, que mesmo que não tivessem formação específica já estavam a postos para lecionar.

O vereador e professor Celso Müller do Amaral se mobilizou politicamente para que os Ginásios funcionassem na cidade. Houve também a mobilização dos padres, advogados, médicos que se dispuseram a lecionar para os jovens da cidade. É importante destacarmos que nem todos tinham formação para tal ofício, mas, iniciaram o trabalho e foram se capacitando em serviço por meio da habilitação da CADES.

Neste sentido a formação da CADES também foi uma ferramenta importante para a fixação do Ensino Secundário na região de Dourados. As exigências do Decreto-Lei 4.244 de

1942 não foram atendidas de início, mas, pudemos perceber que os docentes que eram formados em outras áreas em sua maioria buscaram se adequar a legislação vigente.

Foram abordados vários pontos importantes com relação ao corpo docente dos Ginásios da cidade. Um deles é a respeito do gênero dos professores e professoras, ficou evidente que o Corpo Docente do Ginásio Osvaldo Cruz era formado por maioria masculina 70% e 30% de mulheres, já o Ginásio Estadual pelo menos no ano de 1961 era formado em sua maioria por mulheres 71% e apenas 29% eram do gênero masculino.

Os dados revelaram também que os professores e professoras não lecionavam apenas uma disciplina no Ginásio Osvaldo Cruz 35% dos docentes lecionavam mais que uma disciplina e no Ginásio Presidente Vargas 80% dos professores e professoras ministravam mais que uma disciplina. Existiram também muitas mudanças do quadro docente de um ano para o outro. Um relato do Professor Celso Müller do Amaral dá indícios de que havia muitas movimentações políticas por trás da contratação dos professores " Eu mesmo fui nomeado e demitido várias vezes, era da UDN e, sempre que o PSD ganhava, ia para rua" (ROSA, 1990, p. 166).

O trabalho docente previsto pelo Decreto-Lei 4.244 era organizado, estavam previstas na vigência deste Decreto-lei várias regras as quais os docentes deveriam seguir, sem contar o regimento da instituição que o professorou professora fosse lecionar. Caso os professores e professoras descumprissem alguma regra havia punições que variavam desde uma advertência até a demissão.

As fontes revelaram ainda que, além da organização proposta ao trabalho dos professores e professoras, havia a ideia de que os professores e professoras fossem espelho para os alunos. Outro ponto que levantamos, foi o da remuneração dos docentes, neste ponto ouve alguns silêncios com relação ao salário dos professores e professoras do Ginásio Estadual Presidente Vargas, mas, o documento do Ginásio Osvaldo Cruz nos permitiu perceber que os professores e professoras recebiam menos que o salário-mínimo, os relatos dos professores Ayrthon Bezerra e Celso Müller apontaram duas dificuldades quanto ao salário, revelando o valor pago que era baixo e o atraso dos pagamentos dos professores e professoras. Ficando evidente que os professores e professoras do ensino secundário não eram valorizados nesse sentido.

Este trabalho também foi marcado por alguns silêncios, tais como a faixa etária dos professores e professoras, não constavam na documentação. Também houve incompletude de dados nos documentos do Ginásio Estadual Presidente Vargas, não foram localizados os documentos que completassem a série histórica do Ginásio desde a sua inauguração, sendo assim usamos somente o Livro Ponto de 1961.

Podemos evidenciar também que o professor e professora do Ensino Secundário de Dourados de (1951-1961) estava tentando se adequar ao Decreto-Lei 4.244 de 1942 com relação às exigências de formação, buscavam a habilitação pela CADES. O regimento do Ginásio Osvaldo Cruz e os relatos dos professores secundaristas revelam que as instituições e os docentes procuravam exercer o trabalho de forma a atender os rigores previstos no Decreto-lei, quanto ao cumprimento de horário, organização escolar e reforço escolar aos alunos.

Estudar os professores e professoras do Ensino Secundário em Dourados permitiu pensar que os professores e professoras tinham papel de formar os alunos no que se refere à formação para ser cidadão. As condições de trabalho eram insuficientes, já que pelas instalações dos Ginásios percebemos as dificuldades até mesmo sanitárias que os docentes tinham que enfrentar.

Os professores e professoras eram vistos como formadores da população na ordem e na moral, havia a falta de habilitação o descaso do poder público e os baixos salários. De acordo com o Decreto-lei, cabia ao professor segundo o Artigo 46: formar alunos com bons sentimentos, com sociabilidade, com interesse pelos problemas nacionais, com gosto artístico e gosto literário.

A história do Ensino Secundário nos dá indícios de que os professores e professoras se desdobravam para cumprir todas as exigências e não tinham o retorno dos governos com relação a condições para o desenvolvimento do trabalho docente.

É importante dizer que existiram transformações diversas na profissão docente e que o século XX foi o século de olhares para o oficio de professor como destaca Nóvoa (1999) em seus estudos que existe um poder simbólico dado à profissão de professor. "A afirmação profissional dos professores é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de hesitações e de recuos." (NÓVOA, 1999, p. 21). Esta colocação de Nóvoa também aconteceu com relação a profissão docente na cidade de Dourados, os professores e professoras secundaristas marcaram a história da educação com luta, recuos e trabalho árduo.

Mesmo que não tivessem a formação específica os professores e professoras secundaristas ensinavam, o que na concepção de Tardif (2011) é o principal papel do professor transmitir conhecimento. Além da transmissão do conhecimento os professores e professoras de Ensino Secundário também ensinavam uma conduta o que é também na visão de Schuller (2005) o papel de um professor ensinar as disciplinas, mas também contribuir na formação dos valores, da conduta, no comportamento para uma boa convivência em sociedade.

Espera- se que este trabalho sobre os professores e professoras de Ensino Secundário em Dourados (1951-1961) possa contribuir com a história da educação do Mato Grosso do Sul,

bem como para trabalhos futuros na história da educação do Ensino Secundário, tais como: com os ex-alunos dos Ginásios Osvaldo Cruz e Presidente Vargas, bem como trabalhos que levantem dados de professores e professoras de outras regiões do antigo Mato Grosso.

### **REFERÊNCIAS:**

ALBANEZ, Jocimar Lomba. Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970) — Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.190 p.

ANJOS, Juarez José Tuchinski, SOUZA, Gisele de. Nos "rigores" da lei: a escolarização da infância na legislação da instrução pública da província do Paraná (1857-1883). **Revista Brasileira de Educação** v. 21 n. 67 out. -dez. 2016.

BARALDI, Ivete Maria, GAERTNER, Rosinéte. Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma Descrição da Produção Bibliográfica (1953-1971). Bolema, **Rio Claro (SP)**, v. 23, nº 35A, p. 159 a 183, abril 2010.

BRASIL. Decreto – Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html</a>. Acesso em junho de 2020.

BRASIL. Exposição de Motivos do Ministro da Educação, de 01 de abril de 1942a. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº4.244, de 09/04/1942b. Lei Orgânica do ensino secundário. Disponível em: <a href="http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\_escritas/">http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\_escritas/</a>. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL, Decreto-lei Nº 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-norma-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-norma-pe.html</a>. Acesso em: junho de 2021.

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm</a> . Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BRASIL, DECRETO-LEI Nº 5.941, DE 28 DE OUTUBRO DE 1943. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados". Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html</a> . Acesso em: 25 de março de 2020.

BRITO, Silvia. Helena Andrade. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954).** 2001, 393. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BOING, Luiz Alberto e LÜDKE, Menga. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set. /Dez. 2004.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona e SILVA, Karen Ruppel da. As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. In: Educare **XII Congresso Nacional de Educação.** PUCPR. 2015. Disponível em:https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721\_9811.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2020.

CAMARGO, Aspásia. **Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999. 39- 50.

CASTANHA, O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 309-331, abr ,2011.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Floresce Universitária, 1982.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz e ANDRADE, Nadia Arabadgi de. Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo. **Rev. FAEEBA- Ed. E Contemp. Salvador, v.29,n59**,p.95-109,jul/set/2020.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DALLABRIDA, Norberto e ROSA, Fabiana Teixeira da . Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na revista escola secundária (1957-1961). Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 20 n. 50 set. /dez., 2016 p. 259-274.

DIAS, Amália. Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: **História do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 253.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 21-38.

FAUSTO, Boris. **O Estado Novo no contexto internacional**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 17-20.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC,2006. 16f.

FONSECA, Sílvia Asam da. Revista "Escola Secundária" e o programa de professores da CADES. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Formação docente e a emergência de uma Nova identidade profissional – a revista Escola secundária da CADES (1957 – 1963). TEIAS: Rio de Janeiro, ano 4, nº 7-8, jan/dez 2003.

FURTADO, Alessandra Cristina e PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da implantação do curso de magistério rural em Dourados, no sul do Mato Grosso, na década de 1970**. In: SANTOS, Reinaldo dos e FURTADO, Alessandra Cristina. História da educação, memória e sociedade. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 59-84.

GARNICA, Antonio Vicente e MIRANDA, Bruna Camila Both Marafioti. Por um novo modelo de professor: os livros publicados pela Cades. **Zetetiké**, **Campinas**, **SP**, **v.27**, **2019**, **p.1-18**.

GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de e ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** – Brasília: UNESCO, 2019.351 p.

GOMES, Angela de Castro. **Ideologia e trabalho no Estado Novo**. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 53-72.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações sobre a cidade de Dourados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e estados/ms/dourados.html. Acesso em 08 de mar. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Monografia Picos, Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IRALA, Clovis e MARQUES Inês Velter. **Acervos Públicos e arquivos escolares: fontes para estudo da História das instituições educativas no sul do Mato Grosso (1940-1977).** In: PINTO, Adriana Aparecida, FURTADO, Alessandra Cristina (Orgs). A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens. Dourados, MS: ed. UFGD, 2017. p.15-30.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. Os espaços escolares na implantação do ensino secundário na região do território federal de Ponta Porã (1943-1961): um Aspecto da cultura escolar. Tese de doutorado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020, p. 326.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 2ed. Ver. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. **Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas.** In: D'Araujo, Maria Celina. As instituições da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: FGV. 1999. p. 33-54.

LE GOFF. História e Memória. CAMPINAS, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEI Nº 427, DE 2 DE OUTUBRO DE 1951. Cria Ginásios em várias cidades matogrossenses, e dá outras providencias. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=LEI+N%C2%BA+427%2C+DE+2+DE+OUTUBRO+DE +1951&oq=LEI+N%C2%BA+427%2C+DE+2+DE+OUTUBRO+DE+1951&aqs=chrome..6 9i57.2469j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 . Acesso em: junho de 2021.

LENHARO, Alcir. A Terra para quem nela não trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História. São Paulo. v.6. N º 12**. P. 47-64/mar/ago./1986.

LOPES, Ivone Goulart; MENDONÇA, Ana Waleska P.; Jefferson da Costa; PATROCLO e SOARES, Luciana Borges. A criação do Ginásio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out. /dez. 2013.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Hist. Educ. [online].** vol.18, n.43, pp.145-161, 2014.

MARQUES, Inês Velter. **O ensino secundário no Sul do antigo Mato Grosso: o Ginásio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974).** 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

MENDONÇA, Ana Waleska (2010). A fragmentação dos estudos secundários e seus efeitos sobre o processo de profissionalização dos professores. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 11, 2010, pp. 5-14.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da Madeira (1950-1970).**2012. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.

MIRANDA, Bruna Camila Both. A Cades e um novo modelo de professor secundário nas décadas de 1950 e 1960. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2019. F. 248.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. "Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960). 2007. 118 f.Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.

NÓVOA, António. **O passado e o presente dos professores**. In: NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. Editora Porto, 1999. p. 13-34.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: Momentos Decisivos. In. Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo: Autores Associados, 2000. n. 014. mai-ago, p. 35-60.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960:A Era Vargas. Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo:PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 — p.61-74.

PANDOLFI. Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas, ASSIS, Wanderlice da Silva; OLIVEIRA Stella Sanches da Silva História do Ensino Secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro, Joaçaba, v. 42, n. 2,** p. 311-330, maio. /ago. 2017. Disponível em: www.editora.unoesc.edu.br.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, Wanderlice (Org.). Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971). 1. ed. Campo Grande/MS: Editora Oeste, 2015. v. 1.

PESSANHA, Eurize Caldas. Espaços, tempos e práticas do ensino liceal: fragmentos da cultura escolar no século XIX. In: CÉSAR AUGUSTO CASTRO. (Org.). Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2019, v. 1, p. 79-99.

PESSANHA, Eurize Caldas e BRITO, Silvia. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 38, p. 237-250, jul. /dez. 2014.

PESSANHA, Eurize Caldas e SILVA, Fabiany de Cássia Tavares (orgs). Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro. Campo Grande: Editora Oeste, 2021

PINTO, Diana Couto. Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem sucedida? **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2000. (Congresso). Disponível em:

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/044 diana couto.pdf.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: **LAMOSO**, **Lisandra Pereira (org.): transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul.** DOURADOS, Ed. UFGD. 2008 p. 15 – 75.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história Da empresa concessionária dos Ervais do Antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015.** 

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** 40<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSA, Maria da Glória Sá. Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida/ Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SANTOS, Fábio Alves dos. Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2013. f.30.

SCHUELER, Alessandra Frota de. **De mestres-escolas\* a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. Educação.** Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 333 – 351, Maio/ago. 2005.

SILVA, Stella Sanches de Oliveira e PESSANHA, Eurize Caldas. Liceu Cuiabano: proposta para o ensino secundário em Mato Grosso (século XIX e XX). In: PINTO, Adriana Aparecida e FURTADO, Alessandra Cristina. A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017. p. 31-50.

SOUZA, Suely Cristina Silva. "Habilitado" ou "inabilitado": os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2016. f.399.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 12 v. 12 n. 23 jul. /dez 2018.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação. mai/jun./jul./ago. 2000 N° 14.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Ed.12. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VECHIA, Ariclê. **O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites**. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias no Brasil. Vol II: século XIX.- 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 78-89.

VIEIRA, Ana Paula Leite. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945).** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019-248.

VIACENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. História e memória da educação brasileira. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária\*. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 59 out. -dez. 2014.

#### **FONTES:**

ATA de Instalação do Ginásio Osvaldo Cruz, 1953. (Arquivo CDR/UFGD).

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1955. Arquivo CDR/UFGD.

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1956. Arquivo CDR/UFGD.

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1957. Arquivo CDR/UFGD.

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1958. Arquivo CDR/UFGD.

Corpo docente em exercício, Ginásio Osvaldo Cruz, 1959. Arquivo CDR/UFGD.

Distribuição de alunos por turma. Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Fotos do Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Foto Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Acervo Família Amaral.

Foto Ginásio Presidente Vargas, 1958. Acervo Família Amaral.

Horários de aula, Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Horários de aula, Ginásio Osvaldo Cruz, 1957. Arquivo CDR/UFGD.

Horários de aula, Ginásio Osvaldo Cruz, 1960. Arquivo CDR/UFGD.

Memorial de instalação do Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Relatório de verificação de inspeção prévia. Histórico Ginásio Osvaldo Cruz. 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Regulamento escolar para professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1954. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1955. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1956. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1957. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1958. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1959. Arquivo CDR/UFGD.

Remuneração dos professores, Ginásio Osvaldo Cruz, 1960. Arquivo CDR/UFGD.

Livro Ponto de professores, Ginásio Presidente. Arquivo Escola Estadual Presidente Vargas.

Entrevista de Maria Eugenia do Amaral. Realizada em setembro de 2020.

Vídeo do Programa O Povo na TV, entrevista com José Pereira Lins no ano de 1990.

#### **ANEXOS**



Caixas do Arquivo da Escola Presidente Vargas de Dourados- enumerados conforme o ano- a partir do ano de 1961 ano a ano. Foto registrada pela pesquisadora no dia 26 de maio de 2020.



Caixa onde foi localizado o livro ponto de professores de 1961. Foto tirada dia 26 de maio de 2020 pela pesquisadora.

	-	Carper	NOMES	DE 1961	The	DAL D = Sympose Establish	DE 10
	Ш			Distributes	Souto	NOMES OF	OFFERVACOES
	9	Dute.	18-3		installer.		
	5	Secretaries .	Falalu Tuan		DIECTIONS .	Come anima	
	24	fine of almos	Euros Elece		Dankerson 1	Reservablere	
	7	Marketon II	Ara Oliveira			dua Olivera	
		10.1	THING DELV TOWN		It since	awar Troo to for	
	2	make atten	A. Alien .		Transit	Lang	
	1		Suley & Strin		Dennho	Merlinten J. Braft	
			lefy		Pante	Hilda Duy mado	
		March	lung		Bearolles	taltou	
		the Dance	Tricke minekenin		Rilgião	Fac Tabala Editl O. Foots	
		25 mile			at will	2004 (1)	
		Grania	Hay & flower of the Lat		Granha	Merdinton Y. Bruff	
		marine the	2 Hours		Patrice	Whay	
		Englis	Type Consoral de de!		Biololles	Falton	
			64		Contra	Halda Jeng Buent	
			make Timeskami		Reliquie	THE MUSICE WILL IN HOSE	5
		17 No.L			37 June		
		Secolar	Maybrien & Braff		Makematica	Littue"	
ч					Kentana Qual	Steller	
1			Alter B Stein		Patrice	loky"	
		Since (	Hit I		Religião	Fre Value Colita P. For	ter
	1	of the	Three Edward de La		Bear Domistica	Bylia Violanniti Dias	
		actions.	Coping		he will	-	
1		de la	Military Braff		lating	A THRUL	
	- 12	anais I	Lennis Craff		makematica	1 the	
	_	alla A	Ling Januar de Va		Houst do Brank		
- 4	_	Treias ( 5	com sommal de la	100000000000000000000000000000000000000	Religião	The standay Editl 19 Foot	PL .

Foto do livro ponto de professores do Ginásio Estadual Presidente Vargas datado de 1961. Foto registrada pela pesquisadora no dia 26 de maio de 2020.

		ANO LETIVO DE 1954		
		CORPO DOCENTE EM EXE		
		CURSO GIVASILL		
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º do registro	Reservado para visto da Seção de Registr
ID	PORTUGUES	CELSO MULER DO AMARAL, Dr.		
	LATIM	CRISO MUIER DO AMARAL, DR.		
	FRANCES	DEMOSTENES PALIERAQUI		
	MATRMATICA	JOKO RELTRAN, Dr.		
	HIST; BRASIL	JULIO VIEGAS MUNIZ		
	Company of the last of the las	AYRTHON BARBOSA FERREIRA, DR.		
	TRABALHOS DESENHO	ANICE RASLAN DA CÂMARA		
***************************************	CANTO ORF	MAURO RESSIEL HILDA BERGO DUARTE		
,	ED; FISICA	WALMOR BORGES		
***************************************		RAIAVA DOMAIO		
***************************************				
***************************************				
***********				
	-			

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1954- Localizado no CDR/ UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 2- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados- Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

		ANO LETIVO DE 1955	
		CORPO DOCENTE EM EXP	ERCÍCIO
		CURSOGINASIAL.	
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º do registro  Reservado para e visto da Seção de Registro
I	PORTUGUES	CELSO MULLER DO AMARAL,	autorizado-tel.18.475
	LATIM	CELSO MULLER DO AMARAL	
	FRANCES	DEMOSTENES PALIERAQUI	TO SECOND PROPERTY OF THE PARTY
	MATEMATICA	JOKO BELTRAN, DR.	
	HIST; BRASI		B-17.222 18 e 28 ciclos
	GEOGRAFIA	AYRTHON BARBOSA FERREIRA, DR.	1 1 10 10
	TR; MANUAIS		managed Const.
			eutorizado-tele18-479
	DESENHO	MAURO RESSTEL	The second of the second of
	CANTO ORF;	HILDA BERGO DUARTE	
			Nacional)
			- k-
21	PORTUGUES	CELSO MU LIER DO AMARAL, DR.	AUTORIZADO:TEL;18.475
	LATIM	CELSO MULLER DO AMARAL, DR.	Autorizado-tel.18.475
	FRANCES	DEMOSTRNES PALIERAQUI	Autorizado-tel.18.480
	INCLES	CEISO MULLER DO AMARAL, DR.	Autorizado-tel.18.475
	MATEMATICA	JOZO BRITRAN, DR.	Autorizado
	HIST AMER;	RONAN MARCOS DA FONCECA, DR.	AUTORIZADO-telep-17.22
	GEOGRAFIA	AYRTHON BARBOSA PERMEIRA	e 28 Ciclos. Autorizado-tel.18.476
	TR; MANUA IS	S ANICE RASSLAN DA CAMARA	Autorizada-tel.18.479
	DESENHO	MAURO RESSTEL	
	CANTO ORF	HILDA BERGO DUARTE.	
	A A A A A A A A A A A A A A A A A A A		Nacional)
	Ed.Fisica	WALMOR BORGES	Registrado sob na692 Ci clo superior.

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1955- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 3-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

# ANO LETIVO DE 19.56 CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO CURSO GINASIAL Reservado para o visto da Seção de Registro NOME DO PROFESSOR N.º do registro Matérias Série I-III PORTUGUÊS - José Pereira Lins ( Prof. Licenc. ) F - 4 347 F ... 4.347 I-III L A T I M - José Pereira Lina .... F - 4 347 I-III FRANCES - José Pereira Lins II-IIII N G L E S- Elisa Gonzales (Bachelor of Arts - EEUU) I-III MATRMATICA - João Beltran Dr. - Aut. Processo nº 116-386/53. D-17 222 -I- H DO BRAS - Ronan Marcos da Fonseca Dr. II-III H GERAL - Ronan Marcos da Fonseca Dr. D-17 222 I-III GEOGRAFIA - Ayrthon Barbosa Ferreira Dr Aut. Proc. nº 116 383/53. I-II TRABALHOS - Anice Raslan de Câmere - Aut. Processo nº 116 389/53. I-III DESENHO - Mauro Resstel - Aut. Processo no 116 388/53 I-III CANTO ORF. - Hilds Bergo Duarte - Aut. Of. 59 - 16/2/54. - IIIECON DOMES - Umbelina Câmara Galvão I-III ED. FISICA - Welmor Borges LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA WALMOR BORGES (Inspetor) (Diretor) Modělo D. E. Sec. 501-7

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1956- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 5-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

		ANO LETIVO DE 1957			
		CORPO DOCENTE EM EXE	RCfCIO		
CURSOGINASIAL					
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º do registro	Reservado para visto da Seção de Regis	
10-40	Português	José Pereira Lins	F.4347		
10-40	Latin	Frei Teodardo Leitz		-	
10-48	Francês	José Pereira Lins	F.4.347	-	
29-49	Inglês	Raul Bezerra	-	-	
10-20	Matemática	Raul Bezerra	-	-	
30-40	Matemátic	aNey Cunha da Rosha	•		
30-40	C. Naturai	sAyrthon Barbosa Ferreira			
28-48	H.Gorel	Elvire Mertins Sobrinhe			
19049	H.Brosil	Elvira Martina Sobrinha			
10-20	G.Geral	Ayrthon Barbosa Ferroira	Aut.Proc.	116383/53	
39-40	G.Brasil	Ayrthon Barbosa Ferreira			
10-20	Trabalhos	Augusta de Dous Zamognan			
10-40	Desenho	Tsane Borges Capillé			
19-48	C. Orfe onic	o Hilda Bergo Duerte	Aut.02.59	16/2/54	
*		umbolina Cemara Calvão			
78-48	E-121 61 66	Walmor Borges	C.Sup. 692		
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1					

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1957- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 6-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

		ANO LETIVO DE 1958		
		CORPO DOCENTE EM EX	ERCICIO	
		CURSO GRUSIAL		
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.O.do veristro V	rado para o isto da de Registro
19/40	Português	José Peroira Line	P-4347	
STATE OF THE PARTY		Proi Toodordo Leitz		
100000000000000000000000000000000000000	CONTRACTOR OF STREET	José Pereire Line	F-4347	
2/40	Inglês	-Dr. Locall Albert Bailley		
NO STATE OF THE PARTY OF THE PA		Dr. Reul Joserra	Autorizado	
	200000000000000000000000000000000000000	Dr. Téroio Torres de Sá(médico)		
SC 15074/5522		Dr. Ayrthon Berbosa Ferreira **	Autorizado	
TO 100 (100 (100 (100 (100 (100 (100 (100	The second second	Dr. Ayrthon Berbosa Forreira	Autorizado	
	100000000000000000000000000000000000000	Dr. Ayrthon Berbose Ferreira	Autorizado	
20 30 30 30 30		Urbeline Genera Calvão Augusta de Dous Zamegnan		
		Hilde Bergo Duarte	Autorizada	
SECTION AND DESCRIPTION AND DE	The second second	- Issac Borges Capillé**	Autorizado	
3 80000		Umbelina Cânura Galvão		
1/40	E.Fisica	Walmor Borges	692	
			7 1 2000	
		rofessores Ayrthon Barbosa Ferreir	e e Isaac Borges Capille	
600	no curso de	CADES on Compo Grande, Mt, no doc	orrer de mes de janeiro	do an
vigo	nte , egue:	riam registro em suas respectivas m		
***************************************				
***************************************				*************
100				

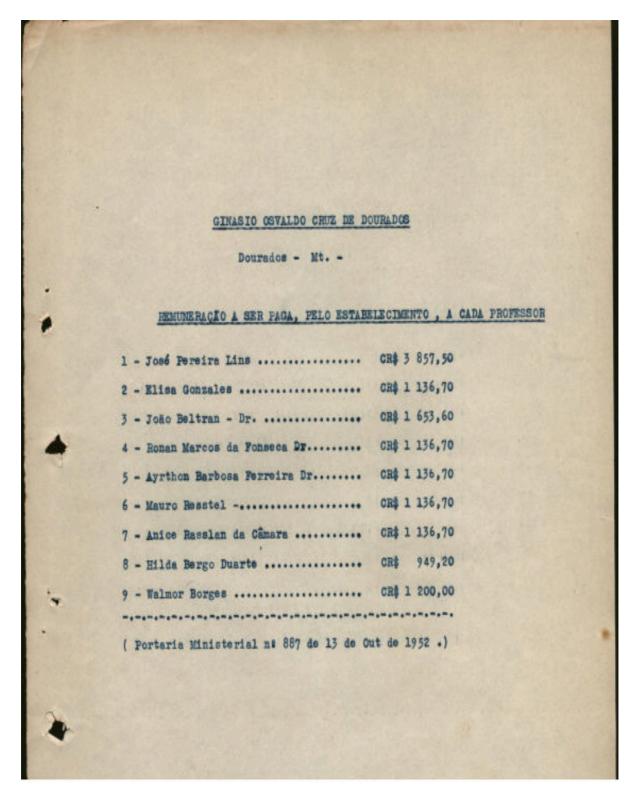
Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1958- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 8-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

		ANO LETIVO DE 19. 59	
		CORPO DOCENTE EM EXERO	Cício
		CURSO GINASIAL	
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º do registro Reservado par visto da Seção de Regi
10/40	Português	José Pereire Lina	P-4,347
10/40	Letin	José Poroira Lins	F-4.347
19/49	Francês	Lysias Fernandes Cruz	
0/40	Inglês	Dr. Lowell Albert Beiley	TATION OF THE PARTY OF THE PART
10/28	Matemátic	Jones Alves Corrês	TATATATA.
30/40	Matemátic	Dr. Térolo Tôrres de Sá	
30/40	C. Natur.	Dr. Josó Gândido Pessoa de Mello Netto	Autorizado
20/45	H.Goral	Dr. Ayrthon Barbosa Ferreira	Autorizado
10 0 4	H.Bresil	Dr. Ayrthon Berboss Ferreira	Autorizado
19/20	G.Goral	Dr. Ayrthon Barbose Ferreire	D+28.043
30/40	G .Bresil	Dr. Ayrthon Berboss Forreire	D-28.043
10/20	T.Mamuais	Do Ivote Bastos Bucker	
10/41	C.Orfeônio	Lysias Fornandes Cruz	
10/40	Desenho	Hermenegildo Pereiro de Cliveiro	
39/49	E. Doméstic	Ivete Bestos Bucker	
10/40	B.Fision	Welmor Bornes	Sup. 692
0 B S	ERVAC	3 E S Os professores José Candido Pes	son de Mello Netto e Ayrt
		Partosa Ferreira, recentemente aprovedo	e no Curso da CADES, egus
		damo. númerodosrespectivos registros-	
			and the same of th

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1959- Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz – pasta 9-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.

		ANO LETIVO DE 19.60		
		CORPO DOCENTE EM EXERCÍO	CIO	
		CURSO		
Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º de registro	Reservado para o visto da Seção de Registro
10/40	Português	José Peroira Line	F-4.347	
	Letim	José Pereim Lins	F-4-347	
2/40	Francôs	Lysias Fernandes Cruz		*
1/48	Ingles	José Candido Pesson de Mello Netto	Autorizado	
10/40	Matemática	Jones Alvos Corres		
30/49	C. Naturais	José Cendido Pesace de Mello Netto	30.927	
10/40	Ristôria	Ayrthon Barbosa Perreira	28.043	
10/40	Geografia	Ayrthon Barbose Ferroim	28-043	
10/20	T, Manuais	Luciene Maneebo Manhães		
10/40	Desenho	Ayako Murakami		
10/40	C. Orfeonic	Shirley Brandão Stein		***************************************
	-			
****************		Ferajele Jordão - T. Masculina		
10/49	E.Fisica	Shirley Brandão Stein - T. Feminina		
				***************************************
			The same of	
			2000	

Documento Corpo Docente em Exercício datado de 1960 - Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados-Localizado no CDR/UFGD na Caixa 1 do Acervo Osvaldo Cruz — pasta 10-. Digitalizado pela pesquisadora dia 25 de setembro de 2019.



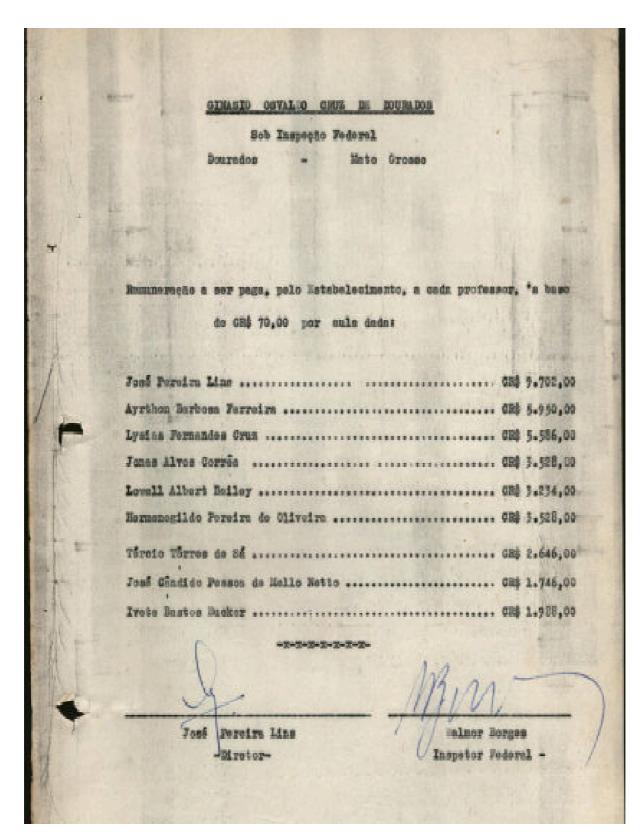
Remuneração paga a cada professor do Ginásio Osvaldo Cruz nos anos de 1954- 1956. Documento localizado no CDR/UFGD encontrado na Caixa 1, pasta 5 do Acervo Osvaldo Cruz da Coleção José Pereira Lins. Digitalizado pela pesquisadora no dia 25 de setembro de 2019.

	GINASIO OSVALDO CRUZ DE DOURADOS - Dourados - Mato Grosso
	REMUNERAÇÃO A SER PAGA, PELO ESTABELECIMENTO, A CADA PROFESSOR.
	Ano letivo de 1957.
	José Pereira Lins CR\$ 5.600,00 Teodardo Leitz CR\$ 2.250,00
.*	Raul Bezerra       CR\$ 3.100,00         New Cunha da Rocha       CR\$ 1.350,00         Ayrthon Barbosa Ferreira       CR\$ 3.350,00
	Augusta Zamegnan de Deus
•	Umbelina Câmara Galvão CR\$ 450,00 Walmor Borges CR\$ 1.350,00
	frigand M3111

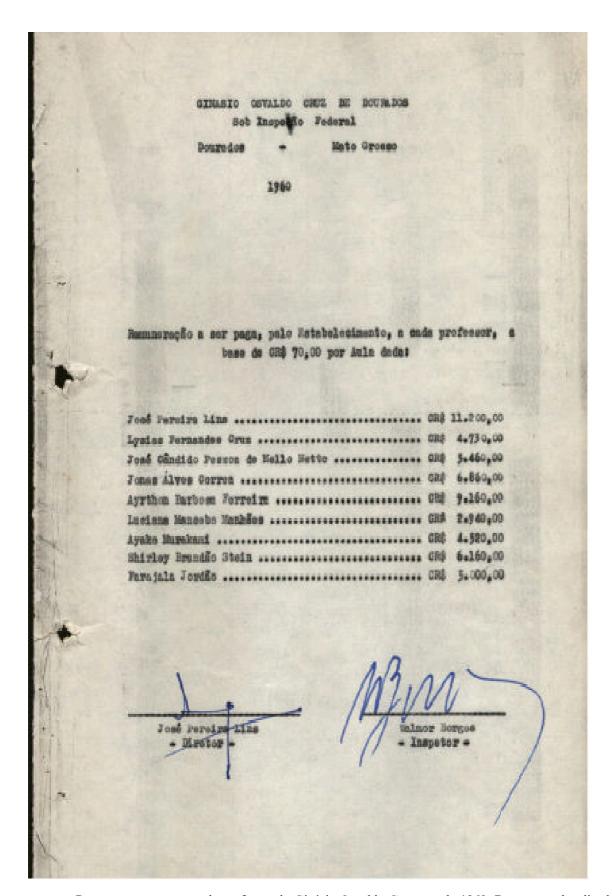
Remuneração paga a cada professor do Ginásio Osvaldo Cruz nos anos de 1957. Documento localizado no CDR/UFGD encontrado na Caixa 1, pasta 6 do Acervo Osvaldo Cruz da Coleção José Pereira Lins. Digitalizado pela pesquisadora no dia 25 de setembro de 2019.

## DOURA DOS GINASIO OSVALDO MATO GROSSO Remuneração a ser paga, pelo Estabelecimento, a cada professor, em 1958. 5.400,00 José Pereira Lins ...... 2.160,00 Teodardo Leitz ..... 1.980,00 Lowell Albert Bailley ...... 3.240,00 Raul Bezerra ..... Tércio Tôrres do Sá ..... CRS 9 720,00 4.680,00 CRS Ayrthon Barbosa Ferreira ...... Umbelina Gamara Galvão ...... 2.200,00 CRS 1.080,00 Augusta do Deus Zemegnon ...... 2.160,00 Isaac Borges Capillé ..... 1.800,00 Hilds Bergo Duarte ..... 1.440,00 Walmor Borges ...... - Diretor -- Inspetor Federal -

Remuneração paga a cada professor do Ginásio Osvaldo Cruz nos anos de 1958. Documento localizado no CDR/UFGD encontrado na Caixa 1, pasta 8 do Acervo Osvaldo Cruz da Coleção José Pereira Lins. Digitalizado pela pesquisadora no dia 25 de setembro de 2019.



Remuneração paga a cada professor do Ginásio Osvaldo Cruz por aula dada. Documento localizado no CDR/UFGD encontrado na Caixa 1, pasta 8 do Acervo Osvaldo Cruz da Coleção José Pereira Lins. Digitalizado pela pesquisadora no dia 25 de setembro de 2019.



Remuneração paga a cada professor do Ginásio Osvaldo Cruz ano de 1960. Documento localizado no CDR/UFGD encontrado na Caixa 1, pasta 10 do Acervo Osvaldo Cruz da Coleção José Pereira Lins. Digitalizado pela pesquisadora no dia 25 de setembro de 2019.



Moldura da Primeira Formatura do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados de 1957. Fotografia encontradas na Coleção José Pereira Lins digitalizada- Cedidas pelo CDR/ UFGD.